

APRESENTAÇÃO

A Revista Magistro é voltada para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, Letras, bem como temáticas direcionadas ao ensino-aprendizagem e às diversas perspectivas em torno dos processos educacionais. Primamos pelo debate interdisciplinar!

A edição 2024 v.1 faz jus ao propósito da revista, pois apresenta artigos que discutem raça e racismo no Brasil sob diversas perspectivas teórico-epistemológicas, como o Afrocentrismo, teorias da área de Letras, da Antropologia, das Artes e da Sociologia. Também há debates sobre questões educacionais que se relacionam com a Saúde Pública. A edição se encerra com um ensaio focado nas Políticas de Saúde Pública da Mulher no Brasil.

Boa leitura!

Etyelle Pinheiro de Araújo (UNIGRANRIO)

SUMÁRIO

ARTIGOS

1. SÍNDROME DA MULHER-MARAVILHA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE OS IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Liliane Barbosa Mesquita de Oliveira
Renan Gomes de Moura

2. EVOCAÇÃO DOS AUSENTES: ARTISTAS NEGRAS, NEGRES E NEGROS NAS ARTES VISUAIS NO BRASIL

Cristiane Pereira Borges
Tamara de Souza Campos

3. NARRATIVAS SOBRE RAÇA E O PAPEL DO DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS

Natália Barreto Felix da Silva

4. COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CÓRREGO DO ALEXANDRE: RITUAL E MÚSICA AFROCAPIXABA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Guilherme Cavassa
Edimilson Rodrigues de Souza

5. AFROCENTRICIDADE: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA INOVADORA

Priscila Venancio da Silva

6. MUSEU-NAVIO BAURU E AS EXPOSIÇÕES ITINERANTES: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Joanna de Assis Patroclo

7. ENSINO REMOTO NA PANDEMIA: IMPLICAÇÕES NA/PARA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Renata Santana das Neves
Lilia Aparecida Costa Gonçalves

8. EDUCAÇÃO SEXUAL E AUTOLESÃO: ABORDAGENS DE PROMOÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA NUMA PERSPECTIVA NÃO MEDICALIZANTE

Ana Cláudia Vilela Mendes
Roseclay Nogueira Dantas Kauss
Beatriz Brandão dos Santos
Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior

9. O MEDO E A VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Maria Cristiane Lopes da Silva
Yara Marques Lima
Carliana Isabel Nascimento Pereira
Glória Maria dos Santos Diógenes

ENSAIO

1. SAÚDE PÚBLICA DA MULHER NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES CRÍTICAS

Anna Beatriz dos Santos Dias
Etyelle Pinheiro de Araújo

SÍNDROME DA MULHER-MARAVILHA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE OS IMPACTOS NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Liliane Barbosa Mesquita de Oliveira ¹

Renan Gomes de Moura ²

Resumo: Exaustas! Sim, em uma sociedade capitalista e patriarcal a inserção das mulheres no mercado de trabalho não significou a divisão igualitária dos afazeres, que continuam socialmente vistos como obrigações e atribuições exclusivas delas. Dessa forma, a sociedade exige alta performance, como se estabelecesse um padrão de Mulher-Maravilha, usando a analogia da personagem dos quadrinhos. Pesquisas apontam que há uma crescente no número de mulheres acometidas por problemas de saúde mental e físicos, fruto da pressão imposta para dar conta das multitarefas, do acúmulo de funções acrescido à expectativa social para alcançar padrões praticamente inatingíveis, em múltiplos campos de sua vida, levando a “Síndrome da Mulher-maravilha”. Em particular, destaca-se a mulher negra que enfrenta uma série de desafios adicionais, desde a falta de representatividade nos espaços de poder, a violação de seus direitos humanos fundamentais, até a precariedade econômica resultante de décadas de discriminação estrutural. Além disso, a interseccionalidade emerge como uma lente crucial para entender as complexas interações entre raça, gênero e classe, destacando como esses sistemas de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Diante disso, este ensaio visa discutir os impactos da interseccionalidade de gênero, raça e classe social na vivência da “Síndrome da Mulher-Maravilha”, no contexto do mercado de trabalho contemporâneo, analisando os fatores que contribuem para a sua sobrecarga de responsabilidades e, conseqüentemente, o esgotamento físico e psicológico das mulheres negras e periféricas. Trata-se de um trabalho bibliográfico, exploratório e argumentativo, por meio de um estudo interpretativo e reflexivo.

Palavras-chave: Síndrome da Mulher-Maravilha. Interseccionalidade. Mulher.

WONDER WOMAN SYNDROME: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF THE IMPACTS ON THE LIVES OF BLACK BRAZILIAN WOMEN

Abstract: Exhausted! Yes, in a capitalist and patriarchal society, the inclusion of women in the labor market has not led to an equal division of household tasks, which are still socially perceived as their sole responsibility. As a result, society demands high performance, establishing an implicit "Wonder Woman" standard, drawing on the comic book character as an analogy. Research indicates a growing number of women

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO).

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO).

experiencing mental and physical health issues due to the pressure of managing multiple roles, accumulating responsibilities, and striving to meet nearly unattainable societal expectations across various aspects of their lives—leading to the so-called “Wonder Woman Syndrome”. Black women face additional challenges, from underrepresentation in positions of power and violations of their fundamental human rights to economic precarity stemming from decades of structural discrimination. Furthermore, intersectionality emerges as a crucial lens for understanding the complex interactions between race, gender, and class, highlighting how these systems of oppression intertwine and reinforce one another. In this context, this essay aims to discuss the impacts of the intersectionality of gender, race, and social class on the experience of "Wonder Woman Syndrome" in the contemporary labor market, analyzing the factors that contribute to the overload of responsibilities and, consequently, the physical and psychological exhaustion of Black and marginalized women. This is a bibliographic, exploratory, and argumentative study, conducted through an interpretative and reflective approach.

Keywords: Wonder Woman Syndrome. Intersectionality. Women.

Introdução

Este ensaio visa discutir os impactos da interseccionalidade de gênero, raça e classe social na vivência da “Síndrome da Mulher-Maravilha”, no contexto do mercado de trabalho contemporâneo, analisando os fatores que contribuem para a sobrecarga de responsabilidades e, conseqüentemente, o esgotamento físico e psicológico das mulheres negras e periféricas. Trata-se de um trabalho bibliográfico, exploratório e argumentativo, por meio de um estudo interpretativo e reflexivo³.

Para analisar o termo “Síndrome da Mulher-Maravilha”, faz-se necessário, *a priori*, voltarmos para a gênese da personagem dos quadrinhos, criada na década de 1940, por William Moulton Marston, que, curiosamente, também é o inventor do detector de mentiras, representado na história como o fictício laço mágico da verdade. Estudos científicos sobre bem-estar e felicidade indicam um fenômeno surpreendente: nos últimos 40 anos, as mulheres têm relatado níveis mais altos de infelicidade, ansiedade e estresse. Esse dado é paradoxal considerando que as mulheres conquistaram melhores oportunidades, maior reconhecimento profissional, influência e poder financeiro (Buckingham, 2014).

³ Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas na dissertação em andamento da primeira autora, pelo coautor no Programa de Pós-Graduação, Culturas e Artes da UNIGRANRIO.

Há uma crescente preocupação na literatura com o aumento da incidência de problemas de saúde mental em diversas populações, com destaque para os Transtornos Mentais Comuns (TMC), que têm sido mais frequentes, especialmente entre as mulheres (Pinho; Araújo, 2012). Os TMC se manifestam por meio de uma variedade de sintomas, como fadiga, lapsos de memória, dificuldades para dormir, irritabilidade, problemas de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas (Pinho; Araújo, 2012). Esses transtornos interferem significativamente no funcionamento normal dos indivíduos, prejudicando suas relações familiares, sociais, pessoais e profissionais (Pinho; Araújo, 2012).

São evidentes as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade patriarcal e capitalista, é notória a desvalorização do trabalho feminino e a existência de um preconceito arraigado em relação ao papel das mulheres na sociedade. Essa disparidade torna-se ainda mais pronunciada quando observada pela lente da interseccionalidade⁴, que, conforme Akotirene (2019, p. 48) “diz respeito à identidade na qual o racismo é interligado por outras estruturas”.

De acordo Crenshaw (2002), a interseção entre as estruturas sociais e políticas tem um impacto singular sobre as mulheres, especialmente, aquelas que enfrentam a convergência dessas dinâmicas de poder. A autora ilustra este ponto ao destacar que mulheres negras e de baixa renda são as mais afetadas por políticas econômicas de ajuste, redução dos salários, diminuição dos serviços públicos, principalmente aqueles relacionados à educação e ao cuidado de crianças e idosos (Crenshaw, 2002).

A interseccionalidade não analisa os processos discriminatórios de forma isolada, mas sim de maneira complexa, considerando as múltiplas formas de opressão (como classe, gênero, geração, raça/etnia e orientação sexual) que se entrelaçam e se sobrepõem simultaneamente na sociedade. Como destacado por Crenshaw (1989, p. 140), “as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo”.

⁴ Em 1989, Kimberlé Crenshaw sistematizou o termo "interseccionalidade", em um artigo sobre teoria crítica de raça, que tem alcançado um crescente reconhecimento na academia. Originado da história de Emma DeGraffenreid, a qual foi rejeitada em uma empresa devido à sua identidade como mulher negra, o conceito analítico destaca a interseção de racismo com outras estruturas sociais.

1. Síndrome da Mulher-Maravilha: O Estereótipo da Guerreira.

Com o objetivo de refletir acerca das causas e das consequências da “Síndrome da Mulher-Maravilha”, é necessário compreender o conceito de gênero, a fim de analisar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres e os contextos que desencadeiam as diferenças e as desigualdades vivenciadas por elas dentro de uma sociedade patriarcal.

Em termos gerais, “gênero”, conforme definido pelo Dicionário Aurélio (1986), refere-se aos indivíduos de sexos distintos (masculino/feminino) ou às características sexuais. Percebe-se que o conceito aqui aparece restrito ao plano biológico. Então, observa-se que o termo gênero possuía um sentido restrito ao plano biológico, que determina como esse corpo performa papéis, funções ou comportamentos que são delineados e esperados socialmente. Logo, desconsidera e exclui os aspectos sociais, culturais e econômicos.

Assim, as experiências dos sujeitos e seu espaço na sociedade são determinados, conforme o seu sexo biológico. Expressando como algo determinado pela natureza e logo é: incontestável e imutável dentro da estrutura social, gerando a desigualdade. Dessa forma, as diferenças não constituem determinantes das diferenças sociais, porém, são ideologicamente naturalizadas, produzidas e reproduzidas na sociedade.

Apesar de essa perspectiva biológica de gênero parecer um conceito universal e atemporal, a autora Oyěwùmí (2017) refuta tal percepção, haja vista que existiam outras formas de organização social, como por exemplo, os povos iorubás de *Oyó*, na Nigéria, que antes da colonização tinham como parâmetro norteador das relações e posições a senioridade⁵. Assim, a família Iorubá tradicional era não-generificada. Pode-se, então, afirmar que ele não é uma visão única que permeia a todas as sociedades.

Com base na autora, mediante o processo de colonização ocorrido no continente africano, tal organização mudou, impondo o gênero (macho e fêmea) como organização social pelo patriarcado colonial, sendo o masculino ocidental, o predominante. Ela ainda destaca que o mundo ocidental é percebido visualmente, perspectiva que explicaria a razão dos corpos terem uma presença tão forte. Assim, “a diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos

⁵ Que ou aquele que é o mais velho em relação a outro.

poderes atribuídos ao ‘ver’. O olhar é um convite para diferenciar” (Oyěwùmí, 2002, p. 02).

Insistindo na efervescência a partir de Oyěwùmí (2002), este artigo apresenta uma perspectiva de análise crítica sobre o conceito de gênero e da universalidade das categorias. A autora destaca que é necessário em levar consideração a existência da diversidade de experiências e as identidades de gênero nos mais variados contextos sociais e culturais.

Na perspectiva de Butler (2003), o conceito de sexo traz um determinismo biológico: ou se nasce homem ou mulher. A autora questiona essa perspectiva biológica imposta pela cultura e amplia a discussão para o campo do poder. De acordo com a autora

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (Butler, 2003, p.26).

Embora as perspectivas de Butler (2003) e Oyěwùmí (2017) sejam diferentes, vale destacar que Butler (2003) questiona a perspectiva biológica e eleva a discussão para o campo do poder, argumentando que a noção do gênero implica um tipo de determinismo biológico, os indivíduos são categorizados como homens ou mulheres desde sua gestação, o que gera o conceito de sexo. Por outro lado, Oyěwùmí (2017) oferece uma análise crítica acerca das construções sociais e culturais de gênero. A autora questiona a proclamada universalidade dessas categorias e enfatiza a importância de considerar a diversidade de experiências e identidades de gênero em distintos contextos culturais.

Em linhas gerais o conceito de gênero com o movimento feminista adquire outros significados, englobando aspectos culturais e sociais, discutindo acerca dos papéis esperados aos homens e às mulheres, bem como as desigualdades de gênero em uma sociedade patriarcal, logo “o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres” (Saffioti, 1987, p.16). O Movimento Feminista impulsiona diversas esferas da sociedade a repensar o patriarcado e suas estruturas, coloca em pauta as desigualdades de gênero,

trazendo a público, questões antes vistas como problemas exclusivos e inquestionáveis das mulheres. Conforme afirma Carneiro (2003, p.49) “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos”.

Para analisar a “Síndrome da Mulher-Maravilha”, é essencial compreender a origem da personagem dos quadrinhos e as motivações pelas quais houve a sua criação e, que remonta à década de 1940, por William Moulton Marston. De acordo com Cunha (2016), Marston era admirador das causas feministas e foi um dos primeiros a questionar os motivos pelos quais não havia políticas que permitissem o ingresso de mulheres na Universidade de Harvard. Por isso, pensou em criar uma personagem, que na percepção dela, teria como objetivo contribuir para a igualdade de gênero. Portanto, sob seu ponto de vista decidiu utilizar a influência dos quadrinhos para provocar uma mudança na mentalidade masculina através da criação de uma personagem inovadora: uma mulher guerreira, protagonista nas batalhas, empoderada, invulnerável, forte e corajosa.

Em síntese, a história ocorre em uma ilha mística, onde só existiam mulheres. Diana é uma princesa das amazonas, que nasce na Grécia, o “berço da civilização⁶”. Nos quadrinhos, a personagem é pioneira ao protagonizar como uma guerreira, exibindo empoderamento, invulnerabilidade, força e coragem, características antes associadas exclusivamente ao universo masculino. Além disso, por ser princesa das amazonas, ela personifica um símbolo de beleza sob o ponto de vista do padrão eurocêntrico. Jill (2017) reitera que Marston, inspirado pelo movimento feminista, era um homem de mente aberta e curiosa, buscando contribuir para a causa da igualdade de gênero. Ele reconhecia a importância de utilizar a influência dos quadrinhos para provocar uma mudança na mentalidade predominante masculina.

No entanto, paradoxalmente a sua motivação inicial, Martson utilizou como componente essencial na base da construção de Diana: o sexo e a erotização da personagem, com objetivo de alcançar e garantir que a história obtivesse sucesso (Jil, 2017). Assim, inspirou-se em suas predileções sexuais na criação e no desenvolvimento

⁶ Local onde a civilização teria surgido. O pensamento atual é que não houve um “berço” único, mas várias civilizações que se desenvolveram independentemente, sendo o Crescente Fértil, a Índia Antiga e a China Antiga as mais antigas.

da história. Incorporando representações eróticas à personagem, que foi desenhada a partir das *pin-ups*⁷.

Curiosamente, ele é o inventor do detector de mentiras, que é representado nos quadrinhos pelo fictício laço da verdade, com o qual ela laçava seus inimigos e, posteriormente, era amarrada por eles em posições erotizadas. Segundo Jil (2017), refletindo nas representações eróticas de Diana, o que ele e Olive Byrne, sua companheira e terceiro elemento de sua relação, estudavam acerca das emoções de mulheres submedidas ao sadomasoquismo.

Contrariando a expectativa de simbolizar o empoderamento feminino, a personagem Mulher-Maravilha acabou por construir predominantemente a imagem da “supermulher”, aquela que, mesmo sobrecarregada e infeliz, é considerada invulnerável, incansável e capaz de enfrentar todas as adversidades e, por conseguinte, dando conta de tudo. Sobre ela recai a projeção social para se ajustar a um padrão de perfeição inatingível, quase como uma “deusa”, refletindo o perfil da personagem criada por Marston, devendo estar a todo o momento preparada para resolver tudo, agradar a todos, mostrando-se feliz, forte, bela e incansável. Quando não alcança esse padrão, é rotulada de frágil e incapaz de lidar com todas as questões do mundo moderno que são impostas as mulheres. Desta forma, está ininterruptamente sendo colocada à prova e tem sua capacidade comparada desigualmente a do homem, que usufrui de lugar privilegiado na sociedade. Assim, para dar conta das demandas “veste a capa” da super-heroína assumindo múltiplos papéis e muitas vezes adoecendo.

Essa representação contribui para a perpetuação de uma vida altamente estressante, marcada por padrões utópicos, alimentando a ilusão de ser uma guerreira praticamente dotada de superpoderes, encarregada de salvar a todos. Por exemplo, Lages, Detoni e Sarmiento (2005, p. 3) afirmam que “a inserção da mulher em um espaço majoritariamente masculino [...] acabou por fazer com que ela anexasse às funções domésticas, o trabalho fora de casa, sobrecarregando-a com múltiplas jornadas”.

Enquanto a Mulher-Maravilha, dos anos 1940, representava uma nova figura feminina capaz de incorporar tanto características consideradas femininas quanto

⁷ Modelos que estamparam pôsteres sensuais com uma estética muito própria nas décadas de 1940 e 1950.

masculinas, na contemporaneidade, surge um novo modelo de Mulher-Maravilha, definido pelas dinâmicas das relações de trabalho dentro e fora do lar (Oliveira; Bastos, 2021).

Na busca por atingir padrões inalcançáveis de estética, do cuidado, do lar, dos relacionamentos e do mundo laboral, bem como na realização de seus objetivos para conquistar seu espaço dentro de uma sociedade patriarcal, as mulheres têm imposta sobre si demandas extenuantes, que, segundo várias pesquisas, vêm acometendo sua saúde. As grandes demandas colocam sobre seus ombros exigências, como se fossem dotadas de superpoderes, tal qual a personagem.

Enquanto a super-heroína foi idealizada como uma nova mulher, que coaduna ternura e beleza à força e luta, o uso contemporâneo do termo tem sido associado a um novo padrão feminino que, paradoxalmente, pode resultar em uma síndrome que desencadeia problemas emocionais, a qual faz referência à personagem dos quadrinhos a chamada: “*Síndrome da Mulher-Maravilha*”. De acordo com Abreu (2016)

[...] é a condição nosológica da consciênciosomática multitarefa, manifestando-se na condição de refém das pressões externas da sociedade moderna na busca da perfeição, utilizando-se de supostos superpoderes, autoiludida sobre a própria capacidade e equivocada quanto à prioridade evolutiva. Abreu (2016, p.48)

Destaca-se que não se trata de um termo médico, mas a “*Síndrome da Mulher-Maravilha*” faz uma analogia para explicar o que acomete as mulheres do século XXI, na busca para alcançar o padrão e para atender a múltiplas expectativas e demandas que há sobre elas, levando a sua sobrecarga e o seu adoecimento, virando reféns da exigência da alta performance. É importante analisar o que é ser mulher nesta sociedade que exige alta performance e que determina as expectativas sociais, bem como refletir o custo desse parâmetro massacrante sobre seus corpos.

Durante muito tempo o trabalho feminino era restrito aos afazeres domésticos e aos cuidados. Após muitas lutas, conquistou-se o seu direito a inserir-se no mercado do trabalho. Paradoxalmente, mesmo ocupando o mundo laboral tal qual aos homens, não houve uma mudança acerca das perspectivas da divisão de tarefas, assumindo assim

múltiplas jornadas. Tornando-as mais uma vez refém do sexismo⁸ que lhes impõem um padrão de “ser a Mulher-Maravilha”, ou seja, a guerreira invulnerável, que luta incansavelmente e diariamente para dar conta das multitarefas em diferentes esferas. Consequentemente, assumem o papel dos afazeres elencados como exclusivamente feminino no patriarcado e com o acréscimo das funções laborais. Não existindo uma divisão igualitária das tarefas entre os homens e as mulheres. Lages; Detoni; Sarmento (2005) afirmam que “a inserção da mulher em um espaço majoritariamente masculino [...] acabou por fazer com que ela anexasse às funções domésticas, o trabalho fora de casa, sobrecarregando-a com múltiplas jornadas” (Lages; Detoni; Sarmento, 2005, p.3). Buckingham (2014) ressalta que somente 2% da população possui a capacidade efetiva de realizar múltiplas tarefas simultaneamente. Os demais demonstram perda de qualidade, celeridade e foco na atividade principal. As múltiplas tarefas ocasionam sérios danos a sua saúde, tanto física quanto mental.

Desta forma, as mulheres são acometidas pela autocobrança para ser bem-sucedida em todos os campos: profissional, intelectual, estético, maternal, doméstico e sexual, secundarizando e/ou muitas vezes excluindo de suas vidas o autocuidado em detrimento ao cuidar dos outros. No mundo real, ser a “Mulher-Maravilha” perpetua uma vida altamente estressante, com padrões utópicos, que alimentam a ilusão de ser uma guerreira dotada de superpoderes, para encarregar-se de cuidar e de salvar a todos.

Por sua vez, os homens continuam desempenhando seus papéis sociais e suas atividades no trabalho, com a possibilidade de descansar após uma jornada extenuante. No entanto, o mesmo não se aplica às mulheres. Segundo Lages; Detoni; Sarmento (2005):

[...] ao se falar do trabalho da mulher fora de casa, muitos elementos se fazem presentes: emancipação feminina, filhos, cônjuge, renda familiar, sentimentos de culpa pela ausência no lar, dentre outros. Tal fato acontece porque a mulher continua sendo socialmente considerada como elo da família e, como tal, se espera que ela desenvolva esse papel, mas que também produza, isto é, tenha o seu trabalho profissional, não abandonando a sua missão de protetora e mantenedora social do lar. [...] A cultura não abandonou a noção de que são exclusivas do gênero feminino as funções domésticas. Assim, se

⁸ Qualquer expressão baseada no pressuposto de que algumas pessoas, maioritariamente mulheres, são inferiores devido ao seu sexo (human-rights-channel).

naturaliza a dupla jornada de trabalho. (Lages; Detoni; Sarmiento, 2005, p.3)

Uma pesquisa conduzida por Rocha-Coutinho (2004) examinou o significado de ser uma Mulher-Maravilha para mulheres brasileiras, a partir da entrevista de 25 estudantes universitárias de diferentes cursos, entre 18 e 28 anos, para explorar suas percepções acerca da maternidade, relacionamentos afetivos, sexualidade, casamento e carreira profissional. Embora as entrevistadas tenham expressado ideias sobre igualdade de gênero e a importância das escolhas pessoais na contemporaneidade, Rocha-Coutinho (2004) observou que em sua grande maioria tentaram conciliar os discursos e padrões antigos e modernos sobre feminilidade. Isso resulta em impasses não reconhecidos, onde a liberdade de escolha parece ser uma justificativa frágil. Tal qual a personagem de Martson, que traz a fusão de atributos masculinos e femininos, as mulheres contemporâneas são pressionadas a conciliar múltiplas expectativas sociais, especialmente em relação ao trabalho e à vida doméstica. O trabalho fora de casa é visto como uma condição indispensável para a realização pessoal, coexistindo com a responsabilidade pela gestão da vida doméstica e da maternidade, o que impõe desafios significativos, afetando tanto as escolhas de carreira quanto a tomada de decisões sobre como equilibrar ambos (Rocha-Coutinho, 2004).

Enquanto a super-heroína era idealizada como uma nova mulher, o uso contemporâneo do termo tem sido associado a um novo padrão feminino que, paradoxalmente, pode resultar em uma síndrome que desencadeia problemas emocionais. Pode-se afirmar que, isso reflete uma apropriação do capitalismo para integrar as mulheres no mercado de trabalho, enquanto o sistema patriarcal ainda influencia profundamente essa dinâmica (Oliveira; Bastos, 2021). Entretanto, em uma sociedade marcada pela hierarquia de gênero, classe e raça, surge a indagação: como as mulheres negras são afetadas pela Síndrome da Mulher-Maravilha?

2. Interseccionalidade e a “Síndrome Da Mulher-Maravilha”

Segundo Gonzalez e Hasenbalg (1982), mesmo após o término da institucionalização e legalização da escravidão, persistem diversas desigualdades estruturais em nosso país. De acordo com Souza (2018), a escravidão assumiu novas

formas na sociedade contemporânea, muitas vezes disfarçada sob ocupações desqualificadas e subqualificadas.

Percebe-se que no mundo capitalista, a integração das mulheres ao mercado de trabalho é fortemente influenciada e marcada pelo sistema patriarcal (Oliveira; Bastos, 2021), que expressa, afirma e reafirma muitas desigualdades entre homens e mulheres as mascarando como naturais. Pesquisas do IBGE comparando dados de 2016 a 2022 apontam que o número de horas gastos semanalmente por mulheres com os afazeres domésticos e com o cuidar é o dobro comparativamente aos homens entrevistados.

No início do século XX, as mulheres negras entraram no mercado de trabalho como cuidadoras de lares, dedicando-se a jornadas exaustivas sem proteção legal, pois o trabalho doméstico não era reconhecido como produtivo (Carvalho; Santos, 2021). Vale ressaltar que os trabalhos desempenhados pelas mulheres negras ao longo da história, Lélia Gonzalez (2018) destaca que, além das responsabilidades domésticas, elas também realizavam tarefas pesadas, comparáveis às dos homens escravizados. Segundo Gonzalez (2018), no Brasil, há uma divisão racial do trabalho que perpetua a exclusão das mulheres e da população negra dos setores mais valorizados da economia. Para a socióloga, as trabalhadoras rurais e as empregadas domésticas modernas são uma continuação das escravas de plantação e das mucamas, respectivamente.

Diante desse cenário, a mulher contemporânea muitas vezes performa no limite das próprias capacidades físicas, emocionais e mentais para cumprir multitarefas. O sexismo naturaliza a sobrecarga das mulheres, pois não abdicou da visão que os afazeres domésticos e o cuidar também são de responsabilidade do homem, que dentro dessa lógica, tem o direito de “ajudar” ou não as funções domésticas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) mostram que homens gastam mais tempo com tarefas domésticas quando moram sozinhos em média, 14,3 horas semanais; já as mulheres, quando dividem o lar elas gastam maior tempo 24,1 horas, em média, por semana. O IBGE (2023) aponta que as mulheres com 14 anos ou mais fazem trabalho doméstico por 9,6 horas a mais que os homens por semana. No entanto, a realização de afazeres domésticos era maior entre homens com curso superior completo (86,2%) e menor entre os sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (74,4%).

Além da jornada dupla, as mulheres sofrem com maior precariedade no trabalho, maior informalidade e recebem menos do que os homens para executar as mesmas funções no mercado de trabalho, fato que demonstra desproteção social e falta do cumprimento de seus direitos trabalhistas garantidos por lei.

Diferentemente de décadas atrás, dados do IBGE revelam também que o número de mulheres provedoras e mantenedoras vem crescendo a cada ano, perfazendo quase metade das casas brasileiras. Vale ressaltar que 57% das mães que criam seus filhos sozinhas estavam na pobreza. Complementando esse dado Feijó (2023), afirma em site da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que uma pesquisa aponta que 90% das mães solo do Brasil são negras.

No início do século XX, as mulheres negras entraram no mercado de trabalho como cuidadoras de lares, com jornadas exaustivas e sem seus direitos assegurados por lei. Vale ressaltar que os trabalhos desempenhados pelas mulheres negras ao longo da história, Lélia Gonzalez (1988) destaca que, além das responsabilidades domésticas, elas também realizavam tarefas pesadas, comparáveis às dos homens escravizados. Segundo Gonzalez (1988), no Brasil, há uma divisão racial do trabalho que perpetua a exclusão das mulheres e da população negra dos setores mais valorizados da economia. Para a socióloga, as trabalhadoras rurais e as empregadas domésticas modernas são uma continuação das escravas de plantação e das mucamas, respectivamente.

A precariedade financeira, baixos salários e sobrecarga no trabalho tem contribuído para um exponencial aumento nos índices de adoecimento entre mulheres, com prevalência sobre as mulheres negras, 54% delas estão insatisfeitas ou extremamente insatisfeitas com sua situação financeira, em comparação com 39% das mulheres brancas (Eva, 2023). A instabilidade econômica exerce uma forte influência na saúde emocional, tornando as mulheres mais suscetíveis a problemas psicológicos (Eva, 2023). Enfrentam violações constantes dos direitos humanos fundamentais devido aos preconceitos raciais e de gênero, gerando estresse, traumas e inseguranças (Eva, 2023).

As mulheres negras sofrem ainda mais: 54% delas estão insatisfeitas ou extremamente insatisfeitas com a própria situação financeira, contra 39% das mulheres brancas”. Não poderia ser diferente: o levantamento do DIEESE baseado nos dados do Pnad Contínua mostrou que das famílias brasileiras lideradas por mães-solo, 62% tinham uma mulher

negra como principal provedora, e, ao mesmo tempo, 63% dos lares chefiados por mulheres negras viviam na extrema pobreza. (Eva, 2023)

Diante de tantos desafios e tentando ser a “Mulher-Maravilha”, os sentimentos de incompletude, de que deixou de fazer algo, tomam grandes proporções causando um vazio existencial e projeta a angústia contínua de antever do futuro e estar à frente, culminando casos clínicos Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), entre outros problemas que afetam sua saúde mental e física. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (2020), apontam que é crescente o índice de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e o Brasil é o país que apresenta o maior índice de casos diagnosticados e o quinto em casos de Depressão, sendo o maior percentual em mulheres. Ramanda et al. (2010) afirma que “a mulher possui peculiaridades tanto fisiológicas como socioculturais que irão interferir diretamente no seu bem-estar” Ramanda et al. (2010, p.617), consequentemente, as diferenças de gênero afetarão a saúde da mulher. Ramanda et al. (2010) complementa a maneira com a qual a mulher é vista pela sociedade a afeta direta ou indiretamente, uma vez que os tabus, os preconceitos, as transformações fisiológicas são vinculados, atribuídos e de responsabilidade dela.

Não somente as desigualdades e hierarquias de gênero marcam as mulheres, sendo assim, faz-se necessária a análise sob a ótica interseccional, levando em consideração outros demarcadores. Oyěwùmí (2002, p.3) afirma que:

as discussões centraram-se sobre a necessidade de atentar-se ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação, que emprestam peso à afirmação de que o gênero não pode ser abstraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia

Assim, os processos discriminatórios não são analisados de maneira desconexas e isoladas, mas sim, forma complexa, entrelaçando e adicionando simultaneamente: classe, de gênero, de geração, de raça/etnia e de orientação sexual, a fim de compreender como ocorrem a discriminação na sociedade. Segundo Crenshaw (1989) “as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” (Crenshaw, 1989, p. 140).

Neste contexto, além de todos os privilégios dados aos homens, é inegável a existência de diferenças abismais entre mulheres brancas e negras na sociedade e no

mercado de trabalho. Segundo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2020), 43% das mulheres ocupadas 9 ganhavam até um salário-mínimo, sendo em sua grande maioria, mais da metade, mulheres pretas. 5,3% são mulheres desalentadas¹⁰, 1,6 milhão são negras e 672 mil não negras. Mulheres negras ganham 38,4% menos que mulheres não negras; 52,5% menos que homens não negros e 20,4% menos que homens negros.

Hooks (2015) destaca que no discurso feminista há o predomínio das mulheres brancas, pois elas quem formulam e elaboraram suas próprias teorias, assim “têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista” (Bell Hooks, 2015, p. 196).

Dados do DIEESE (2024) apontam que a taxa de subutilização, que representa a parcela da população empregada com jornada de trabalho insuficiente em relação à força de trabalho total, foi mais elevada entre as mulheres negras (7,3%), seguida pelos homens negros (5,0%). Já entre as mulheres não negras, essa taxa ficou em 4,8%, enquanto entre os homens não negros foi de 3,1%. Esses números revelam a fragilidade da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, pois muitas delas trabalham menos horas do que desejam ou precisam, recebendo salários menores (DIEESE, 2024). Além disso, observou-se um aumento na taxa de subutilização entre as mulheres, passando de 7,0% para 7,3% entre as negras e de 4,5% para 4,8% entre as não negras, ao longo dos dois trimestres analisados (DIEESE, 2024).

Observando os dados supracitados à luz da análise histórica do Brasil, percebe-se o grande impacto e os reflexos da escravização em nosso país, que possui inúmeras desigualdades estruturais a serem superadas. Demonstra que a escravização ganhou novos contornos na sociedade atual mascarado com os trabalhos desqualificados e subqualificados na sociedade (Souza, 2018). O trabalho da população negra é explorado desde o período colonial e, infelizmente, até os dias de hoje.

Sob ótica da interseccionalidade, pode-se afirmar que as desigualdades agravam ainda mais quando se é mulher, negra e periférica, fato que é pode ser ratificando quando

⁹ Que atual no mercado de trabalho.

¹⁰ Categoria especificada pelo DIEESE como aquelas que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar porque acham que não vão encontrar.

observa-se que ela compõe a base da pirâmide social. Akotirene (2019, p. 150) afirma que a interseccionalidade é “sistema de opressão interligado, que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias”.

Diante do exposto, é possível afirmar que as mulheres pretas são mais exploradas, desvalorizadas, desrespeitadas e menos cuidadas pela sociedade, bem como pode-se acrescentar o agravante de sofrerem com a naturalização dessas questões, conforme aponta Gonzales (1988)

embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. [...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negroafricana. A África é o continente 'obscuro', sem uma história própria (hegel); por isso, a razão é branca, enquanto a emoção é negra. Assim, dada a sua 'natureza sub-humana', a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continen-te, é considerada 'natural'. Gonzales (1988, p.77)

Em uma sociedade patriarcal e discriminatória, as mulheres brancas são impactadas pela “Síndrome da Mulher-Maravilha”, porém, nas mulheres negras isso se intensifica, pois estão constantemente colocadas “à prova”. Mesmo dispondo de pouco acesso, escassos recursos e aparatos do Estado, a sociedade impõe sobre seus corpos e mentes uma validação diária sua capacidade. Assim, sendo necessário serem “as guerreiras” em tempo integral, como se, por serem negras, podem suportar tudo. Diante de tantos obstáculos, tais como: discriminação, dupla jornada de trabalho, descanso precarizado, secundarização de seu autocuidado, escassez de seu tempo, dificuldade financeira, alimentação inadequada, acesso restrito oportunidades de escolarização, saúde, alimentação e transporte, O pesquisa realizada pelo Laboratório Think Olga, disponível no site Think Eva (2023), revela dados alarmantes, nos quais demonstra que as mulheres negras têm seus direitos básicos violados pelos preconceitos racial e de gênero, o que ocasiona inseguranças, traumas e estresse. Assim, adoecidas, essas mulheres não são cuidadas pela própria sociedade que levou ao seu adoecimento. A pesquisa aponta que 70% das vítimas de mortes violentas no Brasil são de mulheres negras, bem como elas são as maiores vítimas da violência doméstica. Aponta também

que crianças negras têm 39% mais chances de morrer antes dos 5 anos por doenças que poderiam ser evitáveis. Além de 3,6 vezes maior probabilidade de morrer vítima de arma de fogo. Segundo Think Eva (2023), o medo constante da perda e do luto desencadeia uma maior incidência de transtornos mentais sobre essas mulheres, tais como: a depressão, o transtorno de ansiedade e doenças psicossomáticas, os sintomas físicos da sobrecarga mental.

Observa-se que as mulheres negras ficam mais vulneráveis e suscetíveis ao adoecimento, uma vez que muitas vezes a sua saúde física e mental são mais afetadas, do que as mulheres brancas e, principalmente, em relação aos homens.

3. Discussão

A persistência das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho revela como as estruturas sociais ainda carregam marcas profundas da escravidão e do patriarcado. Apesar dos avanços legais e institucionais, as mulheres negras continuam sendo as mais afetadas pela precarização do trabalho, concentradas em ocupações de baixa remuneração e menor reconhecimento social, como o trabalho doméstico e o setor de serviços. Esse fenômeno não é apenas uma questão econômica, mas também um reflexo de um sistema que naturaliza a divisão do trabalho com base em raça e gênero.

A história da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil mostra como a exploração foi sendo ressignificada ao longo do tempo. Se antes o trabalho compulsório das mulheres escravizadas era visto como uma obrigação imposta, hoje ele se apresenta na forma de empregos com baixa proteção trabalhista, informalidade e jornadas exaustivas. A ideia de que determinadas funções são "naturalmente" destinadas a mulheres negras, como o cuidado de crianças e idosos, revela como estereótipos raciais continuam operando na estrutura econômica. Além disso, a cobrança social para que essas mulheres sejam sempre fortes, resilientes e capazes de lidar com múltiplas demandas sem demonstrar cansaço ou vulnerabilidade se relaciona diretamente com a chamada "síndrome da mulher maravilha".

Esse conceito descreve a pressão imposta sobre as mulheres, especialmente as negras, para que sejam trabalhadoras incansáveis, cuidadoras dedicadas, mães exemplares e ainda mantenham uma aparência de força inabalável. Essa expectativa social se torna um fardo que leva à sobrecarga física e emocional, agravando as condições de saúde

mental e reforçando a falta de suporte estrutural para que essas mulheres possam dividir responsabilidades e acessar direitos de forma plena. No mercado de trabalho, isso se traduz na exigência de uma produtividade constante, sem o devido reconhecimento ou a valorização do esforço despendido.

Além disso, é preciso refletir sobre como essas desigualdades impactam não apenas a renda, mas também o acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e educação. O mercado de trabalho não é um espaço neutro: ele é atravessado por relações de poder que definem quem tem mais ou menos oportunidades. A luta por equidade, portanto, não pode se restringir a uma discussão sobre emprego e salário, mas deve abordar a necessidade de políticas públicas que combatam o racismo estrutural e promovam a valorização da diversidade nos espaços de trabalho. Romper com a síndrome da mulher maravilha significa, também, desafiar a lógica que normaliza a exaustão e a exploração das mulheres negras, reivindicando condições de trabalho dignas e o direito ao descanso e ao autocuidado.

4. Considerações Finais

Vive-se em uma sociedade capitalista de alta performance em que a divisão sexual do trabalho é evidente, consequentemente, ela gera desigualdades que subjugam as mulheres e representam um dos problemas mais significativos no mundo laboral. O modelo patriarcal e escravista influenciou a sociedade brasileira, contribuindo para expressões de sexismo e racismo que alimentam desigualdades sociais, políticas e econômicas entre os gêneros. Diante do exposto, é imprescindível discutir as desigualdades sob a lente da interseccionalidade.

No contexto atual, as mulheres enfrentam a árdua tarefa de tentar conciliar a expectativa imposta pelo patriarcado com suas responsabilidades na esfera produtiva. Tal cenário tem impactado a saúde das mulheres, levando-as ao esgotamento e à exaustão, alimentando a ideia subconsciente da Mulher-Maravilha: a necessidade de salvar todos e lidar com todas as demandas para provar seu valor e ocupar espaços sociais historicamente negados. A Mulher-Maravilha só existe no mundo da ficção. Não há como romantizar a cobrança pela perfeição, afinal, diferentemente da história, o que existe são mulheres reais.

Essa pressão imposta é ainda mais agravada quando considerado a interseccionalidade, com mulheres enfrentando múltiplas formas de discriminação devido à sua raça e condição socioeconômica. Sobrecarregadas, com múltiplas jornadas, iludidas sobre sua capacidade de suportar tudo e pressionadas por padrões de perfeição inatingíveis, as mulheres carregam uma culpa injusta por não alcançar a autossuficiência, o que leva ao esgotamento físico e psicológico, pois vivem na busca da legitimação de suas conquistas, para romper com a visão patriarcal de dependência masculina e a visão de fragilidade feminina.

A síndrome da Mulher-Maravilha, por exemplo, revela não apenas a pressão sobre as mulheres, mas também a maneira como as expectativas sociais são moldadas por estruturas patriarcais e capitalistas. Mulheres negras, em particular, enfrentam uma série de desafios adicionais, desde a falta de representatividade nos espaços de poder até a precariedade econômica resultante de décadas de discriminação estrutural. Além disso, a interseccionalidade emerge como uma lente crucial para entender as complexas interações entre raça, gênero e classe, destacando como esses sistemas de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

As mulheres negras enfrentam desigualdades econômicas, sociais e políticas únicas que exigem abordagens específicas e políticas inclusivas para promover a equidade, sendo necessário o investimento em políticas públicas para romper com o ciclo de pressões e opressões.

5. Referências

ABREU, Renata. Síndrome da mulher maravilha: autodiagnóstico e autossuperação. Glasnost. **Ano 3**, n. 3, p. 48, 2016.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

BUCKINGHAM, M. **O Poder das Mulheres Fortes**: o que Elas Fazem de Diferente para serem Felizes e Bem-sucedidas; Tradução de Leila Couceiro; Sextante; Rio de Janeiro, RJ; 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n.49, 2003.

CARVALHO, M.; SANTOS, W. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, jan.-abril, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, n.1, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

CUNHA, Jaqueline dos Santos. A representação feminina em Mulher Pantera e Mulher Maravilha. **Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)** – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. **Boletim Especial 8 de Março**, 2024.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos. **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acessado em: 10 de jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*, **Brasília**, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016 a 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

JILL, Lepore. **A história secreta da Mulher-Maravilha**. Editora Bestseller, 2017. 2ª. edição.

LAGES, Sônia Regina Corrêa; DETONI, Caroline; SARMENTO, Sandra Carrato. **O preço da emancipação feminina** - uma reflexão sobre o stresse gerado pela dupla jornada de trabalho. Estação Científica, FESJF, 2005.

MARSTON, Willian Moulton. Why 100,000,000 Americans read comics. **The American Scholar**, Winter, v. 13, 1943.

OLIVEIRA, A. M., & Bastos, R. (2021). “Então a deusa se mata em sacrifício de seus próprios animais”: a Mulher Maravilha como uma prescrição do “ser mulher”. **Interfaces**

Científicas - Humanas E Sociais, 9(2), 643–655. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p643-655>

OYĚWUMÍ, Oyèrónké. **Visualizing the Body**: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento, Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf. Acessado em: 13 de jan. 2024.

PINHO, P.S.; ARAÚJO, T.M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Rev Bras Epidemiol**, v.15, n.3, p.560-72, 2012.

RAMADA KRB, Barbosa AF, Siqueira BT *et al.* **Saúde Mental na Atenção à Mulher. Revista de pesquisa**: Cuidado é fundamental on-line. 2010. out/dez. 2(Ed. Supl.):616-619. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/1066-Texto%20do%20Artigo-6802-1-10-20101208.pdf>. Acessado em: 10 de jan. 2024.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 12, n, 1, p. 2-17, 2004.

SOUZA, Jessé de. **A Ralé Brasileira**. Editora Contra Corrente; 3ª edição, 2018.

THINK EVA | **Esgotadas**. O ponto de virada na saúde mental das mulheres. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/> Acessado em: 09 de jan.2024.

_____. **Mulheres negras chegam ao limite da exaustão antes de encontrar ajuda**. Think, 2023.

Disponível em: <https://thinkeva.com.br/exhaustao-das-mulheres-negras/#:~:text=A%20falta>

%20de%20dinheiro%2C%20as,contra%2039%25%20das%20mulheres%20brancas.

Acesso em 9 de abr. 2024.

EVOCÇÃO DOS AUSENTES¹: ARTISTAS NEGRAS, NEGRES E NEGROS NAS ARTES VISUAIS NO BRASIL

Cristiane Pereira Borges²

Tamara de Souza Campos³

Resumo: A História da Arte Ocidental é marcada pelo apagamento das mulheres enquanto artistas, ao passo que, enquanto tema, as mulheres são bastante conhecidas, pois tornaram-se objetos miméticos para a produção de artistas homens, tidos como “grandes gênios da pintura”. Ao longo dos séculos, em especial em fins do século XX, com Maria Auxiliadora e, na atualidade, com Rosana Paulino, por exemplo, vemos surgir produções artísticas de mulheres negras que contam com reconhecimento nacional e internacional dentro do sistema de arte. Neste artigo, problematizaremos as ausências históricas da produção de artistas/es negras/es/os na história da arte brasileira, destacando sua resistência frente ao epistemicídio perpetrado à população negra até atualidade.

Palavras- chave: Arte brasileira. Apagamentos. Artistas Negras/es/os.

EVOCATION OF THE ABSENT: BLACK ARTISTS IN THE VISUAL ARTS IN BRAZIL

Abstract: The history of Ocidental art is marked by the erasure of women as artists, while women are well known as subjects, as they have become mimetic objects to produce male artists, considered “great geniuses of painting”. Over the centuries, especially at the end of the 20th century, with Maria Auxiliadora and, currently, with Rosana Paulino, for example, we have seen the emergence of artistic productions by black women that have gained national and international recognition within the art system. In this article, we will problematize the historical absence of the production of black artists in the history of

¹ A expressão “Evocção dos ausentes” está presente no capítulo “Evocção dos ausentes, dos Silenciados e dos Aprisionados”, no livro Quilombismo, de Abdias Nascimento

² Possui graduação em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda no programa de pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes, com ênfase em Gênero, Etnia e Identidade (UNIGRANRIO). Especialista em Gênero e Sexualidade (Faculdade UNYLEYA). É Professora Docente I - Arte na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), onde atua como professora articuladora. É Professora Docente I - Artes Visuais na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SME), onde desenvolve projetos na Sala de Leitura. Artista-educadora, participante do Coletivo Elva e de exposições coletivas e individuais em espaços alternativos de cultura. Seu campo de pesquisa abrange arte e artistas marginalizados, estudos feministas, estudos decoloniais e educação antirracista.

³ Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Jovem Cientista Mulher pela FAPERJ - 2024 a 2027. Pesquisa arte, memória e relações de poder, a partir das ciências sociais e em perspectiva interdisciplinar. Doutora em Memória Social pela Unirio, graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010) e Licenciada em Sociologia pela UNESA (2023).

Brazilian art, highlighting their resistance to the epistemicide perpetrated against the black population to this day.

Keywords: Brazilian Art. Erasures. Black Artists.

Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam,
com sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo
que nos recusamos a entregar ao poder.
Jota Mombaça⁴

O campo das Artes Visuais é constituído por uma gama de manifestações artísticas que têm como foco principal a percepção através da visão. Dentre essas, estão a pintura, a escultura, a gravura, o desenho, a fotografia, o cinema, colagens, instalações, performances, design, arte digital, arte têxtil, entre outras. De acordo com Susanne Langer, a arte é uma linguagem presentacional⁵ dos sentidos, ou seja, possibilita que captemos as informações através das imagens. Nesse sentido, a apreensão da produção imagético-cultural de um povo nos permite compreender uma visão de mundo em um determinado período histórico. Portanto, as imagens, por serem carregadas de símbolos e signos de uma época, são também documentos históricos e sempre pretendem dizer algo.

A História da Arte Ocidental se pauta em sua própria continuidade, branca, cis, hétero e patriarcal. Durante séculos, não foi capaz de escutar as vozes, outras vozes que reverberavam à margem ou mesmo dentro dos discursos formais, pois a escuta sempre privilegiou epistemologias eurocentradas e constituídas pela ideia do sujeito universal: homem branco, hetero, cis, europeu. De acordo com a autora de *O Pacto da Branquitude*, a professora e psicóloga Cida Bento:

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. [...] Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos,

⁴ MOMBAÇA, Jota. Não Vão Nos Matar: Cartas às que vivem e vibram apesar do Brasil. [S.l]: Cobogó, 2021, p. 7.

⁵ Conceito destacado por Ana Mae Barbosa em entrevista para a Revista Época, em 2016. Disponível em <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/importancia-do-ensino-das-artes-na-escola.html> Acessado em 06/06/2023

foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste (Bento, 2022, p. 28-29).

Com essas reflexões, não buscamos deslegitimar toda a produção artística ocidental europeia ou estadunidense, mas sim, ter um olhar verdadeiramente crítico e histórico, não abrindo mão de seu legado, porém, ressignificando as abordagens que nos foram trazidas até a atualidade. Essa reflexão surge como pauta urgente, ainda que atrasada, para que possamos formular outras epistemologias que se pautem nas histórias daqueles que resistiram a todo tipo de barbárie, apagamentos, silenciamentos instituídos, perpetuados e reproduzidos pelos meios de produção de conhecimento até os dias de hoje e para que possamos ampliar a percepção coletiva sobre a arte e sobre a vida⁶. Contudo, vale ressaltar que toda a terrível história de violência que deixou marcas tão vívidas na constituição da sociedade brasileira, não se deu em meio a um cenário de “cordialidade”, pelo contrário, sempre houve lutas.

No pós-escrito do livro *Enciclopédia negra* os autores reforçam a ideia de reação dos escravizados, que, mesmo com o abrupto rapto de suas vidas/existências, nem por um segundo deixaram de lutar por sua sobrevivência e manutenção de sua ancestralidade, seja por meio de lutas coletivas ou insurreições individuais:

o ativismo negro existe por aqui desde que o primeiro africano e a primeira africana puseram seus pés na então colônia americana dos portugueses para trabalharem coercitivamente, como escravizados nas lavouras. E não foram só revoltas, quilombos, associativismo e movimentos populares; foram também ações diárias que indicavam percepções políticas, sonhos, projetos, pesadelos, apostas, riscos, necessidades e formas de sobrevivência (GOMES, 2021, p. 18).

O conceito de quilombismo trazido por Abdias Nascimento também remonta a essa ideia de luta de resistência frente ao genocídio epistêmico imposto à população negra, que, segundo Kabenguele Munanga⁷, “caracteriza todos os movimentos diaspóricos africanos do mundo”, em defesa da liberdade e em prol da valorização de suas práticas e saberes da negritude. Para Nascimento,

Agora devolvemos ao obstinado segmento “branco” da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu,

⁶ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO.

⁷ No prefácio do livro “O Quilombismo” de Abdias Nascimento (2019, p.20)

a lavagem cerebral que pretendia tirar nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista (Nascimento, 2019, p. 288).

Portanto, o quilombismo proposto por Abdias Nascimento é “um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras” (Nascimento, 2019, p.19) e que extrapola sua própria conceituação inicial, influenciando toda uma nova geração consciente de sua própria história.

O pacto da branquitude permanece intacto no campo das artes, em que o fazer artístico das minorias é visto como pauta identitária, e como tal, destituída de sua função de dar continuidade ao modelo de história da arte ocidentalmente concebido. Artistas negros e racializados quase sempre precisam afirmar suas identidades, a fim de afirmar suas próprias existências, para, só então, ser “autorizado”, pela branquitude, a desenvolver suas próprias poéticas visuais e produções literárias. Muitas vezes, espera-se que o artista negro se debruce, única e exclusivamente, sobre as pautas identitárias e sobre a reprodução de símbolos e signos, marcadores do passado escravocrata e do presente de precarização.

Tomando aqui o conceito de “escrevivência”, da escritora Conceição Evaristo, como uma escrita de si, mas também como uma escrita comunitária e coletiva que se conecta às dores do outro, conseguimos compreender a importância da reconstrução e ressignificação das imagens produzidas sobre a população negra brasileira feitas por artistas negros. A filósofa Djamila Ribeiro em seu livro *O que é lugar de fala?* discorre sobre a importância do reconhecimento e visibilidade das pautas identitárias:

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017, p.45).

As artistas das periferias, mulheres negras e que ousam (re)discutir as relações étnico-raciais a partir de suas obras, podem não contar com a visibilidade quase automática a qual diversos artistas contam. Alguns deles são filhos e herdeiros de outros artistas, que tiveram e têm sua ascensão meteórica no mercado de arte, graças às estruturas

de privilégios intrínsecas ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), no qual pessoas brancas são beneficiadas por outras pessoas brancas que dominam as estruturas de poder. Às artistas marginalizadas, cabe a resistência e a organização coletiva como forma de superação desse *status quo*. A rede NAMI⁸, coordenada pela artista visual Panmela Castro é um exemplo de coletivo artístico em prol de mudanças sociais, pois promove a divulgação e capacitação de artistas das periferias do Rio de Janeiro e, através do grafite, conscientiza as mulheres sobre violência doméstica. A formação institucional das artistas das periferias não lhes garante acesso aos espaços de privilégio no sistema de arte. Nesse sentido, espaços independentes de cultura e museus como o MUHCAB, o MAR e a galeria do Instituto Pretos Novos (IPN), por exemplo, são espaços que têm buscado ouvir as vozes de artistas periféricos, se mostrando contra hegemônicos e afrocentrados, comprometidos com mudanças sociais através da arte.

O Brasil possui, em sua formação social, o mito da democracia racial e da cordialidade, historicamente difundidos por pensadores brasileiros, em sua maioria homens brancos, pertencentes a uma elite intelectual. Como afirma Lélia Gonzalez em seu artigo *A mulher negra na sociedade brasileira*:

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser “cordial” e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. Por aí se pode imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas). Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação subumana em que foi lançado (Gonzalez, 2020, p.50).

Desconstruir esse imaginário se torna algo necessário, mas também exaustivo. O epistemicídio articulado ao dispositivo de racialidade/biopoder (Carneiro, 2005) perpetrado à população negra e às minorias em geral, dificultam uma mudança de paradigma em vários aspectos da sociedade brasileira desde o pensamento social, perpassando os meios artístico culturais, a educação, a segurança, a saúde etc.

⁸ “A Rede NAMI é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo o uso da arte como veículo de transformação social, promovemos através de nossos projetos os direitos das mulheres, negros, povos originários, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência”. Retirado de <https://redenami.com/> ACESSADO em 20/03/2024.

o dispositivo de racialidade vem se constituindo historicamente em elemento estruturador das relações raciais no Brasil e que, dentre os componentes do dispositivo de racialidade que ele articula, o epistemicídio tem se constituído no instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas, para as quais a educação tem dado contribuição inestimável (Carneiro, 2005, p.33).

Um país forjado no racismo estrutural/cultural e institucional, só verá mudanças concretas de suas fraturas coloniais à medida em que nos dedicarmos cada vez mais à escuta daqueles, historicamente, silenciados pelos dispositivos de racialidade que culminam na manutenção das estruturas racistas ainda latentes na sociedade brasileira. Combater as limitações do cânone e escutar as vozes de autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, por exemplo, que pensam a sociedade a partir do papel das mulheres negras na sociedade brasileira, pode ser um passo importante na construção de mudanças na produção de conhecimento.

No âmbito da história da arte brasileira, observamos que os preconceitos, silenciamentos, exclusões, que estão no cerne da construção do Brasil enquanto sociedade, também se estabelecem /reproduzem no meio artístico, ainda carente da escuta de vozes periféricas/marginais tanto na produção artística quanto na curadoria das exposições de arte.

A falta de referenciais contribui para o apagamento das histórias das mulheres, principalmente das mulheres indígenas, negras, sem-terra e trans. Portanto, como afirma Luciana Gruppelli Laponte, em seu artigo *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*⁹:

Importante para isso é conhecer e problematizar uma outra forma de ver a arte, que emerge (mesmo que à margem do discurso oficial) a partir de um ponto de vista feminista, procurando subverter os olhares canônicos para a arte, tornando visível uma polissemia discursiva, muito além da linguagem formal (Laponte, 2002).

Em seu artigo *Gênero, educação e docência nas artes visuais*, a autora problematiza a simplificação da inclusão do protagonismo feminino e destaca conceitos de Griselda Pollock relativos a essa questão:

⁹ Artigo publicado na Revista Estudos Feministas. vol.10 no.2 Florianópolis July/Dec. 2002. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200002>>. Acessado em 30/07/2017.

Ao sublinhar a História da Arte como uma versão canônica disfarçada de uma única história da arte, ou uma lenda da criatividade cristã ocidental, tratada simplesmente como sinônimo de arte, Griselda Pollock (2003) não propõe, contudo, que uma outra história da arte seja redigida, restituindo o devido lugar das mulheres, mas reivindica “intervenções feministas” neste campo de saber, aparentemente tão consolidado. Não basta apenas adicionar confortavelmente nomes e histórias de artistas mulheres esquecidas, mas redefinir os objetos que estudamos, as teorias e métodos que utilizamos para a produção e leitura de práticas artísticas e culturais (Pollock Apud Laponte, 2005, p.248).

É de suma importância uma prática educativa em artes visuais que se volte para as “sujeitas” apagadas da história, que tenha um olhar crítico sobre a desumanização dos povos escravizados e que entenda os reflexos dos apagamentos históricos dos saberes e culturas dos povos originários e da população negra no processo de colonialidade que perdura até os dias atuais.

Pensando no âmbito da produção artística negra, ela não precisa se encaixar em um modelo artístico pré-concebido, pelo contrário, essa produção não visa se legitimar agradando o opressor, mas enfatizar as diferenças irreconciliáveis. Portanto, os detentores do poder, em alguma medida, pressupõem ordenar/ regular a produção artística dos sujeitos marginalizados da história. Conceição Evaristo nos dirá que “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”¹⁰ (Evaristo, 2021).

Neste sentido, Grada Kilomba, escritora e artista portuguesa, em seu livro *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano* nos ajuda a entender a importância do tensionamento das questões raciais na produção de conhecimento:

A realidade experienciada do racismo, os encontros subjetivos, as experiências, as lutas, o conhecimento, a compreensão e os sentimentos dos *negros* no que diz respeito ao racismo, assim como as cicatrizes psíquicas que o racismo nos causa, têm sido amplamente negligenciados (Essed, 1990; 1991). Tais fatores só se tornam visíveis nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional *branca* é subitamente perturbada, quando nossas experiências com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade *branca* (Kilomba, 2019, p.72).

¹⁰ <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/>

Kilomba relata em seu livro um exercício simples que realizava com seus alunos na Universidade alemã, que consistia em realizar perguntas amplas sobre a colonização alemã no continente africano e, depois, perguntas mais objetivas sobre intelectuais negros e figuras históricas de resistência na luta contra a colonização no continente. Nesse exercício os estudantes brancos permaneciam calados, não conseguindo responder às indagações da professora, ao passo que os estudantes negros, em sua maioria, respondiam corretamente às perguntas. A autora comprova, com este exercício, que o espaço acadêmico não é um espaço neutro de conhecimento, mas sim um espaço que privilegia determinados conhecimentos dominados e perpetuados por determinados grupos de pessoas brancas, desta forma corroborando para a noção de epistemicídio identificada por Grosfoguel (2016) e Sueli Carneiro (2023).

Pensando no campo das Artes Visuais como um lugar marcado por privilégios, os teóricos Franz Fanon (2008) e Grada Kilomba (2019) nos ajudam a compreender os mecanismos intrínsecos nas relações de poder que se utilizam do preconceito racial para desqualificar a produção de artistas negras/es/os, a fim de manter a hierarquia social em que a branquitude segue sendo privilegiada e adulada, pautando assim as desigualdades sociais e culturais na sociedade brasileira e no campo das artes.

Se há nitidamente a exclusão de mulheres ao longo da História da Arte, a exclusão das mulheres negras é infinitamente maior, o que revela que a participação no campo das artes diverge segundo o perfil das mulheres artistas.

O questionamento de Linda Nochlin, nos anos 70, sobre as ausências das mulheres na História da Arte, a partir da icônica pergunta: *Por que não houve grandes mulheres artistas?* assume aqui o caráter interseccional intrínseco a esta questão. Mulheres negras, até a atualidade, sofrem com apagamentos, invisibilidades e estereótipos impostos, sobretudo sobre sua construção identitária na sociedade brasileira. Assunto este largamente pautado por intelectuais negras, estas também ausentes no cânone do Pensamento Social Brasileiro.

De modo geral, até poucos anos atrás, os cursos de licenciatura em Educação Artística com habilitação em Artes Visuais, apresentavam aos seus discentes apenas Anita Malfatti e Tarsila do Amaral como as mulheres artistas pertencentes ao Modernismo brasileiro, como figurações de representatividade feminina na História da Arte Brasileira. Podemos verificar isso no livro *A história da arte*, da autora Graça Proença, de 2003, por

exemplo. Fato este que não significa que essas artistas não devam ser exaltadas, porém, estes cursos, de forma deliberada, deixaram de apresentar aos seus discentes artistas como Maria Auxiliadora, Yêda Maria, Maria Lídia Magliani, artistas que tiveram uma vasta produção nos anos 60, por exemplo.

Tratando-se da contemporaneidade, pouco se estudava sobre Rosana Paulino ou Sonia Gomes, que já contavam com grande projeção nacional e internacional desde meados dos anos 90 no campo da arte. Essas artistas produziram temáticas distintas em técnicas variadas, demonstrando assim os diferentes contextos discursivos de suas obras. Maria Auxiliadora, artista conhecida por obras consideradas naif - tipo de classificação que visava reduzir a produção artística ao caráter ingênuo e amador - sequer na lista dos artistas naif estudados nos cursos de formação de arte/educadores figurava.

Compreender histórias na arte e da arte a partir do pensamento e da criação artística pretos é também retirar do campo de ação hierarquizações que tiveram no terreno da arte branco-brasileira sua origem e sua função. Categorias como “ingênuo”, “naïf” e “espontâneos”, em oposição a um princípio de erudição e noção modernista, que na maioria das vezes é sinônimo de arte des pobres - o que no Brasil é sinônimo de pretos. Só mesmo qualquer tipo de perversidade se recusaria a ver em Maria Auxiliadora um incontornável discurso sobre a modernidade no século 20 (Simões, 2023, p.11).

Filha de trabalhadores rurais de Minas Gerais, descendente de escravizados, em uma família de dezoito irmãos, todos desenvolvedores de práticas artísticas, Maria Auxiliadora ainda pequena mudou-se com sua família para São Paulo, onde viveu em deslocamento. Trabalhou como empregada doméstica e bordadeira, razão pela qual não pode prosseguir seus estudos.

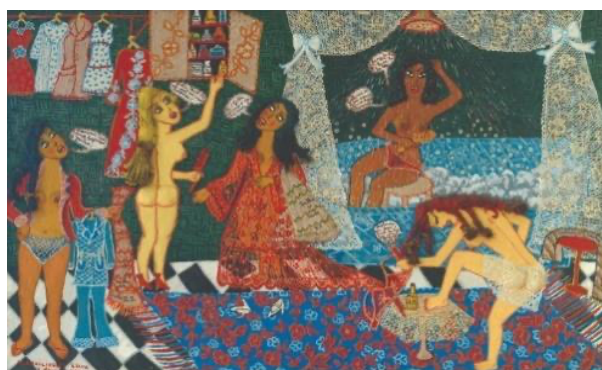
Sem referenciais acadêmicos, no final dos anos 60 e início dos 70 desenvolveu seu trabalho utilizando uma técnica em que misturava tinta a óleo e massa plástica Wanda, produto barato e acessível na época, além de mechas do próprio cabelo, sobre eucatex¹¹. Criando relevo às obras bidimensionais, tornando seu trabalho único e de uma linguagem plástica absolutamente original, tinha como temática o candomblé, religião de sua família. Também explorava seu sincretismo a partir da umbanda, retratando cenas rurais e do cotidiano, festas, carnavais e a vida na metrópole paulista e em suas comunidades. Na

¹¹ Chapa dura de fibras de eucalipto indicada para a fabricação de móveis residenciais.

obra abaixo, representa Obaluaê, entidade ligada à cura e à doença. Sua morte foi precoce, aos 36 anos, em 1974, vitimada por um câncer de mama.



Sem título, 1973



A preparação das meninas, 1972



Maria Auxiliadora

A artista nunca teve o devido reconhecimento enquanto produzia suas obras:

Seu percurso está longe dos artistas canonizados pela história da arte: passou pelas feiras de artes da praça da República, no centro de São Paulo, e da cidade de Embu das Artes, próxima da capital — lugares de confluência e intercâmbio entre aqueles que não encontravam espaços e oportunidades em museus e em galerias do circuito oficial ¹²

Artistas como Auxiliadora vem sendo redescobertas nos últimos anos graças a artistas, curadores negros e não brancos que vêm rompendo com o ciclo de apagamentos das vidas e obras de artistas, homens e mulheres negras:

Num contexto e numa cultura em que, na história da arte, as coleções de museus são dominadas por representações e gostos eurocêtricos, brancos e elitistas, a obra de Maria Auxiliadora ganha o sentido de resistência.¹³

Artistas precursoras como a pesquisadora e artista paulista Rosana Paulino, nos anos noventa, já trazia à tona para a arte contemporânea, em seus trabalhos, questões de gênero, questões sobre a representação negra na sociedade brasileira, questões sociais, falta de protagonismo da mulher negra e a ancestralidade, pontos esses pouco discutidos até aquele momento. Paulino questiona as narrativas etnográficas construídas durante o período de escravização compulsória da população negra no Brasil e os discursos eugenistas do início do século XX, além da colonialidade discursiva ainda presente nas narrativas imagéticas que permeiam a sociedade brasileira.



Rosana Paulino

¹²<https://masp.org.br/exposicoes/maria-auxiliadora-da-silva-vida-cotidiana-pintura-e-resistencia> ACESSADO EM 18/12/2023.

¹³<https://masp.org.br/exposicoes/maria-auxiliadora-da-silva-vida-cotidiana-pintura-e-resistencia> ACESSADO EM 18/12/2023.

A artista se projeta no campo da arte com a obra instalação *Parede da memória* (1994), na qual se utiliza de retratos de sua própria família, replicados em diferentes posições e fotocopiados em tecido em formato de pequenas almofadas costuradas de forma manual, emoldurando as imagens, criando pequenos patuás¹⁴.



Parede da Memória, 1994/2015 Instalação patuás em manta acrílica e tecido costurados com linha e algodão, fotocópia sobre papel e aquarela 8 x 8 x 3 cm

Na obra *Bastidores* (1997), a artista utiliza técnica parecida, mas, desta vez, a costura é utilizada para interferir nas imagens de mulheres:

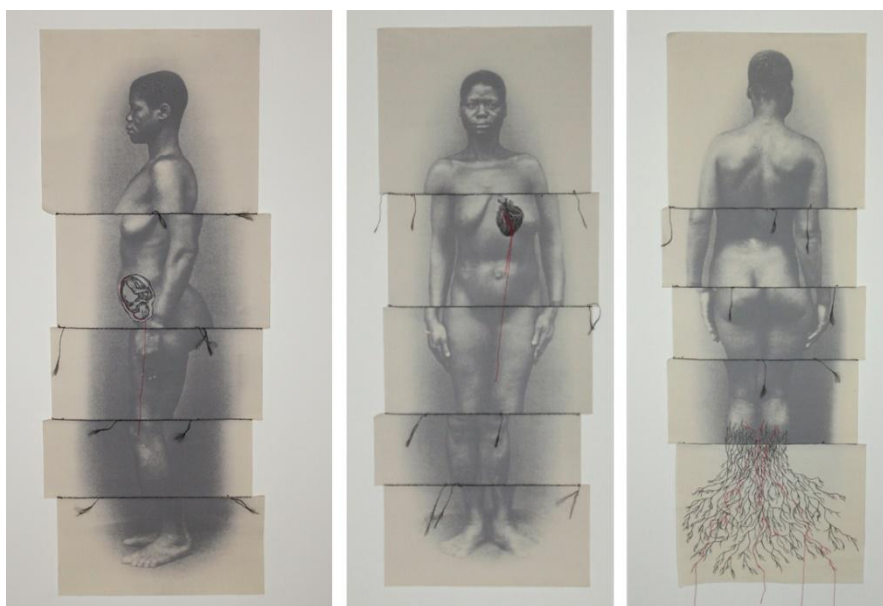
linhas pretas são usadas para amordçar e vendar olhos e gargantas de mulheres negras. O termo bastidor é ao mesmo tempo o suporte para a obra e o cenário de violência contra a mulher. A expectativa da delicadeza do bordado é contrariada na denúncia da violência camuflada pelas paredes domésticas.

¹⁴ Os patuás estão ligados às religiões de matriz africana e consistem em pequenos pedaços de tecidos costurados e utilizados na cor do Orixá. Historicamente, “seu uso foi identificado já no século XIII junto à expansão do islamismo no reino de Mali cujos habitantes eram os malinkê, conhecidos por mandingas e, no Brasil, por malês” Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/epistemologias-de-terreiro-patua-e-seu-poder-ancestral/> ACESSADO em 23/04/24



Bastidores, imagem transferida sobre tecido, bastidores de madeira e linha de costura, 30 cm de diâmetro, 1997. Imagem: Claudia Melo/Reprodução

Na série *Assentamento* (2013), a artista nos mostra imagens em tamanho real, que tratam de reproduções das fotografias etnográficas do século XIX, que traziam ‘tipos brasileiros’ produzidos pelo fotógrafo francês Auguste Stahl para o livro *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, de Louis Agassiz (1807-1873) (Itaú Cultural, 2024), em que a artista costura e rearranja essas fotografias, expondo as cicatrizes coloniais deixadas nos corpos dos que eram tidos como os “outros”. Paulino humaniza as mulheres ali fotografadas ao atribuir-lhes corações, gestações, raízes, metáforas para as cicatrizes deixadas pela nefasta historiografia sobre a população negra brasileira. Nesse sentido, a artista impõe o olhar crítico a essa produção imagética oitocentista e a revisão crítica da história e, a despeito das profundas cicatrizes, as mulheres negras seguem de pé, pois sempre foi também marcada pela resistência a história das mulheres e homens negros desse país.



Série Assentamento, impressão digital sobre tecido, desenho, linóleo, costura, bordado, madeira, paper clay e vídeo. Dimensão variável, 2013. Imagem: Claudia Melo/Reprodução

A História da Arte Ocidental sempre se mostrou como um lugar de produção e reprodução de estereótipos iconográficos forjados a partir das construções heterocissociais presentes do norte global, bem como em suas colônias. Neste sentido, temos como construção imagética uma série de obras e movimentos artísticos cuja produção de poéticas visuais apagou e sufocou as vozes de artistas que não se encaixavam no modelo cis hétero imposto nestas sociedades.

Nesta perspectiva, a socióloga nigeriana Oyérónke Oyěwùmí (2021) nos traz o exemplo da sociedade iorubá, cujas hierarquias de gênero não existiam até o período da colonização dos países africanos e explica que

nem todas as sociedades usam a “evidência” do corpo para constituir categorias de gênero. Existem outras categorias que são constituídas usando a percepção do corpo e existem muitas categorias que parecem ignorar o corpo. Afinal, mesmo no Ocidente, apesar da suposição profunda de corpos generificados, presume-se que o corpo seja evidência para outra categoria – a raça. Os corpos generificados não são universais e nem atemporais. As categorias sociais iorubás não se baseavam em diferenças anatômicas (Oyěwùmí, 2021, p.257).

Também através dos estudos sobre gênero surgidos a partir da segunda onda do movimento feminista passamos a compreender que o gênero é uma construção social. Para a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2018):

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2018, p.12).

No entanto, na atualidade, subvertendo esta lógica, encontramos nas produções artísticas oriundas, especialmente das periferias – aqui, em contraponto ao etnocentrismo europeu que se supõe centro -, artistas que questionam estes modelos e que buscam representar um mundo de diversidades sexoafetivas, que por séculos esteve marginalizado e até criminalizado nas sociedades coloniais, pós-coloniais e colonizadoras. Artistas emergentes das margens sociais trazem consigo novas possibilidades representacionais a partir do que a heterocisnormatividade cunha de “dissidências de gênero”, termo que pode ser interpretado como uma forma de

quilombismo ou contracolonialidade¹⁵, visto que pressupõe desobediência e sobrevivência à norma imposta, mas que também marca a diferença, jogando estes sujeitos mais uma vez à margem da sociedade. A utilização dessa expressão neste artigo, vem marcar a diferença, como forma de resistência e sobrevivência a uma construção imagética que apenas serviu para invisibilizar e inviabilizar outros pontos de vista, outras vivências, outros corpos.

A pesquisadora Sara Wagner York (2022) nos explica a importância do reconhecimento das diversas identidades de gênero:

A expansão de letras na sigla LGBTIA+ não cumpre apenas uma formalidade linguística, mas sinaliza a luta pela pluralização das existências. As sexualidades dissidentes, historicamente invisibilizadas ou aniquiladas pelas mortes físicas e/ou simbólicas, precisam firmar seus nomes (ainda que arbitrários e incompletos) e suas bandeiras para delimitar ações sobretudo no campo das políticas públicas (York, 2022, p.25).

Portanto, não podemos tolerar que se minimizem os discursos ou mesmo ridicularizarem as letras da sigla. Certamente toda pessoa LGBT já escutou, de pessoas hétero, em tom pejorativo, que tal sigla se trata de uma “sopa de letrinhas”, numa tentativa, talvez nem tão consciente, de ridicularizar e minimizar a importante luta por reconhecimento de nossas identidades. É relevante entendermos que o + na sigla LGBTQIAPN+ vem demonstrar que estamos abertos a outras identidades de gênero que venham a surgir ou que não se encontram ainda contempladas na sigla atual. Reconhecendo a pluralidade e a diversidade de identidades e orientações sexuais em nossa sociedade.

O corpo na história da arte, especialmente na contemporaneidade, é uma forma de manifestação política e um local de resistência. Um corpo negro é político, um corpo feminino é político, um corpo trans é político por também ser alvo da necropolítica. A pesquisadora Luana Saturnino Tvardovskas (2015) destaca a importância do movimento feminista nas discussões sobre a politização dos corpos que confrontam as estruturas patriarcalmente sedimentadas:

¹⁵ Termo cunhado pelo quilombola, poeta e escritor Antonio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, como é conhecido o autor do livro “Colonização, quilombos: modos e significações (2015). O termo também é utilizado por autores indígenas como Ailton Krenak, autor de Ideias para adiar o fim do mundo (2019).

Além de rejeitarem os binarismos, as feministas politizaram o corpo, denunciando como o poder patriarcal trabalhava por meio de normas culturais sobre o feminino. Em outras palavras, suas reflexões mostraram que o poder afeta diretamente os corpos, convergindo para uma compreensão de que as questões da subjetividade são inseparáveis das questões do corpo (Tvardovskas, 2015, p.39).

Portanto, num mundo cada vez mais diverso, a História e o Sistema de Arte precisam se atualizar e escutar as vozes de artistas trans e travestis e não binárias como Castiel Vitorino, Ventura Profana, Jota Mombaça, Rafa Bqueer, entre outros, que utilizam seus lugares de fala e seus próprios corpos políticos como espaço de intervenção às (necro) políticas que fomentam a violência, o suicídio e o assassinato direto e indireto. Os ditos dissidentes de gênero são sobreviventes da lógica perversa que nos leva a sucumbir, seja pela heterossexualidade compulsória ou pelos epistemicídios.

Nesse sentido, as redes têm papel importantíssimo na divulgação e promoção das artistas. Espaços como o Museu Transgênero de História da Arte¹⁶ (MUTHA), criado pelo artista transgênero Ian Guimarães Habib, em 2020, em decorrência da censura de um de seus trabalhos, em 2018, no qual realizava uma performance, são demonstrações de que as estruturas de controle dos corpos e expressões artísticas encontram-se agora estremecidas pelos processos decoloniais. As exposições virtuais nos trazem uma variedade imensa de poéticas visuais de artistas trans e travestis de diversas regiões do Brasil, não apenas das recorrentes regiões Sul e Sudeste.

Com exceção de Mombaça, as demais artistas supracitadas participaram da exposição *Dos Brasis*, que tem curadoria do professor e pesquisador Igor Simões e conta com mais de 200 obras de artistas negres de todo território nacional. Castiel Vitorino, natural do Espírito Santo, é uma artista, escritora, psicóloga e performer, que desenvolve trabalhos em desenhos, em audiovisual e fotografia, além da performance, explorando a cosmologia afrodiaspórica Bantu-brasileira. A artista tem exposições individuais e coletivas, nacionais e internacionais, além de ter participado da 35ª Bienal de arte de São Paulo, em 2023. Observamos em seus trabalhos a busca por sua própria religiosidade ancestral e notamos a importância da religiosidade enquanto manifestação cultural e valorização de uma cultura afrodiaspórica.

¹⁶ <https://mutha.com.br/> ACESSADO EM 21/10/2024.

Ventura Profana é uma multiartista baiana. Segundo descrição de sua mini bio, é “pastora missionária, cantora evangelista, escritora, compositora e artista visual cuja prática está enraizada na pesquisa das implicações e metodologias do deuteronomismo no Brasil e no exterior, através da difusão das igrejas neo-pentecostais”¹⁷. Participou de exposições individuais e coletivas em renomados espaços de cultura no Sudeste. Suas obras instigam expectadores a pensarem nas diversas camadas da religiosidade. A artista subverte os dogmas neopentecostais, que, de um modo geral, pregam o ódio aos corpos e sexualidades dissidentes, nesse sentido, retoma a base pentecostal e ressignifica seu discurso, agora proferido por alguém que tentaram calar, silenciar, muitas vezes através da violência psicológica e física.

Jota Mombaça é uma artista interdisciplinar, natural do Rio Grande do Norte, já apresentou trabalhos em Bienais nacionais e internacionais e desenvolve suas produções em diversas mídias, onde “A matéria sonora e visual das palavras desempenha um papel importante em sua prática, que frequentemente se relaciona com a crítica anticolonial e a desobediência de gênero”.¹⁸

Através das visualidades construídas pelas artistas, nas mais diversas expressões artísticas, podemos, ainda que dentro da nossa bolha, imaginar uma sociedade que não mais perpetue a sujeição dos sujeitos dissidentes. Uma sociedade que, sob a égide da colonização, subjuga corpos que ousam desafiar os modelos binários de gênero com suas produções e poéticas. Senão através da arte, que outras possibilidades de levante das subjetividades veremos surgir e insurgir?

Ausentes não significa, obviamente, inexistentes, portanto, ao evocar as ausências constituídas a partir dos epistemicídios perpetrados à população negra brasileira, tentamos resgatar a história não contada ou mal dita, sobre aquelas/les que resistiram e ainda resistem às sucessivas tentativas de apagamento de suas existências.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **(Des)memórias: por uma revisão feminista da História da Arte no Brasil**. Revista do Programa de Pós-Graduação UFPE/ UFPB, n. 8, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹⁷ <https://www.premiopipa.com/ventura-profana/> ACESSADO EM 16/11/2024

¹⁸ <https://www.jotamombaca.com/contact> ACESSADO EM 16/11/2024

CARNEIRO, Sueli (2005). **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005

_____. **Dispositivo de racialidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

DOS BRASIS: Arte e pensamento negro/Serviço Social do Comércio; Curadores: Igor Simões; Lorraine Mendes; Marcelo Campos. São Paulo: Sesc São Paulo, 2023.

FANON, Franz. **Pela negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius. SILVA, Carolina Mostaro Neves da. FERNANDES, Alexandra Borges. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Enciclopédia Negra**. Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências sociais Hoje, ANPOCS, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

_____, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, s. v., n. 92/93, p. 69- 82, 1988.

_____, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. **Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1**. Janeiro/Abril 2016.

HABIB, Ian Guimarães. **Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2021.

ROSANA Paulino. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216153/rosana-paulino>. Acesso em: 23 de abril de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAFONT, Anne. **A arte dos mundos negros: história, teoria e crítica**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

LOPONTE, Luciana Grupelli. **Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino**, julho 2002. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14958.pdf> Acesso em: 06/06/2022

LUGONES, María. “**Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**”. *Hypatia*, 22(1):186-209, 2007.

_____, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, 935-952. 2014.

MOMBAÇA, Jota. **Não Vão Nos Matar: Cartas às que vivem e vibram apesar do Brasil**. Cobogó, 2021.

MATTOS, Nelma Cristina Silva Barbosa. **Arte afro-brasileira: identidade e artes visuais contemporâneas**. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

_____, Nelma Cristina Barbosa de. **Arte afro-brasileira: contraponto da produção Visual no Brasil**. Revista da ABPN. v. 11, n. 27 nov 2018 – fev 2019, p.165-183.

MUNANGA, Kabengele. Arte afro-brasileira: o que é afinal? *Paralaxe*, v. 6, n. 1, p. 5-23, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3.ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NOCHLIN, Linda. **How feminism in the arts can implement cultural change**. Texto originalmente publicado em KAMARCK, Edward (ed.). *Arts in society: women and the arts*, v. 11, n. 1. p. 80-89, 1974. Traduzido do inglês por Denise Bottmann, a partir da mesma fonte. In: PEDROSA, Adriano, CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André; (org.). *Histórias das mulheres, histórias feministas*. Vol. 2. Antologia. São Paulo: Masp, 2019.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes artistas mulheres?** *ArtNews*, 1971.

NOCHLIN, Linda. **Why have there been no great women artists?** In: _____. *Women, art and power and other essays*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1988. p.147-158.

OYĚWÙMÍ, Oyérónke. **A Invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Alessandra Simões. **A virada decolonial na arte brasileira**. São Paulo: Mireveja, 2022.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO COMO RECONSTRUÇÃO DO TECIDO DA MEMÓRIA BRASILEIRA. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, p. 2, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SIMÕES, Igor Moraes. **Todo cubo branco tem um quê de Casa Grande: racialização, montagem e histórias da arte brasileira**. Revista PHILIA Filosofia, Literatura & Arte, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 314 - 329, maio de 2021.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan**. Revista Proa, v. 2, p. 1-19, 2010 Tradução.

TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. **Dramatização dos corpos: Arte contemporânea e crítica feminista no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Intermeios, 2015.

NARRATIVAS SOBRE RAÇA E O PAPEL DO DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS

Natália Barreto Felix da Silva¹

Resumo: O presente artigo é decorrente da reflexão e estruturação de minha tese, que busca pensar a construção de identidades negras solidificadas a partir de um contexto embranquecido como o da universidade, especificamente a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Através do escopo teórico da análise de narrativas (Bastos; Biar, 2015) em diálogo com os dados trazidos, apresentaremos uma breve reflexão sobre o papel do coletivo Nuvem Negra (formado por alunos da universidade) na construção identitária de seus participantes. Além disso, o artigo se propõe a pensar sobre as tensões discursivas ocasionadas em virtude do contexto macrossocial estabelecido e das desigualdades raciais estruturalmente impostas.

Palavras-chave: Identidade. Raça. Narrativa.

NARRATIVES ON RACE AND THE ROLE OF DISCOURSE IN THE CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITIES

Abstract: This article stems from the reflection and structuring of my thesis, which seeks to analyze the construction of Black identities solidified within a whitened context such as that of the university, specifically the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). Through the theoretical framework of narrative analysis (Bastos; Biar, 2015) in dialogue with the data presented, we will reflect on the role of the *Nuvem Negra* collective (formed by university students) in shaping the identities of its participants. Furthermore, the article aims to examine the discursive tensions that arise due to the established macro-social context and the structurally imposed racial inequalities.

Keywords: Identity. Race. Narrative.

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela PUC- Rio, Mestre em Relações Étnico-raciais pelo CEFET-RJ (2021), com ênfase em Linguagem, Identidade, Raça e Letramentos. Inclinação para as seguintes temáticas: raça, classe, sociolinguística interacional, análise do discurso, estudos sobre letramentos e educação.

Introdução

Sabendo que narrativas atuam como formas de organização humana através das quais os sujeitos constroem sentido sobre si e seus pares (Biar, Bastos; 2015), nas narrativas elaboradas a partir do encontro com o coletivo Nuvem Negra, interessa-nos pensar as relações estabelecidas entre os membros do coletivo e os demais estudantes da PUC-Rio. O Coletivo Nuvem Negra², formado por estudantes e ex-estudantes da instituição, atua como movimento social que possibilita a agentividade de seus atores, além de dar destaque para as demandas e urgências referentes à destoaante desigualdade exposta no cenário social e racial da universidade supracitada, um local, tipicamente, frequentado pela elite carioca e de outros estados.

Ancorando-me na percepção de narrativa não enquanto representação fidedigna de um ato passado, mas como construção contextual e circunstancial acerca daquilo que somos, imaginamos ser ou gostaríamos de ser (Bastos, 2005), o intuito deste trabalho é refletir sobre as escolhas e os caminhos de elaboração de narrativas canônicas do coletivo negro a respeito do que é a negritude e, sobretudo, do que significa ser negro no contexto da PUC-Rio, para compreendermos de que maneira as identidades desses participantes estão sendo configuradas por eles e por seus pares. Este tema é o foco da minha pesquisa de doutorado³ e parte do meu incômodo como mulher negra em perceber a drástica diminuição do quantitativo de pessoas negras no ambiente acadêmico a medida em que fui expandindo minha atuação nesses cenários.

Advinda de um contexto escolar bastante embranquecido, por se tratar de uma escola particular residida num bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro, desde cedo pude perceber e já demonstrar certa insatisfação com a desigualdade escancarada no que diz respeito ao fator racial nos ambientes de ensino que frequentei. Mais tarde, na graduação e hoje, tendo a oportunidade de cursar um doutorado num ambiente tão racialmente

² O coletivo Nuvem Negra, formado por estudantes negros da PUC-Rio em 2015 surge da necessidade de troca e compartilhamento das vivências desses estudantes no espaço universitário. O coletivo atua não só como agência de letramento racial crítico (DE JESUS FERREIRA, 2014) para seus participantes, mas também como movimento político e de articulação efetiva contra a manutenção do racismo estrutural presente na universidade.

³ A pesquisa está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

desigual como a PUC-Rio⁴, decidi me dedicar a entender de que maneira meus pares se veem e se constroem discursivamente nessa relação de disparidade racial.

Acredito, assim, que o coletivo funcione como uma agência de aquilombamento e manifestação da pluralidade negra, na medida em que possibilita o ajuntamento desses estudantes e a troca de experiências entre eles, além da ressignificação territorial do espaço da PUC-Rio. Isso porque as próprias reuniões organizadas naquele ambiente apontam para uma nova possibilidade de ser e pertencer à universidade.

Assim, me debruço sobre a narrativa de Gael, um ex-participante do coletivo Nuvem Negra nos anos de 2015 a 2017. Este artigo pretende analisar esta narrativa, entendendo a importância dada à questão racial, social e territorial ao longo de seu discurso. Dessa maneira, traçarei uma interlocução entre autores tais como Nilma Lino Gomes (2005), Silvio Almeida (2018), Glenda (2022), dentre outros para compreendermos de que maneira o entrevistado realiza sua existência e a de seus iguais num ambiente embranquecido como o da PUC-Rio.

Interessa, ainda neste artigo, pensar na construção da identidade negra marcada e ratificada, seja ela individual e/ou coletiva por meio do discurso. Vale ressaltar que essa afirmação identitária corrobora também para a demarcação daquilo que esses sujeitos não são ou àquilo que eles não pertencem enquanto categoria. Como ressalta Gomes (2005): “Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.” (p. 42). Entendo, assim, que a associação e o vínculo criados a partir de um grupo cooperam para a construção identitária, que se manifesta e se concretiza de várias maneiras, inclusive, por meio do discurso, foco deste trabalho.

1. A função performativa e emancipatória da linguagem na construção de múltiplas identidades negras

Apesar da compreensão acerca da pluralidade das identidades e manifestações identitárias no interior da comunidade negra, podemos dizer que o Movimento Negro se

⁴No ano de 2016, de um total de 1.985 professores, apenas 86 se autodeclaravam negros (Soares, 2023). Atualmente a instituição conta com 46% de Bolsistas, mas não há dados atualizados sobre a autodeclaração deles. Isso denota não somente a necessidade de um diagnóstico da instituição, como também o seu branqueamento.

reúne ao redor da troca de experiências e vivências imputadas pelo racismo e pelas particularidades do ser negro. É claro que, como já dissemos anteriormente, a maneira como essas experiências ocorrem e são vivenciadas é singular e única. No entanto, ao nos debruçarmos sobre as narrativas dos integrantes do grupo mencionado, vemos que a solidificação do grupo se dá, antes de tudo pelo comum sentimento de identificação, de pertencimento.

O olhar analítico desta pesquisa parte da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006), com o objetivo de dar luz às negras narrativas, de buscar entender de que maneira os significados são construídos e costurados, apresentando modelos positivados acerca do que é ser negro. Glenda Melo (2022) salienta que:

A iterabilidade é central no uso da linguagem, porque se refere a outros atos de fala enunciados outrora. Contudo, não podemos compreender que ao repetir, repetimos o mesmo; na verdade, a iterabilidade não é apenas uma cópia, ela é também a possibilidade do novo e do criativo que pode romper com a ideia de ‘substâncias de verdade’. Ou seja, considerando a prerrogativa da felicidade austiniana, quando enunciamos atos de fala infelizes que não repetem a ideia de ‘substâncias de verdade’ ou atos de fala realizados outrora, produzimos ‘algo diferente’. Temos, então, uma das faces da performatividade, ou seja, a possibilidade de ruptura e de transformação da linguagem. (Melo, 2022, págs. 79 e 80)

Entendo, portanto, que a iterabilidade narrativa é capaz de modificar ou redefinir sólidos conceitos e impressões acerca da experiência de ser negro. Nesse sentido, acredito na possibilidade de novas narrativas forjadas a partir da repetição e da construção de outros horizontes e práticas sociodiscursivas, já que aqui tomamos a narrativa como sendo mais do que a segmentação ou concatenação de palavras, mas como prática propulsora de realidades efetivas, ou seja, de eventos que influenciam nossos fazeres cotidianos.

Sendo a raça uma construção discursiva, um significante deslizante (Hall, 2015), entendemos que a repetição positivada da experiência de ser negro, do ponto de vista cultural e imagético, seja ratificada na propagação de narrativas que consolidem a valorização do que pode significar ser negro. Acreditamos que a reiteração de experiências positivas corrobore para a entextualização de novas narrativas, já que temos aqui a linguagem como instrumento de transformação social, que serve para “desestabilizar sentidos cristalizados na sociedade também sobre raça.” (Melo, Moita Lopes, 2013, p. 243).

A função emancipatória da linguagem, sublinhada no título desta seção se dá pela capacidade narrativa de redefinição ou reestruturação de práticas e contextos sociais por meio do que é enunciado. No contexto brasileiro, a vasta divulgação da ideologia da democracia racial, que sabemos ser inexistente em nossa realidade, serviu para que o contexto desigual de nosso país fosse em muito encoberto graças à crença na lógica de que viveríamos todos em plena igualdade de oportunidades. Nesse sentido, os atos de fala serviram para perpetuar a falácia de que o racismo no Brasil era inexistente, o que em nada contribuía para seu extermínio ou diminuição. Além disso, essa configuração social e discursiva ratificava – e segue tentando ratificar – o lugar da branquidade como alheio ao processo de desconstrução e combate ao racismo. Alicerçada como raça não-marcada, a raça branca foi eximida de sua responsabilidade no debate racial (Schucman, 2012). Como salienta Schucman em sua tese acerca do papel da branquidade no cenário racial brasileiro (paulistano, especificamente):

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores, corresponde à cadeia de fatos históricos que tem começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construção de novas nações e nacionalidades em toda a América e colonização da África. Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. Neste sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África, a Europa e as Américas, e assim este campo de estudo também aparece como trocas de pesquisas e ideias entre estes continentes. (Schucman, 2012, p.17)

A marca estrutural e estruturante do racismo (Almeida, 2018) no cenário brasileiro, foco da próxima seção, impossibilitou a vivência e a propagação de narrativas contadas por negros e negras que se afastassem da temática racial como marcada pela dor, pelo sofrimento e pelas consequências de um país tão violentamente marcado pelo racismo. No entanto, há narrativas para além da dor, há – e na análise do discurso de Gael veremos isso – celebração pela diversidade, potência e pluralidade negras. Acredito, portanto, no poder emancipatório da linguagem já que esta, por meio da iterabilidade, é

capaz de mudar a tônica narrativa ou de nos apresentar mais de uma faceta discursiva. Por meio deste trabalho quero enfatizar isso. Como abordam Melo e Moita Lopes (2013):

Considerando o contexto brasileiro, em que a construção discursiva de raça está permeada pelos atos de fala performativos de democracia racial e miscigenação, desconstruir os discursos de inferioridade da mulher negra passaria por contestar os efeitos desses atos de fala. Seria também, mesmo com a dificuldade e complexidade indicada por Henrique (2007) ao falar de questões raciais neste país, analisar as diversas denominações para a cor da pele tais como: morenas, mulatas, ‘marrom bombom’, ‘chocolate’, café com leite, dentre outras. (Melo, Moita Lopes, 2013, p.245)

No trecho citado, os autores abordam a questão racial sob a égide da mulher negra, mas acredito que a mesma provocação possa ser feita sobre a comunidade negra como um todo. As próprias nomenclaturas demarcadas pelos autores (“morena”, “mulatas”, “marrom bombom”, “chocolate”, “café com leite”) tão popularmente utilizadas, reforçam uma tentativa de amenização, atenuação da cor da pele. Ainda sob a perspectiva da linguagem e seu papel emancipatório, vemos que a escolha de pessoas negras de se afirmarem cada vez mais e de maneira cada vez mais enfática sobre suas cores, sobre fazerem parte de uma comunidade negra sem que isso precise ser atenuado ou utilizado de maneira eufemística, aponta para um importante passo demarcado por meio do discurso, na reafirmação e na positivação do que é ser negro. A reafirmação e a declaração com orgulho da cor de sua pele também são manifestos por meio da palavra, que acaba por ser um elemento canalizador da valorização do Movimento Negro.

Sabendo que a palavra foi tantas vezes utilizada para amenizar ou suavizar a experiência negra, construída socialmente como inferiorizada, a potência e reafirmação de palavras que ao contrário de suavizar, evidenciam a grandeza da negritude é algo a ser acentuado e comemorado como avanço do Movimento Negro na luta pela igualdade.

2. O racismo estrutural e a disputa de poder no surgimento de contranarrativas: a necessidade de novas epistemologias e metodologias de pesquisa

Tendo em vista que o racismo estrutural está intimamente ligado ao poder e à manutenção do poder por parte da branquidade, a viabilização de novas epistemologias que passem a relacionar a negritude a espaços de poder, de ascensão e de representação é um fator que coopera para a reorganização e reestruturação da ordem social. Entendendo,

assim, que as contranarrativas são decorrentes de um cenário histórico de apagamento racial, é preciso reconhecer que não há neutralidade na apresentação dos discursos vigentes. Portanto, a exibição de histórias que provoquem o *status quo* no sentido de movimentar as rígidas estruturas de poder é fundamental para que a pluralidade discursiva se alinhe às práticas sociais.

De acordo com Almeida (2018, p.51), “a ideologia não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas.” A partir dessa definição, podemos entender o campo de análise do discurso e da análise de narrativas, mais especificamente, como um campo em disputa. Como linguagem é poder e as construções linguísticas corroboram para reafirmação ou reflexão e mudança da realidade consolidada, acreditamos que as narrativas decorrentes das tensões raciais e sociais estabelecidas no contexto acadêmico contribuam para a modificação de nossas práticas tanto individuais quanto coletivas.

A instauração de uma ideologia dominante que reforça o predomínio dos brancos sobre negros não foi tecida tão somente pelo campo discursivo, mas frisado nos meios de comunicação, na ocupação de cargos de poder e na representação daqueles e daquelas que são colocados em lugares de destaque e prestígio - corpos brancos. Todas essas questões aqui abordadas são rigorosamente engendradas e apresentadas a nós enquanto sociedade como categorias estanques, imutáveis. Nesse sentido, a importância de atos de fala performativos (Melo, 2022) no que diz respeito à mudança de conjuntura social, política, econômica e racial é a apresentação da possibilidade de transformação desse cenário que sempre nos pareceu tão sólido e intransponível.

Segundo Fanon (2008, p. 33): “Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” Sendo assim, o posicionamento negro em favor de sua cultura e da posituação de sua existência por meio da linguagem é a viabilização de sua humanidade. Mais do que isso, essa demarcação discursiva possibilita a abertura de uma narrativa contra-hegemônica, de reexistência (Souza, 2011).

Para tanto, ratifico a necessidade de uma construção metodológica que priorize as narrativas periféricas, entendendo-as como estratégias decoloniais que se apresentem como caminhos, horizontes de um outro fazer analítico. Desse modo, acredito em uma

perspectiva que não só tenha as questões raciais como categoria discursiva, mas que intercale os estudos raciais com a área de Estudos da Linguagem.

3. Metodologia

A entrevista tem como base o modelo qualitativo e foi desenvolvida a partir de algumas perguntas realizadas pela autora principal desse artigo aos participantes acerca de suas trajetórias na universidade, bem como sobre os sentimentos que afloravam através das trocas com os demais estudantes, tanto negros quanto brancos. Por meio de cada uma das perguntas, o intuito foi o de disparar um tema mais amplo que os levassem a falar de suas vidas a partir de uma perspectiva mais genérica, até que chegassem à experiência específica da universidade.

Ancoradas na compreensão dos participantes acerca de si mesmos e da maneira como se constroem em seus contextos sociais, as perguntas de pesquisa ainda visavam conceber a forma como a territorialidade puquiana servia ou serve de combustível para a materialização dessas identidades. Assim, através do exercício de estranhar o familiar (James Clifford e George Marcus, 2016), propomos perguntas aos participantes que os levassem a refletir e a produzir sentido sobre os desconfortos raciais e sociais vivenciados naquele cenário.

4. Análise de dados

Os dados analisados a seguir surgem de uma entrevista que fiz com Gael, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de minha tese. Gael, hoje formado em Cinema pela PUC-Rio, foi membro do coletivo Nuvem Negra, no qual atuou desde o início da formação do grupo. Sendo assim, suas contribuições não só agregam no que diz respeito à sua trajetória individual, mas também apontam para a construção coletiva do grupo e para a importância deste para o entendimento territorial da PUC-Rio. A estruturação das perguntas da entrevista foi pensada de maneira a trazer à tona o ciclo acadêmico do participante, sua experiência enquanto aluno negro e sua relação com o contexto territorial abarcado. Dessa maneira, fiz perguntas mais amplas, que propiciassem a fala extensiva do aluno e possibilitassem diversos desencadeamentos acerca de sua vivência e a dos demais integrantes da instituição.

A entrevista de Gael, composta por traços narrativamente considerados labovianos⁵ (Labov, 1972), nos chama a atenção por sua apresentação em dois níveis ou dois momentos narrativos: o primeiro momento de Gael, que é marcado pela ausência do coletivo negro e seu período de adaptação à instituição; e o segundo momento, marcado por seu encontro com o coletivo. Neste artigo, me detenho a analisar apenas os trechos referentes ao primeiro momento narrado pelo participante. A análise trata de três fragmentos, que de maneira concisa e coesa, marcam as fases da narrativa do entrevistado e tem por base a estrutura laboviana.

Antes de nos debruçarmos efetivamente na análise, cabe uma breve apresentação sobre a maneira como Labov (1972) pensou as estruturas narrativas. Para ele, a função da narrativa é a de rememorar ou recontar as experiências passadas tal qual ocorreram. Essa contação, segundo Labov, seguiria uma sequência organizacional denominada narrativa laboviana canônica. Esta se dividiria nos seguintes tópicos: Sumário (uma breve apresentação da história); Orientação (exposição do lugar, do contexto e da temporalidade da narrativa); Ação complicadora (o ato narrado em si, a ação da narrativa); Resolução (o desfecho da narrativa); Coda (comentários finais sobre a narrativa).

Esse modelo foi utilizado como base de nossa análise por entendermos que ele nos ajuda a balizar a sequência narrativa de maneira a compreender mais amplamente de que forma Gael se constrói enquanto negro na universidade e, mais do que isso, quais são os fatores ou ocorrências que corroboram para essa construção identitária. Além disso, usamos a noção de reportabilidade, também tecida por Labov para evidenciar o quanto relevante se torna determinada esfera da narrativa para seu locutor.

No primeiro fragmento destacado para análise, Gael apresenta sua experiência como aluno da PUC-Rio, sob a perspectiva da territorialidade envolvida no espaço geográfico em que se encontra a instituição. Nosso critério avaliativo se debruçará na estrutura canônica laboviana, buscando entender o que Gael torna relevante em sua fala

⁵ Os estudos da narrativa descendem dos estudos de Labov, para quem, a narrativa é um método de recapitulação da experiência passada, que precisa de uma sequência verbal de ações que ordena temporalmente eventos que (infere-se) aconteceram. Por meio das análises de suas entrevistas de pesquisa, ele desenvolveu um modelo canônico de narrativa, que conta com uma estrutura para a identificação das narrativas nas falas dos participantes. Apesar de inovador na década de 1970, seus estudos têm sido revisados por linguistas que criticam a importância do contexto social e da centralidade atribuída como se a narrativa fosse um texto autônomo, organizado em uma sequência de unidades sintáticas que recapitulam o que aconteceu.

e quais são as demarcações feitas por ele na apresentação do espaço e dos demais participantes das cenas relatadas.

Excerto 1 – “A cidade do Rio...ela tem barreiras, né?”

01	Gael	Rodando...
02	Natália	Rodando...ó, um cineasta! Amigo, é...como você relata, relataria a sua
03		experiência enquanto negro na graduação? Assim, é...e aí tanto na
04		perspectiva, assim, do cinema, quanto geral,né?
05	Gael	Uhum...cara, é muito doido...é...pensar nisso, né? Porque certamente
06		ela é dividida em dois momentos: a minha entrada na graduação e...o
07		meu encontro com o coletivo Nuvem Negra. É...eu tô...enquanto cê
08		tava falando, né...eu pensei, antes de iniciar a gravação, que quando
09		eu fui fazer minha inscrição, nas etapas lá da entrada na PUC ou talvez
10		o...o primeiro...não se se foi o primeiro dia, não sei o que é que foi,
11		mas o meu pai foi comigo. E eu não tinha ido na PUC, né? Eu não
12		sabia onde a PUC era, essa coisa, essa coisa da cidade é muito doida,
13		né? A cidade do Rio...ela tem barreiras, né?
14	Natália	Sim...total.
15	Gael	...invisíveis. Chega um momento em que você percebe isso, até hoje
		ela tem, né?
16	Natália	Sim
17	Gael	Pra mim.
18	Natália	Sim, sim.
19	Gael	É...e aí eu fui na PUC, né? Eu já tinha ido à Gávea, mas sei lá...PUC
20		é na Gávea? Onde é que a Gávea é? Gávea é perto do Jardim
21		Botânico, né? Minha família ...é...é muito próxima do Jardim
22		Botânico. Minha avó era empregada numa casa no Jardim Botânico,
23		então era próximo ali. Enfim...então eu cheguei lá naquele ambiente,
24		fiz a minha matrícula lá, tal...já sabia o caminho, já sei como chegar.
25		Chego na PUC, primeiro dia de PUC, né? É...você repara que você é
26		diferente da <u>maioria</u> das pessoas, então o primeiro momento é: olha,
27		tem poucas pessoas parecidas comigo aqui. E que no primeiro
28		momento, pra mim, não é algo diferente do que eu já vinha passando
29		ao longo da minha vida, porque eu sempre estudei em colégio
30		particular, então eu sempre fui o único negro na...em todas as turmas
31		que eu...que eu estudei, né? Do ensino primário até o ensino...médio,
32		basicamente. No ensino médio, a coisa mudou um pouquinho de
33		figura, mas isso é outra história.
34		[...]
35		Chego na PUC, e...é isso, é...é... é muito chocante quando você não tá
36		acostumado a andar na Zona Sul e, assim, andar na Zona...andar <u>POR</u>
37		<u>SI</u> na Zona Sul, né? Que eu tava ali na casa da minha avó, é...é muito,
38		é muito doido esse ambiente. E...é muito...é muito <u>desconfortável</u> .

39		Então, essa primeira experiência de ser um homem negro, é...na PUC,
40		é uma experiência desconfortável. Você tá lá, entrando na graduação,
41		você vê que as pessoas já se reconhecem, né? Porque as pessoas que
42		estavam ali naquele primeiro dia, como eu, naquela primeira semana,
43		eles já se conheciam de outras escolas e...e não sei o quê, etc e tal. E
44		aí eu dei muita sorte, cara, eu fico pensando nisso que eu dei sorte
45		porque eu entrei em comunicação com habilitação em cinema, mas o
46		primeiro período, quer dizer...até o quarto período, até o terceiro
47		período...os três primeiros períodos são é...são todas habilitações
48		juntas: jornalismo, publicidade e cinema. Então, eu entrei numa
49		turma, onde tinha muita gente Prounista, né? Bolsista...ou pessoas,
50		enfim...tinha muito bolsista. E que são meus amigos até hoje, né?
51		

O primeiro fragmento é iniciado com a exibição do Sumário, apresentado por Gael pela ótica de dois momentos - *“Porque certamente ela é dividida em dois momentos: a minha entrada na graduação e...o meu encontro com o coletivo Nuvem Negra”* (linhas 5 a 7). A divisão de sua narrativa em dois momentos distintos não apenas reforça a importância do coletivo Nuvem Negra para a formação individual do personagem, como também circunscreve e reforça sua narrativa a um alto grau de reportabilidade, que segunda Labov (1972) remete ao fato de a história ser contável, ela tem um porquê, neste caso, mostra que o encontro de Gael com o coletivo não foi apenas um encontro ocasional, mas foi um verdadeiro divisor de águas em sua vida, capaz, inclusive, de dividir sua narrativa em antes e depois de seu ingresso ao coletivo.

O excerto inicial também é marcado por elementos de orientação que enfatizam a disparidade social e racial observadas no cenário narrado - *“Eu não sabia onde a PUC era, essa coisa, essa coisa da cidade é muito doida, né? A cidade do Rio...ela tem barreiras, né?”* (linhas 11 a 13). Ao atentar para as incongruências manifestas nas barreiras invisíveis da cidade do Rio de Janeiro, Gael explicita sua dificuldade de acesso à cidade como um todo, mas à instituição, em particular. Além disso, o participante situa a universidade num enquadre social que não o pertence e não dialoga com sua realidade. Assim, antes mesmo de nos apresentar as tensões raciais vivenciadas por ele nesse espaço, Gael já ressalta a primeira barreira que seu corpo negro precisa ultrapassar - a barreira territorial.

Ainda sobre a questão territorial, cabe ressaltar o interessante paralelismo construído por Gael ao se orientar na Zona Sul. O entrevistado demarca que seu contato

com a região se deu por meio de sua avó, que era doméstica no Jardim Botânico – *“Minha avó era empregada numa casa no Jardim Botânico, então era próximo ali.”* (linhas 21 a 23). O contraste demarcado por Gael acerca de seu contato com a Zona Sul parece reforçar sua posição de desconforto e não-pertencimento ao contexto da PUC-Rio. Mais adiante, essa ideia é fortalecida em sua narrativa quando o entrevistado relata a experiência de *“andar por si na Zona Sul”* (linhas 36 e 37). A ideia de andar por si na Zona Sul, mais uma vez apresentada em oposição à vivência coletivizada experimentada por Gael na infância no Jardim Botânico, também reverbera o conceito de ancestralidade e coletividade, tão inerentes e expressivas à cultura negra. Além disso, aponta para a solidão do corpo negro num ambiente majoritariamente branco como a PUC- Rio. Gael, portanto, torna relevante o seu trajeto unitário para marcar sua diferenciação dos demais alunos, distanciado, inclusive, de seu núcleo familiar.

O entrevistado faz uso da narrativa em contexto micro (sua realidade na PUC – Rio), a partir da percepção do contexto macro (Zona Sul do RJ). O ambiente desconhecido e distante de sua realidade não está associado tão somente à Gávea ou à instituição PUC, mas a um distanciamento sentido e vivenciado na metrópole, por meio das barreiras sociais que o impediriam de ter acesso pleno à cidade. Gael sugere uma dicotomia em sua Orientação narrativa ao construir a Zona Sul do Rio de Janeiro a partir de duas óticas: o da PUC, na Gávea, que não era o seu lugar e o do Jardim Botânico, onde sua vó exercia a função de empregada doméstica.

O sentimento balizador, organizador da narrativa de Gael parece ser o desconforto. Ao se constituir discursivamente como alguém desconfortável, distanciado do ambiente da PUC-Rio, Gael reivindica seu lugar junto aos *pro-unistas* e bolsistas, alinhando-se a eles. Além disso, reforça a importância das ações afirmativas para a criação de um contexto mais plural e diverso na instituição.- *“E aí eu dei muita sorte, cara, eu fico pensando nisso que eu dei sorte porque eu entrei em comunicação com habilitação em cinema, mas o primeiro período, quer dizer...até o quarto período, até o terceiro período...os três primeiros períodos são é...são todas habilitações juntas: jornalismo, publicidade e cinema. Então, eu entrei numa turma, onde tinha muita gente Prounista, né? Bolsista...ou pessoas, enfim...tinha muito bolsista. E que são meus amigos até hoje, né?”*(linhas 44 a 51). Assim, a identidade de Gael parece ser negociada e

marcada a partir da oposição, no âmbito representacional do diverso, do múltiplo e da possibilidade de novas narrativas, semelhantes às dele no contexto *puquiano*.

Excerto 2 – “É outro tipo de desconforto, né?”

01	Gael	É...mas, assim, no primeiro momento eu tava ali tentando fazer
02		amizade com as pessoas, porque eu sou uma pessoa que fala
03		bastante, né?
04	Natália	Sim...super comunicativo.
05	Gael	Super comunicativo. Então eu consegui fazer amizade com os caras
06		lá, né? Os p...playboys que tavam ali, é...enfim...naquele ambiente
07		<u>muito</u> estranho. “E aí, beleza?” “Ah, não...beleza, não sei o quê”.
08		E...e até esse momento, eu tinha...eu tinha certeza do...de que eu era
09		negro, né? Isso...eu nunca tive dúvida. É...nunca questionei isso,
10		assim...mas aí até naqu...até o <u>segundo</u> momento, o início do
11		segundo momento, eu não tinha clareza, não tinha...uma
12		consciência do que significava ser negro, né? O que o corpo negro
13		representa naquele lugar. É...eu acho que...nesse primeiro momento
14		da PUC, eu tava...eu, eu me concentrava muito mais no meu
15		sentimento de desc....de estar desconfortável e tentar parecer ali,
16		mas eu não conseguia entender o sentimento que as outras pessoas
17		tinham com a <u>minha</u> presença naquele lugar.
18	Natália	Uhum.
19	Gael	É um desconforto que eles têm também, mas é outro tipo de desconforto, né?

O excerto 2 é marcado pelo alto grau avaliativo, que vai aparecer durante toda a fala de Gael, mas que nesse momento é bastante substancial. O entrevistado faz uma espécie de suspensão do fluxo narrativo (Bastos, Biar, 2015) para refletir sobre seu ponto. No caso de Gael, o ponto a ser refletido diz respeito ao que é ser negro para ele até então. Sobre isso, Nascimento (2019) salienta que:

É preciso entender, portanto, o signo “negro” como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade “negra” como “naturalmente” deles. (Nascimento, 2019, p.11)

Sendo assim, podemos depreender que as reflexões acerca do significado do corpo negro no espaço embranquecido só são geradas a partir das tensões, da marca da diferenciação. É interessante sublinhar ainda que Gael constrói sua trajetória narrativa a

partir do desconforto, mas salienta que este sentimento não pertence apenas a ele, mas também é sentido pela branquidade, apesar de serem origens de desconforto distintas.

No excerto 2 destacamos o realinhamento apresentado por Gael ao reconfigurar o significado do que é ser negro – *“até o segundo momento, o início do segundo momento, eu não tinha clareza, não tinha...uma consciência do que significava ser negro, né? O que o corpo negro representa naquele lugar.”* (linhas 10 a 13). O ponto de virada (Mishler, 2002), apresentado pelo participante a partir do que ele denomina de o segundo momento de sua narrativa, começa a ser desenhado através da percepção de que naquela territorialidade, divergente da que lhe era familiar até então, ser negro apontava para outro ícone, outro símbolo.

É interessante ainda ressaltar a construção de Gael acerca de si mesmo como *“uma pessoa que fala bastante”* (linha 03), como uma característica que o aproximaria dos brancos “playboys”. Mas, apesar dessa virtude que os aproximaria, Gael parece demonstrar certa dificuldade em relação a essa aproximação e é justamente a partir desse contato com a branquidade que ele reconfigura o significado de ser negro, abrindo leques para possibilidades outras, diferentes da que ele havia experimentado até ali. De acordo com Santos (1982):

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades. (Santos, 1982, págs. 17 e 18)

A experiência de Gael parece reafirmar o que é dito por Neusa Santos, já que a contestação sobre o que sua negritude o levou a outra compreensão de sua potência enquanto homem negro e deu papel num contexto embranquecido como o da Puc-Rio. Ao final desse excerto, Gael ressalta o tipo diferente de desconforto sofrido pela branquidade em relação à sua presença na instituição. Mais uma vez, o participante se utiliza da comparação entre a sua vivência e a dos demais estudantes brancos que pertenciam ao seu ambiente para salientar as emoções experimentadas por cada grupo.

Enquanto o seu desconforto acontecia em decorrência das tensões raciais estabelecidas naquele espaço, o desconforto da branquidade acontecia pela não-aceitação daquele corpo negro como compartilhado com o dele. Um desconforto é marcado pela

passividade – o da negritude – enquanto o outro é marcado pela agentividade, o corpo que produz o desconforto – o corpo branco.

Em seguida, apresento o excerto 3, que finaliza o primeiro momento da narrativa de Gael, marcado por sua chegada à PUC-Rio e pelo contraste estabelecido entre ele e os demais alunos a partir de sua raça e condição social.

Excerto 3 – “Aqueles caras playboys pra caceta, muito playboy, fala de forma playboy”

01	Gael	É...então é isso, esse primeiro momento foi um lugar de
02		desconforto, de tá ali tentando me....é isso, né? É desconforto e ao
03		mesmo tempo que você sabe que você tá tentando se adaptar, você
04		também tá tentando passar despercebido.
05	Natália	Sim
06	Gael	E é isso que eu falei do segundo momento, né? Você tá tentando
07		passar despercebido porque naquele momento eu não sabia que era
08		<u>impossível</u> pra mim passar despercebido.
09	Natália	Exato. Total!
10	Gael	Então..eu tentava ali, pá, não sei o q... engraçado que nos primeiros
11		dias eu ia de calça, né? Os primeiros dias, não...sei lá, os primeiros
12		períodos, assim...não sei...mas chega um momento assim, que
13		você já entende, pelo menos eu entendi, né? Que eu podia ir mais
14		tranquilo, mas aquele ambiente <u>não</u> era o meu. Enquanto pros
15		outros alunos <u>era</u> o deles. Po, a galera ia de chinelo, pah, e... e tem
16		um tipo de vestimenta também, né? Aquele tênis Redley... cê deve
17		ver isso lá na PUC, né?
18	Natália	Aham, aham
19	Gael	Aquela galera com a bermudinha, as bicicletas eletrônicas,
20		motorizadas...
21	Natália	Exato. Tudo isso marca muito, né?
22		Sem contar os carros, né? Os carrões... e é isso tudo que tá
23		envolvendo lá, né? E a galera muito <u>branca</u> , aquelas mulheres
24		<u>brancas</u> , da malhação, aqueles caras <u>playboys</u> pra caceta, muito
25		<u>playboy</u> , fala de forma <u>playboy</u> , assim, é...enfim...

Nessa performance narrativa, identificamos o fator racial como sendo o foco central da história de Gael. Ele sublinha o desconforto como emoção fundante deste que ele chama de primeiro momento de sua narrativa. Vale ressaltar a ideia de passar

despercebido (linhas 1 a 4), sugerida por ele como uma tentativa de se igualar ao contexto branco no que diz respeito ao privilégio de se manter como sendo apenas mais um, não ser notado, analisado, como um corpo negro o é. A escolha lexical “adaptar” (linha 03) - *você sabe que você tá tentando se adaptar, você também tá tentando passar despercebido* – parece ressaltar que a adaptação é diretamente proporcional à sensação de notoriedade e de destaque dado ao corpo negro.

A descrição de Gael sobre sua trajetória na PUC-Rio reforça marcas e características importantes sobre o racismo brasileiro. A questão da visibilidade dos corpos negros, apresentada por ele, nos mostra que esses corpos são notados, inquietantemente notados, mas talvez não sejam enxergados. O que Gael parece salientar através da ênfase no adjetivo “impossível” (linha 08), ao dizer que seria impossível que ele enquanto homem negro, passasse despercebido, é que algo parecia estar fora do lugar. Como se ele e os demais negros e negras que compunham aquela territorialidade não fizessem parte de seu enquadre, de seu arranjo original. E talvez esse seja um dos grandes desafios do enfrentamento ao racismo no Brasil: a possibilidade de mobilidade social, que pode gerar a falsa ideia de que as oportunidades são lineares e igualitárias, atrelada a uma recusa da branquidade em aceitar negros e negras em espaços de poder. A engrenagem que mantém o racismo estrutural (Almeida, 2018) parece nos lembrar frequentemente que essa não é a ordem natural das coisas, portanto quando um homem negro como Gael chega a ocupar espaços como o da PUC-Rio, o estranhamento se dá e é sentido pelo participante já que este não está no lugar que era esperado para um corpo como o dele. Como elucidam Melo e Schucman (2022):

Essa lógica de supremacia branca à brasileira distingue-se de países como Estados Unidos e África do Sul exatamente pelo fato de que não precisa ser anunciada por leis discriminatórias e discursos explícitos de superioridade branca. Além disso, essa supremacia foi sistematicamente negada pela alegação de que o preconceito no país era algo ligado à classe; no entanto, contrapondo-se a essa lógica, os estudos que isolaram estatisticamente os fatores ligados à classe (HASENBALG, 1979) mostraram que há desigualdades sociais que permanecem e, portanto, só podem ser explicadas quando se introduz o par branco e não branco. (SCHUCMAN, p.21)

Apesar de fazer referências às marcas de classe, de formação social em sua narrativa, Gael verifica que o fator racial é um componente que extrapola as questões

referentes à classe, já que sua pele negra “não passa despercebido”, ou seja, sua pele é evidenciada antes mesmo de saberem sobre sua condição socioeconômica. Em seguida, ao tecer comentários sobre seu desconforto, Gael enfatiza uma outra forma de estar fora do lugar, desconfortável: por meio das vestimentas. O ex-aluno apresenta todo cenário composto pela branquidade por ele anunciada desde o início da narrativa. Uma branquidade marcada por classe também, com um tênis específico, com as bicicletas eletrônicas, os carrões, marcas da Orientação laboviana construídas por ele, que enfatizam o tipo de pessoas que circunscrevem aquele local.

Ao fim do excerto 3, Gael demonstra sua ausência de identificação com os demais estudantes da referida instituição pelo abismo social que os separa. Em sua fala, por meio do índice avaliativo “branca” e “playboy”, Gael nos oferece pistas indexicais que demonstram um distanciamento de sua vivência para a realidade do ambiente a que agora ele pertencia. É interessante frisarmos a significativa inversão analítica proposta por Gael acerca do que, em sua narrativa, recebe destaque e valor e do que ele parece questionar, negatizar. Ao destacar “aquelas mulheres brancas, da malhação”, bem como os “playboys”, Gael parece atribuir traços negativos à branquidade que, em sua construção só é marcado pelos bens materiais que a diferem da realidade vivenciada por ele. Nesse sentido, o marcador performativo racial da branquidade não é esvaziado, inexistente como de costume, mas é sublinhado como categoria de análise para a construção de um ambiente que não o comporta. Não o comporta por carregar traços extremamente embranquecidos, destoantes da realidade da maioria brasileira.

5. Considerações Finais

O presente artigo procurou abordar, brevemente, o início da pesquisa que tem sido desenvolvida por mim sobre raça e linguagem no contexto acadêmico. O objetivo foi gerar inteligibilidades acerca das relações étnico-raciais, com o intuito de compreender de que maneira essas relações aparecem e se constroem a partir da linguagem. Por meio dos conceitos aqui abordados e constantemente trabalhados em sala nas aulas do doutorado, estou emprenhada em desenvolver uma sólida reflexão a respeito das trajetórias negra no contexto acadêmico.

Acredito que as tensões estabelecidas e construídas por intermédio da linguagem são fundamentais para a produção de identidades negras plurais, interseccionais e

complexas. Entendo que a Linguística Aplicada seja esse campo fértil que possibilita a fomentação de novas narrativas e possibilidades para pensar a área dos Estudos da Linguagem. Como ressalta Moita Lopes (2006):

Essa visão parece crucial em áreas como a LA, que têm como objetivo fundamental a problematização da vida social, na intenção de compreender as práticas sociais nas quais a linguagem tem papel crucial. Só podemos contribuir se considerarmos as visões de significado, inclusive aqueles relativos à pesquisa, como lugares de poder e conflito, que refletem os preconceitos, valores, projetos políticos e interesses daqueles que se comprometem com a construção do significado e do conhecimento. (Moita Lopes, 2006, p. 102)

Espero, dessa forma, contribuir para o alargamento dos estudos sobre Raça e Linguagem, apontando para a riqueza da perspectiva interdisciplinar, que tanto agrega a ambos os campos. Para além disso, entendo que a relevância do presente trabalho se dê em decorrência das reflexões causadas a partir do entendimento do lugar social da universidade na vida de jovens negros e da construção que fazem de si e dos outros nesse território. Desejo, ainda, que o ajuste de lentes para as contranarrativas, as narrativas periféricas, marginais e de reexistência nos faça, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, repensar a universidade que queremos e nos comprometa com práticas sociais cada vez mais horizontalizadas e diversas.

6. Referências

- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BASTOS, Liliana C. & Liana de A. BIAR. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta** n.31 Especial 2015. p. 97-126.
- BONFIM, M. A. L. Linguagem e identidade: o lugar do corpo nas Práticas identitárias raciais. **Linguagem em foco—Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE**. V. 8, Volume Temático: Linguagem e Raça: diálogos possíveis, N. 2, 2016.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George Emanuel (org.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Papéis Selvagens, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.
- GOMES, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In **Educação antirracista: Caminhos Abertos**

pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

HALL, S. (2015) Raça, o significante flutuante. Rio de Janeiro. **Revista Z Cultural**, ano 8, n. 2.

LABOV, William. **Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

Ferreira, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos e Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2022, p, 207-214. (nota de rodapé – número 1)

MELO, G.C.V.; MOITA LOPES, L.P. As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros na Orkut. **DELTA**, São Paulo, v. 29, p. 237-265, 2013.

_____. & Jesus, D. M. de. (orgs) *Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

_____. & Schucman, L. V. Mérito e mito da democracia racial: **Revista Espaço Acadêmico**, 21, 14-23, 2022.

MISHLER, Elliot George. Narrativa e Identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L.P. e BASTOS, L.C. (orgs.) **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L.P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. [S.l: s.n.], 2009.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “branco”, o “encardido” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f.** 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, J. G. Narrativas de (re)descobrimento: um olhar para a construção identitária racial de universitários negros de pele clara na PUC-Rio. **Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PUC-Rio**, 2024.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CÓRREGO DO ALEXANDRE: RITUAL E MÚSICA AFROCAPIXABA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Guilherme Cavassa¹

Edimilson Rodrigues de Souza²

Resumo: Este artigo busca apresentar e discutir algumas das principais manifestações culturais e musicais afrocapixabas, como o Congo, o Jongo e o Ticumbi, presentes nos territórios quilombolas no Espírito Santo, Brasil, como contribuição para a compreensão e divulgação destas práticas, além de salvaguardar a memória para futuras gerações e também como ferramenta política de denúncia de alguns problemas que essas comunidades enfrentam como a especulação dos seus territórios por grandes corporações mineradoras e agroextrativistas. Como objetivos específicos pretendemos: a) apresentar práticas culturais e musicais quilombolas, com foco no Baile de Congos de São Benedito (conhecido como Ticumbi), na comunidade do Córrego do Alexandre, localizada em Conceição da Barra, no Norte do Espírito Santo; b) discutir a ausência histórica de estudos sobre estas manifestações e prática culturais em faculdades e departamentos de música no Estado, além da falta de apoio do Estado para a valorização e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial dessas comunidades, dentre outros problemas.

Palavras-chave: Música Afrocapixaba. Ticumbi. Patrimônio Cultural. Comunidade Quilombola.

CÓRREGO DO ALEXANDRE QUILOMBOLA COMMUNITY: RITUAL AND AFROCAPIXABA MUSIC AS CULTURAL HERITAGE

Abstract: This article seeks to present and discuss some of the main Afro-Capixaba cultural and musical manifestations, such as Congo, Jongo and Ticumbi, present in quilombola territories in Espírito Santo, Brazil, as a contribution to understanding and disseminating these practices, as well as safeguarding memory for future generations and also as a political tool for denouncing some of the problems these communities face, such as the speculation of their territories by large mining and agro-extractive corporations. As specific objectives we intend to: a) present quilombola cultural and musical practices, with a focus on the Baile de Congos de São Benedito (known as Ticumbi), in the community of Córrego do Alexandre, located in Conceição da Barra, in the north of Espírito Santo; b) discuss the historical absence of studies on these manifestations and cultural practices in colleges and music departments in the state, as well as the lack of support from the state for the valorization and dissemination of the material and immaterial cultural heritage of these communities, among other problems.

Keywords: Afrocapixaba Music. Ticumbi. Cultural Heritage. Quilombola Community.

¹ Músico e educador musical. Graduado em Licenciatura em Música, com habilitação em Educação Musical, pela Faculdade Estadual de Música do Espírito Santo (FAMES).

² Antropólogo e etnólogo. Doutor em Antropologia Social (PPGAS/Unicamp) e Professor Titular de Antropologia da Música e Teoria de Cultura, na Faculdade Estadual de Música do Espírito Santo (FAMES).

Introdução

Este artigo foi originalmente elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito do Curso de Licenciatura em Música da Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), defendido por Guilherme Cavassa sob a orientação de Edimilson Rodrigues, e busca apresentar e discutir algumas das principais manifestações culturais e musicais afrocapixabas, como o Congo, o Jongo e o Ticumbi, presentes nos territórios quilombolas no Espírito Santo. O intuito é de tentar contribuir para a compreensão e divulgação dessas práticas, além de salvaguardar a memória para futuras gerações, que ainda tem funcionado como ferramenta política de denúncia de alguns problemas que essas comunidades enfrentam, como a especulação dos seus territórios por grandes empreendimentos capitalistas.

O interesse por esse tema – música quilombola no Espírito Santo – se deve inicialmente a uma curiosidade pelo Congo. O tema surgiu durante as conversas com o professor e antropólogo Edimilson Rodrigues, durante a disciplina “Música, Cultura e Sociedade”, na Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira” (FAMES). Com o desenvolvimento dessa e de outras disciplinas do curso, o tema foi se modificando, passando por alguns filtros e se definindo melhor. Entretanto, algumas questões se mantiveram, dada sua importância, além de novas questões terem surgido.

Ao longo do texto, buscaremos discorrer sobre a valorização do congo nos últimos anos, como parte fundamental da cultura capixaba, como se percebe nos mais diversos setores – música, cinema, teatro, turismo, dentre outros –, nota-se que pouco crédito é dado para seus criadores, as pessoas que realmente vivem e desenvolvem essa prática há séculos (SANTOS, 2022).

De um lado, o congo é celebrado, exaltado e exportado como patrimônio do Estado, movimentando a economia da perspectiva da valorização de práticas culturais, históricas e patrimônio artístico-cultural material e imaterial; do outro, as comunidades realizadoras do congo e de outras manifestações já mencionadas, continuam enfrentando muitos problemas, tais como o racismo, a falta de infraestrutura em suas residências, pressões políticas e especulação capitalista por parte de corporações das suas terras, dentre outros problemas que serão discutidos mais adiante.

Além disso, muito pouco se estuda, ou se pratica, sobre essas manifestações nos cursos de música, ainda mais se tratando dos cursos de graduação em música nas universidades do Espírito Santo. Artistas e bandas regravam canções tradicionais e divulgam pelo país e no exterior, mas existem casos de problemas de direitos autorais, situações que acabam contribuindo para essa contradição.



Figura 01: Outras apresentações da comunidade: dança e forró sapezeiro.
Foto por Guilherme Cavassa (2022).

Considerando o exposto, este trabalho tem os seguintes objetivos: a) apresentar práticas culturais e musicais quilombolas, com foco no Baile de Congos de São Benedito (conhecido como Ticumbi), na comunidade do Córrego do Alexandre, localizada em Conceição da Barra, no Norte do Espírito Santo; b) discutir algumas das questões já mencionadas, como a falta de estudos das faculdades sobre essas práticas, a falta de apoio do Estado para a valorização e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial dessas comunidades, dentre outros problemas.

Para a realização dessa pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes e metodologias: 1) informações e citações presentes e/ou baseadas nas obras de autores referência para esse tema, principalmente Osvaldo Martins de Oliveira, Rosa Maria de Oliveira, Cleber Maciel, além de outros autores; 2) Trechos comentados do documentário Orin: Música Para os Orixás (2018) para discussão com o tema; 3) Informações oriundas de uma visita técnico-científica realizada por alunos e professores da FAMES à

Comunidade Quilombola do Córrego do Alexandre, em 19 de novembro de 2022³. Na ocasião, pudemos passar um dia com os moradores dessa comunidade, aprendendo um pouco sobre suas origens, histórias, culinária, músicas, danças e manifestações socioculturais e artísticas, os problemas ambientais e sociais enfrentados cotidianamente, dentre outras questões que emergiram das interações sociais entre alunos, professores e membros da comunidade.

Como é sabido, a escravização de populações africanas trazidas para o Brasil durante o período colonial, acabou retirando forçadamente milhões de pessoas de diferentes lugares do continente Africano. Entre os séculos XVI e XIX foram trazidos cerca de 4,8 milhões de africanos somente para o Brasil (ALENCASTRO, 2018).

Essas pessoas foram maltratadas e transportadas em navios negreiros sobrecarregados desde o continente africano até as colônias Americanas, para trabalharem forçadamente nas condições mais precárias possíveis, quase sempre até o fim de suas vidas. A escravização durou mais de 300 anos no Brasil, sendo uma das maiores e piores atrocidades já cometidas na história, mas mesmo após o seu fim, milhões de pessoas pretas ainda enfrentam diversos problemas oriundos daquele período, como o racismo, ainda muito presente em nosso país (ANJOS, 2017).

No período da escravização, os africanos e seus descendentes nascidos no Brasil que conseguiam fugir de fazendas, mineração e engenhos, muitas vezes se refugiavam nos chamados quilombos, ou mocambos. Os quilombos eram espaços de resistência contra a escravização, geralmente afastados de grandes centros urbanos, pelo interior do Brasil. Nessas comunidades, muitas vezes conviviam africanos e/ou seus descendentes, além de indígenas, onde podiam ser livres, ajudar outros refugiados, desenvolver outras atividades e trabalhos, além de resgatar e fortalecer suas tradições culturais e religiosas (MELLO, 2012).

Ainda existem muitos quilombos espalhados pelo Brasil, formados por descendentes de escravizados, os quilombolas, como é o caso do Córrego do Alexandre,

³ A visita técnico-científica que gerou os registros publicados neste artigo foi negociada diretamente com a Comunidade Quilombola Córrego do Alexandre. As relações estabelecidas com as pessoas desta comunidade, os registros fotográficos e anotações em caderno de campo, realizados naquela ocasião, seguiram os protocolos de ética em pesquisas etnográficas estabelecidos no Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), documento atualizado em 2024 e disponível em: <https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

localizado no município de Conceição da Barra-ES. Esses quilombolas procuram manter as suas tradições e culturas vivas, transmitindo saberes e deveres dos mais velhos para os mais novos, além de lutar pela defesa e/ou retomada de suas terras, ameaçadas por grandes empresas, mas também pela garantia de seus direitos, muitos ainda renegados ou restritos, como questões de saneamento, mobilidade, dentre outros.

Antes de adentrar mais profundamente nas questões da comunidade Córrego do Alexandre e o Baile de Congos de São Benedito, gostaríamos de mencionar brevemente alguns pontos importantes discutidos no documentário *Orin: Música Para os Orixás* (2018), com direção e roteiro de Henrique Duarte, pois apesar de tratar sobre a música do candomblé, sobretudo baiano, portanto, sendo diferente da música do quilombo capixaba, acreditamos existir alguns pontos de conexão entre essas experiências sonoro-musicais.



Figura 02: Visita técnica na comunidade Córrego do Alexandre.
Foto por Guilherme Cavassa (2022).

No início do documentário citado, temos uma fala de Dona Cici, figura importante do candomblé baiano. Ela nos conta que a música, chamada no candomblé de cantigas (que em iorubá chama-se orin) é muito importante para manter vivas as tradições, havendo cantigas para o trabalho, para fazer as oferendas, dentre outras.

Em seguida, o músico Mateus Aleluia complementa sobre essas práticas serem ensinadas de forma oral, desde os tempos mais antigos. Percebemos aqui, e também mais adiante, algumas coisas em comum com o quilombo, como o zelo pela tradição, os

ensinamentos dos mais velhos para os mais novos de forma oral, a utilização de diversos instrumentos, ritmos, danças e cantos, com função religiosa, mas também social, como será observado no Ticumbi nas páginas mais à frente.

Letieres Leite, maestro da Orquestra Rumpilezz, em entrevista para o documentário Orin oferece algumas explicações sobre como as células rítmicas do samba são originárias do candomblé. Além dele, o produtor musical Tadeu Mascarenhas comenta sobre a influência do candomblé no repertório do cancioneiro brasileiro, em obras de compositores como Dorival Caymmi; Bira Marques, maestro da Orquestra Afrosinfônica⁴, complementa sobre estas influências também estarem presentes nas orquestras, como na Afro-brasileira e na de Moacir Santos; Gabi Guedes, percussionista, demonstra como o Ijexá é outro ritmo relacionado às experiências musicais dos terreiros de candomblé. Todas essas contribuições reforçam a potência dos ritmos e cantos africanos na música brasileira.

Ainda no documentário Orin, Gilmar Sampaio fala sobre a chegada dos povos africanos escravizados no Brasil e de como cada povo tinha a sua língua, sua música, sua religião, dentre outras características socioculturais, ainda que não houvesse uma unidade comum entre esses povos, muitas vezes. Letieres Leite complementa, no que ele chama de “acordo da senzala”, no qual essas culturas diferentes, de Moçambique, Nigéria, e de outros territórios-países da África, acabaram se misturando devido ao período da escravidão.

No final do documentário, conhecemos alguns grupos que têm inspiração direta no candomblé. Um desses grupos é a Orquestra Afrosinfônica, mencionada anteriormente, que busca exaltar a beleza da arte negra, por meio da música de concerto,

⁴ “A Orquestra Afrosinfônica – termo criado pelo maestro Ubiratan Marques – reúne 19 instrumentistas, além das quatro vozes femininas, que aliam o desafio de uma abordagem erudita à música afro-brasileira com inspiração na musicalidade das religiões de matrizes africanas e em canções populares, reforçando a tradição dos grupos afros da capital baiana na poesia de suas composições [...]”.

Criado em 2009, o coletivo de artistas negros atua no universo da diáspora no desenvolvimento de processos de pesquisa, estudo e construção de repertório. O grupo possui dois álbuns lançados: Branco (2015) e Orin, a Língua dos Anjos (2021), indicado ao Grammy Latino [...].

Sua formação consiste em um piano, um coral de quatro vozes, uma percussão sinfônica, três percussões populares, dois instrumentos de cordas, ambos contrabaixos acústicos, e doze sopros, sendo duas flautas, dois clarinetes, três saxofones, dois trompetes, dois trombones e uma tuba. O idealizador e regente da orquestra, Ubiratan Marques, é pianista, compositor e arranjador, além de também dirigir a Orquestra Sinfônica Popular Brasileira” (Fonte: <https://salvadorbahia.com/capitalafro/destaques/orquestra-afrosinfonica/>).

tocada por pessoas pretas, que utilizam diversas claves – pequenas células rítmicas – que tem origem nos terreiros. Outro grupo é o Opanijé, grupo de rap, que busca misturar o sagrado com o político, por meio de beats que utilizam elementos do candomblé e de outras práticas musicais, juntamente de letras com críticas sociais.

Samba, baião, funk carioca, congo, ijexá, dentre outros diversos estilos de música já mencionados, utilizam células rítmicas oriundas do candomblé. Letieres Leite reforça esse fato, mencionando que até mesmo outros instrumentos, além dos de percussão, como o piano e o violão, acabam utilizando essas células, tendo em vista a potência desses ritmos. Na bossa nova por exemplo, a famosa levada de violão de João Gilberto buscava reproduzir uma célula rítmica do tamborim.

Na sequência desta introdução, este artigo divide-se em 3 seções. Na primeira seção apresentamos a comunidade quilombola do Córrego do Alexandre; na segunda descrevemos etnograficamente o Baile de Congos de São Benedito (Ticumbi), a partir da nossa experiência no trabalho de campo e de outros pesquisadores. Na conclusão retomamos o debate desenvolvido ao longo do texto e apresentamos algumas considerações sobre o contexto histórico e ritual desta manifestação artístico-cultural.

1. Comunidade Quilombola Do Córrego do Alexandre

A comunidade quilombola do Córrego do Alexandre é uma, dentre as trinta e duas comunidades que compõem o Sapê do Norte. Fica localizada em uma parte rural da cidade de Conceição da Barra, próxima da cidade de São Mateus, no Norte do Estado do Espírito Santo.

O nome Sapê vem de uma vegetação resistente às ações humanas que tentam exterminá-la, mesmo que seja por instrumento de trabalho mecânico. Por isso, o termo é empregado pelos quilombolas para dar nome ao seu território e como metáfora das resistências sociais, políticas e culturais herdadas de seus antepassados (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 102).



Figura 03: Apresentação musical no Córrego do Alexandre.
Foto por Guilherme Cavassa (2022).

Nas proximidades do rio Cricaré, residem diversas pessoas, e muitas delas são descendentes de escravizados da antiga fazenda Roda D'água, como mencionado por Osvaldo Martins de Oliveira e Rosa Maria de Oliveira:

Em Córrego do Alexandre a memória, tradições e heranças dos antepassados está relacionada não apenas aos bens materiais, mas a um conjunto de elementos que inclui nomes, identidade e saberes relacionados à pesca, ao cultivo de mandioca e à produção dos seus derivados, à cultura culinária e às celebrações festivas. A transmissão desses nomes e saberes, conforme veremos, também está associada ao processo de construção da consciência e de autodefinição da comunidade como quilombola. Relacionado à sua história ao trabalho escravizado na fazenda Roda D'água e ao fato de viverem da pesca em um território às margens do rio Cricaré, os integrantes da comunidade se definem como pretos, pescadores, festeiros/as de são Benedito e quilombolas (2021, p. 45).

Além do Baile de Congos, existem também diversas outras práticas socioculturais realizadas por essa comunidade em seu cotidiano. Muito dos saberes, ensinamentos, e até mesmo nomes, são transmitidos oralmente dos mais velhos para os mais novos, desde tempos imemoriáveis, como forma de atualizar culturalmente suas tradições, honrando os saberes daqueles que ali estiveram antes, mas também na proteção de suas identidades na atualidade.

A noção de tradição, a partir da situação em análise, é uma categoria usada para recortar a realidade e é uma forma de demarcar fronteiras e estabelecer limites. As tradições funcionam como referências para processos sociais de construção das identidades. As tradições operam como sinais diacríticos e são apropriadas para demarcar a distinção social (OLIVEIRA, 2022, p.101).

Dessa forma, portanto, se reconhecem enquanto descendentes dos antigos escravizados africanos que constituíram aquilombamentos com estratégia de fuga e sobrevivência, buscando cuidar e retomar seus costumes, muitas vezes ameaçados ao longo da história, como nos contaram durante a experiência etnográfica em 2022.

A agricultura, sobretudo o plantio da mandioca e produção de seus derivados, como a farinha, por exemplo, além da pesca, são as principais formas de trabalho dessa comunidade. Entretanto, grandes indústrias estão fazendo com que esse trabalho seja dificultado, devido ao desmatamento para a monocultura e à poluição e seca dos rios próximos, fazendo com que sua economia e culinária tenham de se modificar, como descrito por Oliveira:

Ao que alguns festeiros/as relatam, com o desaparecimento dos córregos e dos pequenos rios em função dos desmatamentos para o cultivo da monocultura dos eucaliptos e da cana-de-açúcar, a atividade da pesca ficou reduzida ao rio Cricaré e ao mar, e o pescado foi drasticamente reduzido como composição da dieta alimentar frequente dos quilombolas e de seus momentos de festividade. A carne de frango, por ter se tornado um componente frequente na alimentação das famílias, entrou no cardápio assumindo o lugar ocupado no passado pelo pescado (2021, p. 51).

No dia 19 de novembro de 2022, alguns estudantes e professores das disciplinas “Música, Cultura e Sociedade”, “Seminários em Música” e “Rítmica” da FAMES fizeram uma visita técnico-científica à Comunidade Quilombola do Córrego do Alexandre, orientados pelo debate da etnografia, especificamente da etnografia sonora/musical (CARVALHO, 1999; OLIVEIRA-PINTO, 2001; BLACKING 2007; SEEGER, 2008).

Sobre etnografia musical, vale destacar que este método é organizado através de observação sistemática, entrevistas e participação direta em campo, conforme defende Anthony Seeger:

A etnografia da música não deve corresponder a uma antropologia da música, já que a etnografia não é definida por linhas disciplinares ou perspectivas teóricas, mas por meio de uma abordagem descritiva da música, que vai além do registro escrito de sons, apontando para o registro escrito de como os sons são concebidos, criados, apreciados e como influenciam outros processos musicais e sociais, indivíduos e grupos. A etnografia da música é a escrita sobre as maneiras que as pessoas fazem música.

Ela deve estar ligada à transcrição analítica dos eventos, mais do que simplesmente à transcrição dos sons. Geralmente inclui tanto descrições detalhadas quanto declarações gerais sobre a música, baseada em uma experiência pessoal ou em um trabalho de campo (SEEGER, 2008, p. 239)

O material etnográfico deste artigo foi organizado a partir de uma experiência etnográfica de um dia, com observação e registros fotográficos e em caderno de campo, amplamente debatidos nos meses que se seguiram, e em diálogo com a bibliografia baseada em outras experiências etnográficas com o mesmo coletivo.

No dia 19 de novembro de 2022, um grupo de alunos e professores se reuniu na FAMES por volta das 6h da manhã, e realizamos uma viagem até a Comunidade Quilombola Córrego do Alexandre, localizada em Conceição da Barra-ES.

Ao chegarmos, fomos recebidos por alguns líderes da comunidade, que nos aguardavam para iniciar uma roda de conversa, na qual os acadêmicos puderam aprender um pouco sobre a história e a cultura daquele quilombo. Também foi comentado sobre algumas dificuldades que eles enfrentam no cotidiano, como o ônibus escolar que não passava por ali em dias de chuva, devido ao risco de atolamento nas estradas de terra, além de pressões externas de corporações capitalistas na tentativa de se apossar das terras dessa comunidade, para monocultivo e extração de recursos naturais, conforme eles nos contaram.

Outras atividades também fizeram parte da programação ao longo da visita, que durou até o fim da tarde daquele mesmo dia. Depois da conversa, nos ofereceram um almoço, com diversos pratos da culinária local, preparados pela própria comunidade.

Os discentes e docentes da FAMES também puderam aprender e apreciar sobre duas das principais expressões musicais daquela comunidade: O Jongo – dançado em roda e acompanhado por canto e toque de tambores e casacas; e o Baile de Congo (conhecido também por Ticumbi) – repleto de canções cantadas em grupo, com passos

de dança, performances instrumentais com casacas, sanfona, tambores, pandeiros e violão.

Os acadêmicos também puderam assistir a apresentações de dança das mulheres da comunidade, que vestiam saias coloridas, camisetas azul, além de pinturas e outros ornamentos corporais. Mais tarde, nos foi oferecido um café da tarde com uma variedade de bolos, canjica, tapioca, dentre outros doces e, por fim, antes de partir, o evento foi encerrado com um pouco de Forró Sapezeiro, modalidade característica da região.



Figura 04: Roda de conversa.
Foto por Guilherme Cavassa (2022).

2. Baile de congos de São Benedito (Ticumbi)

O Baile de Congos de São Benedito (conhecido também por Ticumbi), está inserido num período de festividades que vão do dia 30 de dezembro até 20 de janeiro, existindo quatro bailes de congos do mesmo santo.

Após dois meses de ensaios no quilombo São Domingos, no decorrer de novembro e dezembro, o referido baile de congos realiza o Ensaio Final na noite de 30 para 31 de dezembro, às margens do rio Cricaré, no quilombo Córrego do Alexandre. Nesta comunidade, aos congos e convidados, é servido jantar a noite e café da manhã no dia seguinte. Os integrantes do baile são quilombolas que pertencem às comunidades de Linharinho, Córrego Santana, Roda D'Água, às duas comunidades acima mencionadas e aqueles que migraram para o meio urbano, e moram em bairros da Sede do município (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p.105).

Veremos a seguir um mapa que localiza as comunidades quilombolas de Linharinho, em Conceição da Barra-ES, que compõem os circuitos dos Baile de Congos de São Benedito durante os festejos de novembro e dezembro, extraído do artigo “Baile de Congos de São Benedito e Seus Mestres” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 106).



Figura 05: Mapeamento das comunidades quilombolas a partir dos Bailes de Congos
Fonte: “Baile de Congos de São Benedito e Seus Mestres” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022).

Conforme descrevem os autores:

No dia 31, por volta de 08 horas, navegam contra a corrente do rio Cricaré até a comunidade de pescadores de Barreiras, quando quilombolas e pescadores renovam suas alianças sociais, para juntos levarem a imagem de São Beneditinho das Piabas para Conceição da Barra e ser celebrado no Baile de Congos, em 1º de janeiro, ao lado de São Benedito padroeiro.

Ao chegarem ao porto, depois de navegarem em sentido à cidade, realizam o percurso pelas ruas, entrando na igreja Nossa Senhora da Conceição, onde prestam uma breve homenagem e seguem para a igreja do padroeiro. Após deixarem o santo na igreja, os grupos seguem para a casa de um/a festeiro/a, onde almoçam. No final do dia 31, jantam na casa de outro/a festeiro/a. No dia 01/01, os congos concentram-se às 07 horas na casa do mestre, onde se arrumam com suas vestes brancas e por volta de 8 horas e 30 minutos seguem cantando em cortejo pelas ruas até a igreja de São Benedito, onde participam da celebração da

missa. Em seguida é feita a representação do Baile de Congos de São Benedito (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, pp.106-107).

A descrição etnográfica do Bailes de Congo de São Benedito em Conceição da Barra-ES é formada pelas seguintes etapas: 1ª marcha de rua, parte cantada, durante o percurso até o local do baile; 2ª marcha de entrada; 3ª entrada do Rei de Congo com seu secretário, onde ocorre o discurso do rei; 4ª entrada do mestre do baile; 5ª *chulata*, momento das danças, coreografias e cantos para São Benedito; 6ª subida e corrida de contra guias; 7ª *embaixadas*, parte composta por discursos e versos dos reis e secretários; 8ª guerras, coreografias de combate com golpes de espadas entre os dois reis e seus respectivos secretários; 9ª *empire*, parte mais religiosa do baile, onde todos se ajoelham para rezar; 10ª subida do corpo de baile, onde os congos cantam em duplas e o corpo responde; 11ª *Ticumbi*, parte cantada; 12ª roda Grande, parte em que são retratados os acontecimentos sociais e políticos do ano que passou; 13ª marcha de retirada, também chamada de despedida, constituída de música e dança para finalizar o baile (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p.107).

Para uma experiência audiovisual é sugestivo a reportagem intitulada “Em Itaúnas, a devoção a São Benedito é expressada através da tradição do Ticumbi”, produzida pela TVE Espírito Santo, na vila de Itaúnas, município de Conceição da Barra-ES, exibida em 25 de janeiro de 2023, disponível no QR Code:



Retornando ao contexto do Sapé do Norte, depois do Baile de Congos, quilombolas e pescadores se reúnem na casa de outro/a festeiro/a para almoçar. Em seguida, visitam o cemitério onde prestam homenagens aos seus ancestrais já falecidos,

além de visitar casas de devotos. Por volta das 20h, se reúnem para jantar e, por fim, seguem para a casa do mestre e encerram a festa (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022).

Conforme descrição etnográfica:

O baile é uma guerra simulada, que os seus praticantes chamam de brincadeira, entre os reinos de Congo e de Bamba. Visto que os mestres se referem à realização do baile também como representação, entendemos que ele é, simultaneamente, ação celebrativa e narrativa mítica, agindo-representando anualmente situações do passado – escravização e batismo compulsório – que os congos quilombolas não querem deixar cair no esquecimento.

O Baile de Congos é considerado por seus integrantes uma tradição cultural herdada de seus ancestrais, que vem sendo recriada e transmitida por quilombolas devotos de São Benedito. Enquanto uma festa do santo preto, segundo as memórias dos mestres, o baile tem mais de 200 anos, mas a busca da imagem de são Bino na localidade de Barreiras, acima referida, parece ser um rito que foi criado no final do século XIX, ou seja, após a morte do líder quilombola Benedito Meia-Légua, que dizem ter sido o primeiro guardião da imagem (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p.109).

A imagem de São Benedito, segundo Aguiar (2001) *apud* Oliveira e Oliveira (2022), era utilizada nos referidos municípios, no século XIX, para catequizar os negros e agradar os senhores de engenho.

O cortejo de busca do santo na comunidade de Barreiras, que podemos chamar de ação celebrativa, teria começado porque, entre os personagens do passado devotos de são Benedito, ainda no tempo da escravidão, estava um líder quilombola chamado, segundo Aguiar (2001: 219-229), Benedito Caravelas, mas que, devido aos seus constantes deslocamentos a pé pelas matas do Sapé do Norte, ficou conhecido como Benedito Meia-Légua. Por andar com uma pequena imagem de são Benedito dentro de um embornal, ele teria sido o responsável por fazer florescer a devoção ao santo preto nos quilombos. Essa devoção obstinada se devia ao fato de Meia-Légua, por diversas vezes, ter sido salvo de prisões, emboscadas e castigos e, segundo acreditam os devotos, são Benedito o teria livrado e protegido (p.109).

O baile, portanto, é uma forma de honrar as tradições dos antepassados, fazer memória das pessoas e suas experiências socioculturais num território ocupado por descendentes de escravizados e quilombolas, no Norte do Espírito Santo, além de denunciar os crimes cometidos contra estas populações ao longo de séculos, desde que foram trazidos forçadamente dos seus territórios no continente africano.

Durante o século XVI, a maioria dos escravos chegados ao Brasil, entre a Bahia e o Rio de Janeiro era de Sudanese, embarcados nos portos da Guiné e, por isso, também conhecidos como Negros da Guiné. Entre eles destacavam-se os Fulas e os Mandingas, usados, em geral, como lavradores; os Jalofo, utilizados como trabalhadores nos engenhos de cana-de-açúcar e como ferreiros; os Haussás; os Lorubás, também chamados Nagôs; os Daomeanos; os Bornuse, e os Achantis. Quase todos muçulmanos.

Também vieram, em menor escala, muitos Bantos dos grupos Quimbundos, Congos, Angolas, Benguelas e Cabindas.

Já durante o século XVII, a maioria dos escravos africanos trazidos para o Brasil era de Bantos, dos quais, com certeza, muitos dos grupos conhecidos como Congos e Criolos foram desembarcados nos portos de São Mateus e Vitória. Esses escravos Bantos também eram chamados de Angolas, porque a maioria era embarcada nos portos dessa região da África.

Ao longo do século XVII até o final do tráfico, no século XIX, parte dos escravos era embarcada nos portos de Costa da Mina e no Golfo de Benim. Embora por isso fossem chamados de Minas, entre eles haviam Bantos e Sudanese, estes últimos constituindo quase 70% do total e destinados, em grande parte, para os trabalhos na mineração, na lavoura, nas manufaturas e nos serviços domésticos.

Nesse período, havia também muitos portos de embarque nas regiões de Angola e Moçambique, e os escravos eram classificados, genericamente, por esses nomes. Da mesma forma, havia diversos outros portos nas áreas do norte da África. Aliás, dos portos de Omim e Ajudá saíram os últimos navios negreiros que fizeram o comércio legal e contrabando de escravos no litoral do Espírito Santo, onde foram desembarcados muitos Nagôs, Haussás, Tapas e Jepes, todos Sudanese, e não Bantos, mesmo que classificados pelos comerciantes como escravos oriundos de Angola e Moçambique (MACIEL, 2016, pp. 54-56).

Quanto aos instrumentos musicais utilizados para produzir a experiência sonora que dialoga com a performance corporal no Ticumbi (dança e encenação teatral), destacam-se os tambores, viola, sanfona e pandeiros. Todos se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com flores e fitas coloridas ao redor do corpo, como se fosse uma proteção. Os secretários, que vão para as frentes de batalha nas guerras, possuem espadas, mantos coloridos e utilizam capacetes em forma de peixe e dragão.



Figura 06: Apresentação do Baile de Congos na comunidade de Córrego do Alexandre em 19 de novembro de 2022. Foto por Guilherme Cavassa.

3. Considerações Finais: notas sobre Jongo, Congo e Ticumbi

Na representação e nas situações sociais vivenciadas pelos quilombolas, São Benedito – chamado de filho de Zambi – é uma divindade africana que rompe as fronteiras impostas pelos colonizadores cristãos entre batizados e pagãos. São Bino está presente nas narrativas e ritos de matrizes africanas como aquele que garante que as preces dos classificados como pagãos, serão atendidas. Ele, segundo os/as festeiros/as, foi um cozinheiro. Por isso, é o principal santo para o qual os devotos fazem festa, embora esteja sempre acompanhado de outras divindades celebradas por eles. Anualmente os devotos atualizam seus acordos e promessas com o santo cozinheiro por meio de preces e oferendas (para a festa do santo) relacionadas à criação de animais, pesca e trabalhos na agricultura e empregos. Nesses acordos estão inclusas as ações dos/as festeiros/as que consistem em alimentar os congos de São Benedito e às suas famílias que participam da festa (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 111).

Os Bailes de Congos no Norte do Espírito Santo são, manifestações das práticas musicais afro-brasileiras, herdadas dos africanos escravizados no Brasil, bastante presentes nos quilombos e em comunidades negras do Estado do Espírito Santo. Todas

essas práticas podem ter diversas funções, como religiosas, sociais e políticas, por exemplo, entretanto, existem algumas diferenças entre essas práticas, como por exemplo na utilização e variedade dos instrumentos, nas células rítmicas utilizadas, dentre outros elementos.

No Espírito Santo, o nome jongo se refere às cantigas ou pontos entoados nas denominadas “rodas de jongs” ou “rodas de caxambu”. Caxambu, no sul do Estado, é o nome atribuído ao tambor, o principal símbolo e instrumento tocado nessas “rodas” e celebrações ritualísticas. No norte, os jongueiros se definem coletivamente como grupos de jongo, referindo-se ao conjunto dos elementos do ritual. As “rodas” de caxambu ou jongo são realizadas por comunidades jongueiras que se reúnem para tocar instrumentos musicais (tambor, ganzá ou reco-reco), dançar e cantar de forma poética e desafiadora às diversas situações sociais vividas pelas comunidades (OLIVEIRA, 2016, p. 204).

O jongo, portanto, configura-se como um importante momento de interação social e cultural entre os seus participantes e expectadores, inclusive entre comunidades quilombolas vizinhas, pois se reúnem frequentemente para praticar e discutir sobre questões socioambientais, sociais, culturais e políticas que afetam diretamente a sua existência enquanto grupo, recorrentemente ameaçada por agentes externos, especuladores de terra e água na região do Sapê do Norte. São também, nesse sentido, patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, pelos objetos, danças, canções e narrativas expressos neste ritual.

Já o congo, é talvez o mais conhecido das três expressões musicais no Espírito Santo, havendo diversas bandas, eventos e celebrações ao longo do ano, como mencionado no início deste trabalho. Descrito nestes termos por José Elias Rosa dos Santos (2016, p. 222):

O congo representa um dos mais significativos e disseminados símbolos da cultura do Espírito Santo, estando presente em muitas outras manifestações culturais - mas pouco explorado como referência cultural das comunidades negras existentes neste Estado. [...] O congo também se tornou um elemento presente em muitos trabalhos artísticos – cinema, música, artes plásticas, teatro etc –, ansiosos por impregnar a marca capixaba em seus produtos, criando forte apelo comercial que tem por base o sentimento e a “identidade” capixaba.

“A banda de congo, geralmente é formada por 10 até 15 pessoas, contendo instrumentistas, cantoras, mestre, guardião da bandeira, porta estandarte e crianças” (SANTOS, 2016, p. 222). Alguns dos principais instrumentos utilizados nesta prática

musical são o tambor, a casaca, a cuíca e o apito. Comumente de caráter mais religioso, busca homenagear as figuras de São Benedito e Nossa Senhora da Penha.

Sobre o Ticumbi, já abordado em páginas anteriores, cabe ainda acrescentar algumas informações para ajudar em sua diferenciação. Apesar de possuir alguns elementos em comum com o congo, como a homenagem a São Benedito, por exemplo, o Ticumbi geralmente possui um caráter um pouco mais político que religioso.

Os discursos dos principais agentes da festa são de denúncias contra aqueles empreendimentos que continuam cometendo injustiças contra as comunidades quilombolas. [...] Por isso, a espada é um símbolo das guerras não apenas nas relações entre os reinos africanos do passado, mas também das relações dos quilombolas da atualidade com os empreendimentos expropriadores de seus territórios (SANTOS, 2016, p. 218).

Por fim, este trabalho pretendeu realizar um levantamento, ainda que preliminar, dos estudos sobre música e cultura afrocapixaba, para oferecer conhecimentos sobre estas diversas práticas musicais (religiosas e políticas) da população negra no Norte do Espírito Santo, que merecem mais atenção e cuidado, especialmente por parte dos agentes públicos municipais e estaduais, com vistas à salvaguarda como patrimônio da cultura material e imaterial destas práticas, narrativas, canções e objetos rituais.

4. Referências

ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Comentários à Mesa Redonda "Mestiçagens e (Contra)Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas": (coordenada por Francisco Pazarelli e Marcio Goldman XI Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideu, dezembro de 2015). **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 213–217, 2017.

BLACKING, John. Música, cultura e experiência. **Cadernos de Campo**, v. 16, n. 16, p. 201-218.

CARVALHO, José Jorge de. Transformações da sensibilidade musical contemporânea. **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 11, p. 53- 91, out. 1999.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos quilombos**. Territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Terceiro Nome/FAPESP, 2012.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O Jongo como patrimônio cultural. In: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Ticumbi: o Baile dos Congos para São Benedito. In: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; OLIVEIRA, Rosa Maria de. Baile de Congos de São Benedito e seus mestres: Tradição cultural, memória e reexistência. **Simbiótica**, v.9, n.2, mai.-ago., 2022, p. 99-121.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; OLIVEIRA, Rosa Maria de. Comunidade quilombola córrego do Alexandre – ES: território de saberes e tradições festivas. **Guarimã – Revista de Antropologia & Política**, Vol. 2, n. 1, janeiro – julho de 2021.

OLIVEIRA-PINTO, Tiago de. Som e música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 222-286.

ORIN: Música para os Orixás (2018). Documentário produzido por Henrique Duarte. Publicado pelo canal @orinmusicaparaosorixas8038 em novembro de 2021. 1 vídeo (1h13min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hL-A29ILa5Y>. Acesso em: 11 novembro 2022.

SANTOS, José Elias Rosa dos. Congos e Bandas de Congos no Espírito Santo. In: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. **Cadernos de Campo**, v. 17, n. 17, p. 237-260, 2008.

AFROCENTRICIDADE: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA INOVADORA

Priscila Venancio da Silva ¹

Resumo: O conceito de afrocentricidade, busca reorientar a análise das condições africanas a partir da África e sua diáspora, reconhecendo os africanos como agentes ativos em sua própria cultura e história. A pesquisa enfatiza a conscientização e a autonomia dos povos africanos, destacando a exclusão e marginalização que sofreram sob a dominação racial branca. A afrocentricidade é vista como uma abordagem epistemológica que fomenta o debate sobre valores africanos, sem se restringir a dogmas, e reconecta os indivíduos com suas lutas históricas. O termo “africano” é discutido em um sentido não essencialista, vinculado à resistência à opressão e à busca pela justiça social. A cultura é vista como fundamental para a emancipação, com o pensamento afrocentrado servindo para corrigir distorções na narrativa histórica imposta por autores eurocêtricos. A análise crítica do comércio de escravos e das dinâmicas internas nas sociedades africanas também é abordada. A afrocentricidade e o quilombismo são apresentados como propostas que visam reconhecer e valorizar a contribuição da população afro-brasileira e sua história, enfatizando a importância de celebrar essa herança cultural e promover a dignidade e igualdade na sociedade. A criação da “Semana da Memória Afro-Brasileira” é sugerida para fortalecer a identidade negra e preservar a herança quilombista.

Palavras-chave: Afrocentricidade. História. Quilombismo. Brasil.

AFROCENTRICITY: AN INNOVATIVE EPISTEMOLOGICAL APPROACH

Abstract: The concept of Afrocentricity seeks to reorient the analysis of African conditions from the perspective of Africa and its diaspora, recognizing Africans as active agents in their own culture and history. The research emphasizes the awareness and autonomy of African peoples, highlighting the exclusion and marginalization they faced under white racial domination. Afrocentricity is seen as an epistemological approach that fosters debate about African values without being confined to dogmas, and reconnects individuals with their historical struggles. The term "African" is discussed in a non-essentialist sense, linked to resistance to oppression and the pursuit of social justice. Culture is seen as fundamental to emancipation, with Afrocentric thought serving to correct distortions in the historical narrative imposed by Eurocentric authors. A critical analysis of the slave trade and internal dynamics within African societies is also addressed. Afrocentricity and quilombismo are presented as proposals that aim to recognize and value the contribution of Afro-Brazilian populations and their history, emphasizing the importance of celebrating this cultural heritage and promoting dignity and equality in society. The creation of the “Afro-Brazilian Memory Week” is suggested to strengthen black identity and preserve quilombist heritage.

Keywords: Afrocentricity. History. Quilombismo. Brazil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO.

Introdução

O conceito de afrocentricidade foi introduzido e desenvolvido por Molefi Asante em 1980, sendo posteriormente consolidado como um paradigma no campo acadêmico no final do século XX. É pertinente notar, por exemplo, que uma crítica significativa ao Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1967[1854]), obra de viés racista de Arthur de Gobineau, foi formulada por Anténor Firmin, um renomado intelectual haitiano, em sua obra Da igualdade das raças humanas: antropologia positiva (1967[1885]) (Asante, 2009).

A concepção afrocentrada diz respeito, fundamentalmente, à proposta epistemológica do lugar. Considerando que os africanos foram deslocados em aspectos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é crucial que qualquer análise de suas condições em diferentes países se baseie em uma localização que priorize a África e sua diáspora. Iniciamos com a compreensão de que a afrocentridade representa um tipo de pensamento, prática e perspectiva que reconhece os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos que influenciam sua própria imagem cultural e estão alinhados com seus interesses humanos (Alves, 2020).

O objetivo, desde o início, foi estabelecer um ambiente propício para indivíduos conscientes que, ao se encontrarem centrados, assumem um compromisso com a saúde mental. A noção de conscientização ocupa uma posição central na afrocentricidade, pois é o que a distingue da africanidade. É possível vivenciar as tradições e costumes africanos sem, entretanto, ser considerado afrocêntrico. A afrocentricidade refere-se à conscientização acerca da autonomia dos povos africanos. Essa compreensão é essencial para a reorientação e recentralização, permitindo que o indivíduo atue como agente ativo, em vez de se posicionar como vítima ou dependente (Nascimento, 2009).

Os africanos têm sido sistematicamente excluídos sob a estrutura de dominação racial branca. Essa exclusão não se limita à marginalização, mas envolve a eliminação de sua presença, importância, ações e representação. Trata-se de uma realidade negada, que resulta na destruição da essência espiritual e material do indivíduo africano. Neste contexto, a problemática que orienta esta pesquisa é definida da seguinte maneira: É fundamental que o africano cultive uma consciência crítica, permaneça atento ao ambiente que o cerca e procure evitar a anomia resultante da exclusão? Em um certo

aspecto, isso configura um problema linguístico; em outro, implica o enfrentamento das realidades econômicas e culturais que foram construídas (Asante, 2016).

O objetivo deste artigo é evidenciar que a afrocentricidade se apresenta como uma abordagem que não se classifica como religião, possibilitando a discussão e o debate acerca dos valores africanos². Essa flexibilidade inerente à proposta afrocentrista implica que não existem ideias tidas como indiscutíveis, promovendo assim a análise e a crítica de uma variedade de temas relacionados ao universo africano.

A obra de Elisa Nascimento enfatiza a importância do afrocentrismo na busca pela identificação da pessoa africana como sujeito em diversos contextos. Muitas vezes, as discussões sobre fenômenos africanos são centradas na perspectiva europeia, negligenciando as vozes e a agência dos próprios africanos. O afrocentrista se propõe a reafirmar o lugar do africano como sujeito em textos e eventos, enfrentando desafios relacionados à complexidade da identidade. Embora possamos compreender a identidade atual de uma pessoa, não temos como prever seu futuro, mas é fundamental buscar onde elementos africanos se posicionam como sujeitos nas narrativas e fenômenos.

1. Referencial Teórico

O primeiro ponto que merece destaque é o significado do termo “africano”. Trata-se de uma expressão que não deve ser entendida de maneira essencialista, isto é, não se fundamenta unicamente na noção de “sangue” ou “genes”. Muito além disso, configura-se como um construto epistemológico. Em essência, um africano é uma pessoa que esteve envolvida nos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. Em algumas situações, essa participação pode ter ocorrido sem a plena consciência do indivíduo; no entanto, é nesse contexto que se insere a conscientização. Somente aqueles que se reconhecem conscientemente como africanos – valorizando a imperativa necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica – encontram-se adequadamente inseridos na esfera da afrocentricidade. Isso não implica que os demais indivíduos não sejam africanos; simplesmente significa que eles não possuem uma perspectiva afrocentrada (Reis et al., 2020).

² Esta reflexão advém de uma disciplina ministrada no curso de mestrado.

Dessa forma, o afrocentrismo implica a reivindicação de um vínculo com a luta e a busca pela ética da justiça em face de todas as formas de opressão humana. Em um plano distinto, referimo-nos aos africanos como indivíduos que reconhecem que seus ancestrais migraram da África para as Américas, o Caribe e outras regiões do mundo ao longo dos últimos quinhentos anos. Portanto, adotar uma perspectiva afrocentrista implica reivindicar a ligação com a luta e buscar a ética da justiça em face de todas as formas de opressão humana. Há uma interconexão africana que se manifesta tanto internamente quanto externamente. Aqueles que residem atualmente no continente representam a conexão interna; já os que habitam fora, a conexão externa. Os brancos presentes no continente africano, que nunca participaram da resistência contra a opressão, dominação ou hegemonia branca, são efetivamente considerados não-africanos. A simples condição de viver na África não confere automaticamente à pessoa a identidade africana. Por fim, sustentamos que é a consciência, e não aspectos biológicos, que orienta nossa interpretação dos dados. É deste ponto de partida que toda análise se desenvolve (Xavier, 2017). Este artigo ainda sustenta que o fato de que é a consciência, e não a biologia, que molda nossa interpretação dos dados (Sá; Francelin, 2021).

A afrocentricidade possui raízes significativas no radicalismo negro da década de 1960, inspirando-se em pensadores e ativistas sociais e políticos dos Direitos Civis e do Poder Negro, além de teóricos pan-africanistas e anticoloniais africanos. Os afrocentristas reconhecem a influência de uma ampla gama de teorias, e seu escopo teórico abrange desde as diversas comunidades discursivas do continente africano até o Caribe, entrelaçando, literalmente, as arenas acadêmicas da América e da Europa. Normalmente, os textos afrocêntricos posicionam o pensamento de Du Bois, Anna Julia Cooper, Cheikh Anta Diop e Frantz Fanon ao lado das ideias de Kwame Nkrumah, Malcolm X, Amílcar Cabral, Walter Rodney, Ella Baker e Maulana Karenga, sintetizando os aspectos mais emancipadores das obras desses e outros pensadores dentro de uma estrutura conceitual coerente (Nascimento, 2013).

Tal estrutura, conforme afirma Asante, considera a cultura como um elemento crucial e decisivo para os esforços voltados à emancipação física e mental das pessoas de origem africana ou ascendência africana em particular, bem como da humanidade em geral. Enquanto Maulana Karenga (1988, p. 410 *apud*: Nascimento, 2013) defende que a cultura é “a totalidade do pensamento e da prática pelos quais um povo cria, define e

celebra a si mesmo, apresentando-se à história e à humanidade”. Dessa forma, pode-se afirmar que a cultura constitui a pedra angular e o alicerce filosófico da afrocentricidade.

A afrocentricidade enfatiza a relevância de compreendermos nossas origens enquanto homens e mulheres, negros e negras, sob a ótica do sujeito africano, algo que nos foi negado por mais de trezentos anos. Conforme Nascimento (2009), em nenhum momento nosso sistema educacional ofereceu qualquer disciplina que demonstrasse apreço ou respeito pelas culturas, artes, línguas e religiões de origem africana. Além disso, o contato físico dos afro-brasileiros com seus irmãos no continente e na diáspora sempre foi obstaculizado ou dificultado, entre outros impedimentos, pela falta de recursos financeiros que permitissem ao negro deslocar-se e viajar para fora do país.

O pensamento afrocêntrico emerge como um processo de conscientização política. Asante (2009, p. 94) apresenta a afrocentricidade como “a conscientização sobre a agência dos povos africanos”, na qual um agente é definido como um ser capaz de agir de maneira autônoma em relação aos seus interesses. A noção de agência, por sua vez, refere-se à habilidade de “dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana”, logo é fundamental compreender o conceito de agência como antitético à desagência, na qual o africano é relegado ao papel de não protagonista em sua própria narrativa histórica.

O autor também afirma que o pensamento afrocentrado se envolve no processo de revelar e corrigir as distorções resultantes desse léxico convencional da história africana, em outras palavras, a filosofia afrocentrada desempenha a função de esclarecer a trajetória histórica do continente africano, ressaltando seus conhecimentos e culturas que frequentemente foram subestimados. Assim, em uma robusta ética de comunicação e interação entre os indivíduos, o afrocentrista estabelece que a agência africana é equiparável à de qualquer outro ser humano. Se for o caso de discutir ciência, abordaremos ciência; se desejarmos falar sobre astronomia, trataremos de astronomia (Asante, 2009).

Em consonância com essa linha de raciocínio, Alves (2020) apresenta a afrocentricidade como uma estratégia para fomentar o pensamento de reparação, uma justiça sociocultural essencial para dismantelar a visão que degradou a cultura africana, ocultando, dessa maneira, todas as conquistas e contribuições do povo negro à história universal. É nesse cenário que se constrói o conceito de afrocentricidade, que abrange um

discurso impregnado de informações fundamentais para a análise crítica das realidades culturais impostas, ao mesmo tempo em que evidencia a importância das contribuições africanas na história global, demandando reconhecimento e representatividade (Nascimento, 2012; 2013).

A afrocentricidade, assim como o pan-africanismo, o anticolonialismo e o Poder Negro, constitui uma corrente de pensamento originada na resistência. É compreensível que seu surgimento tenha ocorrido nos Estados Unidos, especialmente ao se considerar a trajetória do pan-africanismo, inicialmente articulado por intelectuais e ativistas da diáspora africana. Atualmente, a África permanece um continente onde as lealdades étnicas muitas vezes se sobrepõem aos compromissos nacionais e continentais. No contexto da diáspora, as conexões étnicas foram obliteradas por: 1) uma política intencional e sistemática de desfiliação; 2) séculos de fusão interétnica entre africanos escravizados que vivenciavam um cativeiro compartilhado (Nascimento, 2012; 2013).

É inegável que, permanecendo fiel às suas origens ancestrais, a afrocentricidade serve como um abrigo para o autodidata, ou seja, aquele pesquisador que adquire seu conhecimento exclusivamente por meio do estudo independente. Essa realidade apresenta tanto benefícios quanto desvantagens. O autodidata pode carecer do método rigoroso que caracteriza uma investigação acadêmica autêntica. Ademais, ele também não possui acesso às fontes primárias que fundamentam um campo acadêmico. No entanto, frequentemente supera o estudioso acadêmico em um aspecto: a disposição de não se restringir aos padrões habituais, avaliando linhas, evidências e fontes de informação frequentemente subestimadas pelo acadêmico (Nascimento, 2020).

Os escritores afrocentrados frequentemente são acusados de serem simples criadores de mitos que atribuem aos povos negros um passado glorioso que nunca existiu. De fato, existe uma tendência a “exaltar” esse passado - nenhum escritor ou orador afrocentrado consegue escapar dessa influência. Essa inclinação é inevitável, visto que o afrocentrista se sente na obrigação de corrigir o registro histórico, distorcido por autores eurocêntricos que relegaram os negros à marginalidade da história humana. Com efeito, já foi afirmado que os negros teriam se beneficiado ao serem escravizados pelos europeus, pois tal processo lhes trouxe a civilização. Essa declaração continua a ser propagada até mesmo por alguns indivíduos negros! Assim, os escritores afrocentrados sentem-se compelidos a reerguer o estudo das civilizações negras perdidas e esquecidas

especialmente no intuito de resgatar o Egito antigo das mãos dos antiquários eurocêntricos. Os afrocentristas costumam enfatizar as realizações da civilização egípcia, quase ignorando outros aspectos da história africana. Novamente, essa tendência é natural, necessária e adequada; no entanto, não se revela suficiente (Nascimento, 2013).

Outro ponto a ser analisado, diz respeito ao comércio de escravos nas duas costas, há uma verdade inegável e implacável, este não poderia ter ocorrido sem a colaboração ativa e deliberada das nações africanas envolvidas. Na costa atlântica, os traficantes de escravos espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses e franceses manipularam diversas nações africanas, incitando-as a invadir-se mutuamente na busca por escravos e armando estrategicamente vários reinos africanos. Contudo, o comércio de escravos já era praticado na África muitos séculos antes da chegada dos europeus, tornando relativamente simples - com raras exceções - manobrar os soberanos africanos para que travassem guerras contra inimigos tradicionais e povos vizinhos como forma de atender à incessante demanda europeia por escravos. Se os reis africanos tivessem demonstrado solidariedade entre si em oposição a essa prática comercial, sua manutenção teria sido inviável (Nascimento, 2009; Nascimento, 2013).

Ao analisar os últimos quinhentos anos, é possível afirmar que a África e seus povos suportaram o elevado custo da avareza e da duplicidade de suas elites, assim como do absoluto desinteresse dessas mesmas elites pelo bem comum e pelo progresso de suas nações. De fato, essa carga ainda é suportada atualmente. Os cidadãos africanos foram traídos por seus governantes, que se mostraram obcecados em acumular poder, domínio e riqueza, sem levar em conta outras considerações. Negar essa dura realidade não traz qualquer benefício; ao contrário, é imprescindível que os povos africanos não prolonguem por mais tempo essa profunda e até implacável autoavaliação. Em determinados círculos, tanto na África quanto na diáspora, esse processo já teve início (Nascimento, 2008; Finch; Nascimento, 2009).

Enquanto perdurar a hegemonia global do Ocidente, nenhuma quantidade significativa de acadêmicos brancos se sentirá motivada a analisar os fundamentos da afrocentricidade de maneira isenta de preconceitos.

2. Considerações Finais

Entende-se assim, a afrocentricidade e o quilombismo como uma proposta de reconhecimento e valorização das contribuições da população afro-brasileira e sua memória histórica, que foi sistematicamente apagada e distorcida ao longo dos séculos. Elisa Nascimento discute como a elite dominante no Brasil tentou desconectar os afrodescendentes de suas raízes culturais africanas após a abolição da escravidão. Ela destaca a importância de pesquisadores africanos e afro-brasileiros na reavaliação da história e cultura negra, enfatizando que a civilização egípcia foi construída por povos africanos. O quilombismo é apresentado como um movimento que não apenas busca a libertação e a dignidade dos afro-brasileiros, mas que também propõe um modelo de sociedade baseado em princípios de igualdade, coletivismo e cultura afro-brasileira. A proposta da “Semana da Memória Afro-Brasileira” é sugerida como um meio para celebrar a história dos africanos e fortalecer a identidade negra, culminando na data de 20 de novembro, que marca o Dia Nacional da Consciência Negra. O texto conclui com a necessidade de um movimento organizado que preserve a herança quilombista e promova um futuro melhor para a comunidade afro-brasileira.

3. Referências

ALVES, Ewerton. **Literatura afro-brasileira: uma análise afrocentrada no conto minha mãe é preta sim!** 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.** Elisa Larkin Nascimento (Org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo negro, 2009. p.93-110.

_____. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaio Filosóficos**, 2016.

FINCH, Charles S.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abordagem afrocentrada, história e evolução. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, p. 219-249, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira.** Elisa Larkin Nascimento (Org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo negro, 2009. p.197-218.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Ed.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. Grupo Editorial Summus, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A matriz africana no mundo**. Selo Negro Edições, 2012.

_____. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Selo Negro, 2013.

REIS, Maria Conceição; SILVA, Joel Severino; ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales. Afrocentricidade e pensamento decolonial: perspectivas epistemológicas para pesquisas sobre relações étnico-raciais. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 131-143, 2020.

SÁ, Camila; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Afrocentricidade, memória e informação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, 2021.

XAXIER, José Valterdinan Mesquita. A relação afrocentrismo x afrocentricidade: uma breve consideração. **Filosofia Africana Brasil. edição**, n. 1, 2017.

MUSEU-NAVIO BAURU E AS EXPOSIÇÕES ITINERANTES: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Joanna de Assis Patroclo¹

Resumo: Este artigo explora as relações entre museologia, patrimônio, documentação e informação no contexto das exposições itinerantes realizadas em meios de transporte adaptados, como trens, barcos e caminhões. Por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos de caso, com destaque para o *Museu-Navio Bauru*, o estudo demonstra como esses conceitos se articulam para democratizar o acesso ao patrimônio cultural e científico. Os processos de musealização e patrimonialização são fundamentais para atribuir valor aos objetos, transformando-os em bens culturais, mesmo quando expostos fora dos espaços tradicionais dos museus. A documentação desempenha um papel essencial na preservação e gestão dos acervos, especialmente nas exposições itinerantes, onde os objetos estão sujeitos a variações ambientais. Estratégias de comunicação, como painéis interativos e atividades educativas, ampliam o engajamento e a compreensão do público. O *Museu-Navio Bauru* exemplifica como as exposições itinerantes podem funcionar como testemunhos históricos e ferramentas educativas, promovendo uma conexão mais profunda entre as comunidades e seu patrimônio.

Palavras-chave: Exposições Itinerantes. Musealização. Patrimônio Cultural. Documentação Museológica.

MUSEU-NAVIO BAURU AND ITINERANT EXHIBITIONS: HISTORICAL HERITAGE, DOCUMENTATION, AND MUSEOLOGICAL COMMUNICATION

Abstract: This article explores the relationship between museology, heritage, documentation, and information in the context of traveling exhibitions using adapted transport means, such as trains, boats, and trucks. Through a literature review and case study analysis, particularly focusing on the *Museu-Navio Bauru*, the study highlights how these concepts intertwine to democratize access to cultural and scientific heritage. The processes of musealization and patrimonialization are crucial for attributing value to objects, transforming them into cultural assets, even when displayed outside traditional museum settings. Documentation plays a vital role in preserving and managing collections, especially in traveling exhibitions, where objects are exposed to environmental variations. Communication strategies, such as interactive panels and educational activities, enhance public engagement and understanding. The *Museu-Navio Bauru* exemplifies how traveling exhibitions can serve as both historical testimonies and educational tools, fostering a deeper connection between communities and their heritage.

Keywords: Traveling Exhibitions. Musealization. Cultural Heritage. Museum. Documentation.

¹ Graduada e Mestre em museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio.

Introdução

O conceito de itinerância evoluiu em consonância com a própria área da Museologia. Inicialmente, funcionava de maneira restrita, por meio do empréstimo de peças entre museus de grande e pequeno porte, especialmente aqueles localizados em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Como aponta Xavier (2012), com o passar do tempo, essa metodologia de itinerância museu-museu foi alterada devido a um processo de abertura das instituições museológicas. Esse processo permitiu que as coleções extrapolassem os espaços internos dos museus e passassem a ser exibidas em locais como sindicatos, associações de moradores, escolas, centros culturais e espaços públicos, como praças e parques. A partir desse movimento, consolidou-se o conceito de exposições itinerantes, que será discutido no presente trabalho, com ênfase naquelas montadas em meios de transporte adaptados, como trens, barcos, caminhões e carretas. Essas modalidades surgiram como alternativa para levar coleções a locais desprovidos de infraestrutura para receber exposições convencionais.

O primeiro exemplo de itinerância museológica ocorreu no final do século XIX, com o *Victoria and Albert Museum*, em Londres, que realizava empréstimos de obras para museus menores. Com o fim da guerra, em 1945, os museus europeus passaram a se preocupar mais com o potencial educativo de suas coleções, buscando estratégias para torná-las acessíveis a públicos geograficamente e socioculturalmente distantes desses acervos. Nesse contexto, a itinerância passou a ser abordada em diversas publicações da UNESCO, incluindo uma edição da revista *Museum* (vol. III, n.º 4, 1950), integralmente dedicada ao tema na qual em um dos artigos, foi apresentada uma cartilha sugerindo o uso de unidades móveis para levar exposições a museus sem infraestrutura adequada para receber uma exposição.

Entre 1950 e 1958, a UNESCO organizou cinco exposições itinerantes que percorreram vários países do continente asiático e foram projetadas em unidades móveis. Na América Latina, as múltiplas possibilidades que o formato expositivo oferece foi abordado pela primeira vez em um seminário regional da UNESCO, sobre o papel educativo dos museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958. Vale ressaltar que Georges-Henri Rivière, então Diretor Geral do ICOM, sugeriu na ocasião, a criação de um museu

flutuante para a região amazônica, como alternativa para desenvolver ações educativas em comunidades carentes (Scheiner, 2012).

No Brasil, os primeiros exemplos de exposições itinerantes utilizando unidades móveis incluem a iniciativa do biólogo, ornitólogo e taxidermista José Hidaci, que em 1965, montou em seu carro a exposição “Curiosidades da Natureza” e tinha como enfoque a popularização das ciências biológicas. Também se destaca a exposição “Memória Carris”, inaugurada em 1989 e que utiliza um antigo ônibus da empresa de transporte Carris e conta a história do transporte urbano em Porto Alegre.

Diante disso, este estudo busca entender como os conceitos de museologia, patrimônio, documentação e informação se aplicam às exposições itinerantes realizadas em meios de transporte. O objetivo é compreender como essas exposições são estruturados, os desafios que enfrentam e de que forma contribuem para a difusão e preservação do patrimônio cultural. A pesquisa se foca no exemplo do Navio-Museu Bauru, que itinerou pelos portos brasileiros entre 1983 e 1988, cuja experiência será analisada no presente artigo².

Para responder às questões aqui propostas, utilizamos uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso. Foram consultados livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais sobre museologia, itinerância museológica e documentação de acervos móveis. Também analisamos exemplos concretos de exposições itinerantes, com foco especial nas iniciativas de universidades e instituições públicas no Brasil. Ao comparar essas experiências, buscamos identificar padrões, desafios e boas práticas que possam servir de referência para futuros projetos.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir para o debate acadêmico sobre exposições itinerantes, destacando tanto suas potencialidades quanto seus desafios. Mais do que isso, queremos reforçar a importância desse modelo como ferramenta de democratização da cultura e incentivar novas iniciativas que ampliem seu alcance e impacto na sociedade.

² Este trabalho é parte das reflexões geradas ao longo do curso de Mestrado em Museologia da UNIRIO.

1. Musealização e Patrimonialização no Contexto das Exposições Itinerantes

A musealização e a patrimonialização são processos fundamentais para a atribuição de valor aos objetos, transformando-os em bens culturais. No contexto das exposições itinerantes, esses métodos assumem um papel crucial, pois permitem que objetos e coleções sejam reconhecidos como patrimônio mesmo quando expostos fora do ambiente tradicional dos museus.

No caso das exposições itinerantes em unidades móveis, como trens, barcos e ônibus, estes processos são essenciais para garantir que os objetos expostos sejam compreendidos como sendo patrimônio cultural e científico. Por exemplo, o Museu Navio Bauru, além de ser um objeto histórico, foi musealizado e transformado em uma exposição itinerante, viajando para diversos portos brasileiros. Esse processo de musealização e patrimonialização permitiu que o navio fosse reconhecido como um símbolo da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, integrando-se ao patrimônio histórico e cultural da Marinha do Brasil.

Além disso, a patrimonialização de bens imateriais, como práticas culturais e conhecimentos tradicionais, também é relevante no contexto das exposições itinerantes. A UNESCO (2003) define o patrimônio imaterial como práticas, representações e conhecimentos reconhecidos pelas comunidades como parte integrante de sua cultura. Nas exposições itinerantes, a valorização desses bens imateriais pode ser tão importante quanto à preservação de bens materiais, especialmente em comunidades que não têm acesso a museus tradicionais.

Segundo Grigoletto (2012), é importante compreender os critérios de como os bens são processados em instituições preservacionistas, pois esses são os agentes que agregam valores. Os objetos não geram os patrimônios, isso ocorre dentro de uma instituição e é um produto de conhecimento científico, essa informação que permite o processo de patrimonialização. Desta forma a autora afirma que “Os documentos, a informação materializada institucionalmente, são recursos primordiais para revelação de campos de força que geram ou são representações de práticas sociais e culturais concretas.” (Grigoletto, 2012, p. 60).

O Código de Ética do ICOM³ aborda patrimônio musealizado como um modelo de apropriação tutelar e qualificação de excepcionalidade atribuída ao Bem, enquanto Desvallées e Mairesse defendem que o campo museológico é patrimonializador, na medida em que “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas tudo que é patrimonializado não é musealizado” (Desvallées, Mairesse, 2011, p.254 *apud* Lima, 2014, p. 4341). As autoras ressaltam no artigo que o principal objetivo destes procedimentos é preservar o Bem. Essa ideia preservacional engloba o contexto informacional, além da materialidade do objeto.

É necessário frisar que ambos os métodos são exclusivamente para bens materiais, práticas imateriais também são contempladas, a UNESCO define os bens de natureza imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 02)

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215⁴ e 216⁵ reconhece a existência de bens culturais de natureza imaterial, estes estão inseridos em mais de uma categoria como define Lima:

Com o plano da intangibilidade, os bens tangíveis que tradicionalmente têm sido objeto de tombamento no Brasil e de proteção assemelhada no exterior, agora agregam a inserção em dois planos da representação museológica-patrimonial: incluem-se tanto nos inventários oficiais do material quanto se podem incluir no imaterial (Lima, 2016, p. 09).

³ O Código de ética do ICOM (Conselho Internacional de Museus) é um documento que estipula padrões mínimos a serem seguidos pelos profissionais e por instituições museológicas filiadas a este Conselho.

⁴ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

⁵ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

A autora ainda cita o decreto nº. 3.551/2000 para definir que:

“patrimônio cultural brasileiro” constitui-se de “Saberes”, os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; “Celebrações”, os “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”; “Formas de Expressão”, modalidades “musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; “Lugares” como os “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (Art.1. §I, II, III, IV *apud* Lima. 2016. p. 07).

Diante do exposto, a interseção entre patrimônio material e imaterial reforça a necessidade de estratégias eficazes para registro e preservação, garantindo que esses bens culturais sejam documentados e acessíveis. Nesse sentido, a documentação museológica desempenha um papel essencial ao organizar, catalogar e sistematizar informações sobre os acervos, assegurando sua integridade e permitindo sua difusão. Para compreender melhor esse processo, é fundamental explorar o conceito e a importância da documentação museológica dentro do campo da museologia.

2. Documentação Museológica e Informação nas Exposições Itinerantes

Campo de aplicação da Museologia, a Documentação Museológica é definida por Helena Dodd Ferrez como:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (Ferrez, 1994, p. 65).

A documentação museológica também se enquadra como um sistema de recuperação de informação, sendo as coleções dos museus fontes de informações, e, por conseguinte, fontes de pesquisa científica. Ferrez (1994) define duas classificações de informações contidas em um objeto: as intrínsecas, deduzidas do próprio objeto e que são definidas através da análise de suas propriedades físicas; e as extrínsecas.

Elas nos permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significado e geralmente são

fornecidas quando da entrada dos objetos no museu e/ ou através das fontes bibliográficas e documentais existentes (Ferrez, 1994, p. 65).

Quanto à categorização da informação, encontramos três aspectos: As propriedades físicas do objeto (sua composição material, construção técnica e morfologia), função e significado e história (sua gênese, seu uso e seu histórico de conservação).

Já acerca dos Sistemas de Documentação Museológica, eles são elaborados para a conservação, maximização de acesso aos itens e maximização de uso de suas informações. Estes sistemas estabelecem contato entre as fontes de informações, os itens e os usuários e são compostos dos seguintes elementos: entrada (seleção e aquisição); organização e controle (registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação, indexação) e saídas (recuperação e disseminação). Desta maneira, o museólogo faz uma intermediação entre os indivíduos e o acervo. As fichas dos acervos devem estar sempre em constante atualização para que armazenem corretamente o percurso do objeto após o processo de musealização.

Ao entrar para o contexto museológico, como já vimos, o objeto continua a ter sua vida documentada. Ele muda de lugar, participa de exposições, é restaurado, é referenciado em novas obras bibliográficas, etc., exigindo que o sistema seja permanentemente atualizado ou até mesmo retificado, na medida em que novos dados se tornam disponíveis (Ferrez, 1994, p. 69).

Em uma exposição itinerante, é de extrema importância que as fichas dos objetos estejam sempre atualizadas para que os profissionais responsáveis possam monitorar constantemente o estado de conservação do acervo, já que o mesmo sofre um maior processo de deterioração, uma vez que é exposto mais exposto a variações de temperatura, umidade e iluminação do que os demais. Para que se mantenha o bom estado de conservação, é necessário que o objeto, toda vez que retorne ao museu de origem, seja examinado com cuidado e passe pelos processos de conservação para que, quando necessário, sejam retirados das exposições para a manutenção do bom estado de conservação. Também é necessário que os profissionais encarregados pela seleção do acervo consultem sempre as fichas com o intuito de verificar se os objetos podem passar por estes processos de variação climática, já que museus são compostos por diferentes

tipologias de acervo que possuem diferentes materiais, sendo alguns mais resistentes às referidas variações e outros menos.

A documentação museológica é essencial para a preservação e gestão dos acervos, garantindo que cada objeto tenha seu histórico registrado e possa ser monitorado ao longo do tempo. No caso das exposições itinerantes, esse processo torna-se ainda mais necessário, pois as peças estão constantemente sujeitas a deslocamentos e variações ambientais. Contudo, a documentação não serve apenas para fins de conservação, ela também desempenha importante papel na comunicação museológica. A forma como os objetos são documentados influencia diretamente a construção das narrativas expositivas, auxiliando na seleção de informações relevantes e na criação de estratégias que tornem a exposição mais acessível e envolvente para diferentes públicos.

3. A Comunicação Museológica e as Exposições Itinerantes

Após compreender os processos de documentação e conservação nas exposições itinerantes, é fundamental analisar como os museus utilizam a comunicação para difundir suas coleções e estabelecer um diálogo com o público. A exposição, enquanto ferramenta central desse processo, não se limita à apresentação de objetos, mas envolve a construção de narrativas que contextualizam e tornam o acervo acessível. Segundo os *Conceitos-Chave da Museologia*:

O termo ‘exposição’ significa tanto o resultado da ação de expor, quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe [...] Ela pode ser organizada em um lugar fechado, mas também a céu aberto (parque ou rua) ou in situ, isto é, sem deslocar os objetos (como no caso de sítios naturais, arqueológicos ou históricos) (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 42).

Desta forma as exposições itinerantes se configuram como exposições a céu aberto, no qual o meio de transporte se instala no local que irá receber a exposição e pode ser montada tanto no interior do veículo e em muitos casos, por causa do espaço diminuto, também são montadas na parte de fora do veículo.

Xavier (2012) pontua que as unidades móveis de exposição muito satisfizeram os diretores e gestores de museus, já que sua utilização permitia alcançar locais distantes que não possuíam infraestrutura apropriada para receber uma exposição itinerante. Além

disso, o fato de o espaço expositivo ser o caminhão, não gerava a necessidade de alterar a expografia a cada local que o museu visitasse.

A segurança do acervo em exposições itinerantes era de grande preocupação e, pensando nisso, a UNESCO produziu dois manuais, um em 1953 e outro em 1963, nos quais aborda assuntos relacionados ao acondicionamento, montagem e desmontagem do acervo que a ser exposto. Nestes manuais a UNESCO aconselha a utilização de embalagens padronizadas para acondicionamento do acervo, seguro de peças e treinamento de pessoal.

Um problema a ser destacado nesse tipo de exposição, é a falta de espaço dentro dos veículos, que, tipicamente, culminava na falta de mobilidade dos visitantes na exposição. Para acabar com este obstáculo, o arquiteto Beer, especialista em museus móveis foi contratado pela UNESCO na década de 1950, para projetar um protótipo de veículo que permitisse um maior fluxo no circuito de visita para público visitante, que também permitisse ao museu inovar as fórmulas de exposição para que não fossem sempre realizadas da mesma forma.

Em 1954, Beer (Fig. 1) projetou um modelo que triplicava o espaço do veículo, já que possuía um sistema de expansão que era fabricado pela empresa *Expandable Vehicles Ltda de Londres* e permitia que a unidade fosse montada em cerca de duas horas, e que não necessitava do trabalho manual de muitas pessoas (Xavier, 2012). As exposições itinerantes carregam em si um ambiente de aprendizagem com atividades educativas que podem ser utilizadas no ambiente interno do meio de transporte que é utilizado na exposição (seja ele um barco, um trem, carreta adapta, ônibus etc), ou podem também ser montadas em parte dentro do veículo e parte fora dele. Nesta tipologia expositiva os veículos se configuram como meio de transporte e parte integrante do processo expositivo.

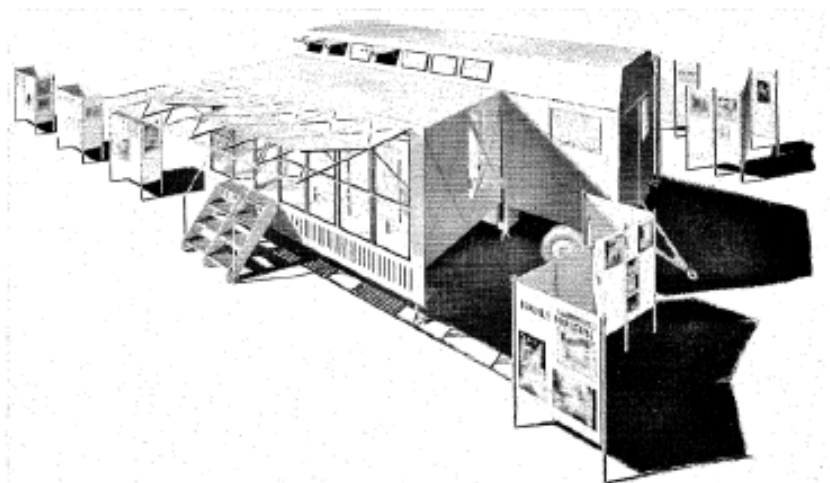


Fig. 1 - Protótipo de caminhão expansível de Beer. Fonte: Xavier (2012, p. 81).

4. Estudo de Caso: O Museu-Navio Bauru

Pode-se citar como exemplo para os conceitos descritos acima o Museu-Navio Bauru (Fig. 2), embarcação construída nos Estados Unidos que tornou-se propriedade brasileira em 1944. Ele representa a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, considerado símbolo nacionalista de vitória. Ele ainda alcança o *status* de Bem Cultural. Em 1981-1982, foi transformado em Navio-Museu, sendo musealizado como Monumento Histórico e caracterizando-se como Patrimônio Cultural, Histórico, de Engenharia Naval e Militar.



Fig. 2 - Navio Museu Bauru. Fonte: Blog Vamos por aí⁶

⁶ <<https://vamosporai.com/viagens-pelo-brasil/sudeste/rio-de-janeiro/espaco-cultural-marinha/>> Acesso: 15 de dezembro de 2024.

Entendendo a Musealização como “operação destinada a extrair, fisicamente e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e dar-lhe status museológico” (Lima e Novaes, 2011), o Navio CTE Bauru, pode ser compreendido sob três aspectos: testemunho, representando a participação da Marinha Brasileira na Guerra; lugar, um espaço simbolizado; e, por último, espaço informacional ou comunicacional, através de suas características como equipamento histórico, sobretudo no que tange a exposição museológica.

A justificativa para a utilização do Museu flutuante se justifica no presente trabalho, pois:

[...] no início de sua vida como Navio-Museu, o Bauru se transformou em exposição itinerante. Rebocado viajava para outros portos brasileiros. Conforme informações do site oficial da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha foram deslocamentos realizados para os portos de Salvador (1983; 1988); Santos (1983; 1985; 1987; 1988; 1989; 1990); São Sebastião-SP (1984); Vitória-ES (1985; 1986; 1988); Rio Grande-RS (1987), Porto Alegre (1987); Aratu-BA (1988) e Angra dos Reis (1988). (Novaes, 2011, p. 56)

Neste caso o museu barco além de abrigar uma exposição itinerante ele também é um objeto histórico de importância relevante para a história do país pois, conforme já dito, a representação do Navio Bauru para o Brasil, funciona como objeto testemunho, no contexto da 2ª Guerra Mundial, em termos de tecnologia naval e de táticas de guerra (Novaes, 2011).

O Simbolismo do Navio-Museu Bauru acompanha seu processo de musealização:

Nessa conformação, o navio Bauru, Patrimônio musealizado, pode ser compreendido sob três aspectos integrados: testemunho; lugar (—um espaço fortemente simbolizado 23) e espaço informacional e comunicacional. Deste modo, 1. Testemunho - tem o —poder da prova, —com potência de comprovação (LIMA, 2008), documento da história da Marinha do Brasil na 2ª Guerra Mundial; 2. Lugar - espaço no qual —podemos ler, em parte ou em sua totalidade, a identidade dos que a ocupam, as relações que mantêm e a história que compartilham. 24 3. Espaço informacional e comunicacional - pela visitação pública a um equipamento histórico e, sobretudo, sob o foco de uma exposição museológica (Novaes, 2011, p. 17).

Sendo assim, é possível afirmar que o caso do Navio-Museu difere de outras exposições itinerantes, pois o meio de transporte é musealizado, conferindo a ele o

atributo de lugar, quando na maior parte dos casos de exposições itinerantes no Brasil, o transporte da exposição não é musealizado⁷. O caso do Museu-Navio Bauru é importante para delinear as relações entre as exposições itinerantes sob o modelo de documentação museológica, tendo por base o modelo conceitual de Peter Van Mensh. E para tanto, devem ser analisados três pontos principais: as propriedades físicas do objeto, sua função e significado e sua história.

Nesta nova abordagem, a exposição abrigaria, além do navio, seu espaço externo, excedendo as informações, mas não limitando-as aos assuntos referentes apenas ao navio, criando assim uma recepção de diálogo com os outros equipamentos e ampliando o entendimento do público. Esta exposição buscaria, com cinco propostas principais (acolhimento, reconhecimento, imersão, envolvimento e exploração), uma leitura do Navio-Bauru como objeto musealizado e integrante do patrimônio histórico-cultural da Marinha.

Desta maneira, o visitante compreenderia seus aspectos como objeto simbólico, testemunho e lugar de rememoração, além de um espaço informacional e comunicacional.

5. Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar as relações entre museologia, patrimônio, documentação e informação, no contexto das exposições itinerantes realizadas em meios de transporte, com destaque para o estudo de caso do Museu-Navio Bauru. A partir da revisão bibliográfica e da análise de exemplos concretos, foi possível compreender como esses conceitos se articulam e se complementam, contribuindo para a democratização do acesso ao patrimônio cultural e científico.

A musealização e a patrimonialização mostraram-se processos essenciais para a atribuição de valor aos objetos, transformando-os em bens culturais reconhecidos pela sociedade. No caso das exposições itinerantes, esses processos permitem que coleções e objetos sejam expostos fora dos espaços tradicionais dos museus, alcançando públicos que, de outra forma, não teriam acesso a esses acervos. O exemplo do Museu-Navio

⁷ Informações retiradas do Guia de Museus e Centros de Ciência da América Latina e Caribe. Atualmente este guia é o único que possui levantamento detalhado das exposições itinerantes que ocorrem em meios de transporte no Brasil, neste caso apenas as de ciência e tecnologia.

<http://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/GuiaAmericaLatinaPortugueG.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Bauru ilustra como a musealização pode conferir a um objeto histórico um novo *status* simbólico, integrando-o ao patrimônio nacional e transformando-o em um espaço de comunicação e aprendizado.

A documentação museológica, por sua vez, revelou-se um elemento de suma importância para a preservação e gestão dos acervos, especialmente no contexto das exposições itinerantes, nas quais os objetos estão sujeitos a deslocamentos e variações ambientais. A atualização constante das fichas de acervo e o monitoramento do estado de conservação das peças são práticas indispensáveis para garantir a integridade dos objetos e a qualidade das exposições. Além disso, a documentação influencia diretamente a construção das narrativas expositivas, auxiliando na seleção de informações relevantes e na criação de estratégias que tornem a exposição mais acessível e envolvente para diferentes públicos.

Por fim, a comunicação museológica mostrou-se um eixo central para o sucesso das exposições itinerantes. A combinação de elementos visuais, informativos e interativos, como painéis explicativos, atividades educativas e materiais de apoio, permite estabelecer um diálogo com o público e ampliar o impacto educativo dessas iniciativas. O Museu-Navio Bauru, por exemplo, além de ser um objeto histórico, transformou-se em um espaço informacional e comunicacional, onde os visitantes podem compreender sua importância como testemunho da história da Marinha Brasileira e como patrimônio cultural.

Em síntese, este estudo reforça a importância das exposições itinerantes como ferramentas de democratização da cultura e do conhecimento. Ao levar o patrimônio a locais distantes dos grandes centros urbanos, essas exposições contribuem para a valorização da memória coletiva e para a formação de uma consciência patrimonial mais ampla. Futuras pesquisas poderiam explorar outros casos de exposições itinerantes, buscando identificar boas práticas e desafios comuns, além de propor novas estratégias para ampliar o alcance e o impacto dessas iniciativas na sociedade.

6. Referências

BEER, Abraham. Recent Developments in Mobile Units. **Museum International**, v. 5, n. 3, p. 186-195, 1952.

BEER, Abraham. Musée mobile extensible destiné aux zones arides. **Museum**, v. III, (2). Paris: UNESCO, 1954.

Centros e museus de ciência do Brasil 2015. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência: UFRJ. FCC. Casa da Ciência; Fiocruz. Museu da Vida**, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DO BRASIL, Constituição Federal. **Constituição federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio**, n. 2, p. 64-74, 1994.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material do patrimônio. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 1, p. 57-69, 2012.

LIMA, Diana FARJALLA CORREIA. Patrimonialização - Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial. **TENDÊNCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 9, p. 1-23, 2016.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: **ENANCIB 2014 (15) - XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 2014**. Anais XV ENANCIB 2014, GT 9 ? Museu, Patrimônio e Informação. Belo Horizonte: ANCIB; PPGCI UFMG, 2014. p. 4335-4355.

NOVAES, Roseane Silva. **Patrimônio Histórico da Marinha sob o olhar museológico: o Navio-Museu Bauru**. 2011, 155 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

_____; LIMA, Diana Farjalla Correia. **Navio-Museu Bauru e informação: trajetória histórica e musealização sob o foco da documentação museológica**. 2013.

PIERRO, Bruno. **Ciência sobre rodas**. Guia mapeia 32 museus científicos itinerantes no Brasil” ed. 234 (agosto 2015).

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SOARES, Bruno C. Brulon; SCHEINER, Tereza. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa**. 2009.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1950). **Musées et expositions itinérantes**. **Museum**, vol III, (4). Paris: UNESCO.

XAVIER, Denise. **Museus em movimento: uma análise sobre experiências museológicas itinerantes.** 2013, 151 f. Dissertação de mestrado. - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

ENSINO REMOTO NA PANDEMIA: IMPLICAÇÕES NA/PARA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Renata Santana das Neves¹
Lilia Aparecida Costa Gonçalves²

Resumo: O novo Coronavírus ou COVID-19 afetou a sociedade de forma global, interferindo em todos os âmbitos sociais. E com a Educação não foi diferente. No Brasil, optou-se também pelo ensino remoto, nome atribuído à modalidade de aulas *on-line*, como principal alternativa para garantia do processo de ensino e de aprendizagem. Durante esse período, a Casa do Professor, espaço de formação para os profissionais da Educação do município de Nova Iguaçu (situado no Estado do Rio de Janeiro), precisou se adaptar àquela conjuntura, passando então, a realizar atividades em formato *on-line*, de modo síncrono ou assíncrono. Considerando o exposto, este trabalho versa acerca de um relato de experiência e tem como objetivo principal apresentar como a formação continuada dos professores da rede municipal de Nova Iguaçu pode ser realizada remotamente pela Casa do Professor, através do uso das tecnologias digitais, ao longo do período de isolamento social. Para tanto, serão apresentadas as programações referentes ao período compreendido entre março de 2020 e dezembro de 2021, no qual foram utilizados um ambiente virtual denominado Plataforma EDUCO.on, a plataforma *StreamYard* e as salas de aula do *Google Meet*, para a disponibilidade de palestras, oficinas, cursos e *lives* ao vivo.

Palavras-chave: Pandemia. Ensino Remoto. Formação Docente Continuada. Tecnologias Digitais.

REMOTE TEACHING IN THE PANDEMIC: IMPLICATIONS IN/FOR TEACHER TRAINING

Abstract: The new Coronavirus or COVID-19 has affected society globally, interfering in all social spheres. And with Education it was no different. In Brazil, remote teaching was also chosen, the name given to the online class modality, as the main alternative to guarantee the teaching and learning process. During this period, the Teacher's House, a training space for Education professionals in the municipality of Nova Iguaçu (located in the State of Rio de Janeiro), needed to adapt to that situation, then starting to carry out activities in online format, in synchronous or asynchronous mode. Considering the above,

¹ Mestranda em Humanidades, Culturas e Artes na Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO. Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduação em Pedagogia - ABEU Centro Universitário. Subsecretária de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu/ Diretora da Casa do Professor-SEMED/NI. E-mail: renatadiretora@gmail.com

² Doutora em Linguística Aplicada pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO. E-mail: lilia.goncalves@unigranrio.edu.br. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-6806-8314>

this work deals with an experience report and has as main objective to present how the continuing education of teachers in the municipal network of Nova Iguaçu could be carried out remotely by the Teacher's House through the use of digital technologies, throughout the period of social isolation. For this purpose, the schedules referring to the period between March 2020 and December 2021 will be presented, in which a virtual environment called *EDUCO.on* Platform was used. On, the StreamYard platform and the Google Meet classrooms, for the availability of lectures, workshops, courses and live events.

Keywords: Pandemic. Remote Teaching. Continuing Teacher Training. Digital Technologies

Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em razão da disseminação do Coronavírus (SARS- COV-2). Em decorrência desse fato, que gerou a necessidade do distanciamento social, foi necessário suspender as atividades presenciais, a fim de garantir uma maior segurança sanitária e evitar o avanço desenfreado de pessoas contaminadas.

O fechamento das escolas devido ao isolamento geral imposto pela Covid-19 fez com que o professor se reinventasse do dia para noite, migrando abruptamente de um sistema presencial para um sistema remoto. Consequentemente, as atividades tiveram de ser readaptadas: aulas remotas foram consideradas dentro do escopo das atividades propostas e desenvolvidas a partir desse novo contexto vivenciado lançando-se mão, para isso, do uso das tecnologias digitais, com suas plataformas e aplicativos.

A educação teve que repensar as concepções da prática pedagógica, baseando-se, segundo Franco (2016, p.536), em uma ação que surge “da multidimensionalidade que cerca o ato educativo.”

Inúmeros questionamentos surgiram diante dessa realidade, dentre os quais podemos destacar os questionamentos relacionados à formação continuada dos professores. Ainda que tivéssemos conhecimentos acerca das tecnologias da informação e comunicação (TIDCs), como ferramentas pedagógicas antes da pandemia, poucos professores estavam de fato preparados para saírem do modo tradicional da aula, que até o momento acontecia de forma presencial, para assumirem aulas exclusivamente remotas. Considerando essa realidade, a presente pesquisa traz uma reflexão sobre a formação continuada de professores em tempos de pandemia. Com as atividades

presenciais suspensas, a formação continuada no ambiente escolar também foi dificultada, devido ao afastamento social, justamente no momento em que os professores precisaram muito desse apoio.

Nesse contexto, a Casa do Professor, um espaço dedicado à formação continuada dos profissionais da Educação no município de Nova Iguaçu, desempenha um papel importante no aprimoramento da qualidade do ensino na rede municipal.

Inaugurada no segundo semestre de 2019, a Casa do Professor foi idealizada como um ambiente de valorização profissional e humana para os servidores da Educação, promovendo a integração social e cultural dos profissionais da rede municipal. Em um período desafiador como o da pandemia de COVID-19, uma questão central se impôs: Como ofertar formação para os professores no período de isolamento social? para o presente estudo emerge: de que maneira os cursos oferecidos pela Casa do Professor contribuíram para a formação continuada dos docentes da rede durante o período pandêmico?

Inicialmente, as formações oferecidas eram exclusivamente presenciais. No entanto, com a chegada da pandemia em 2020, a Casa do Professor adaptou-se rapidamente às novas necessidades e passou a utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma Educo.On) para oferecer cursos e atividades. Além disso, foram incorporadas plataformas interativas, como *Facebook* e *Google Meet*, para promover formações síncronas sobre temas variados, alinhados às demandas reais da rede de ensino.

Atualmente, as atividades são realizadas de forma presencial, remota ou híbrida, sendo divulgadas por canais de comunicação formal e redes sociais (*WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*). Dessa forma, os profissionais interessados podem se inscrever e, ao participar, atuar como multiplicadores junto às equipes e à comunidade escolar.

É importante destacar que as formações oferecidas aos profissionais são gratuitas e conta com a parceria de universidades e instituições que atuam com Educação, através de profissionais de excelência que possuem ampla experiência na área, a fim de que os professores possam ter atividades significativas, baseadas na interação entre os envolvidos, na compreensão e na posterior transformação do meio em que estão inseridos. Ao final das formações, os participantes recebem certificados como reconhecimento pelo seu envolvimento e aprendizado.

Após a pandemia emerge o questionamento “de que maneira os cursos oferecidos pela Casa do Professor contribuíram para a formação continuada dos docentes da rede durante o período pandêmico?”. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo principal apresentar a oferta de atividades formativas direcionadas aos docentes da rede de Educação de Nova Iguaçu durante o cenário de pandemia, analisando simultaneamente os resultados obtidos e as ações que ainda precisam ser feitas, através de um relato de experiência³.

1. Formação continuada de professores

O professor teve que reconstruir a sua prática, de um dia para o outro, sem tempo para planejar o que fazer e como fazer. Ele teve que fazer em tempo recorde o que Franco (2012) pontua como “construir, reconstruir, começar de novo, acompanhar e buscar novos meios e possibilidades (Franco, 2012, p. 186). Assim, a qualificação profissional se tornou uma demanda urgente. Se antes era importante a formação continuada, naquele momento se tornara essencial.

Ao pensar em formação de professores para o período de pandemia vem à tona as ideias de Gatti *et al.* que afirmam que:

A formação para a docência se refere ao pano de fundo dos processos educacionais, especialmente daqueles que são intencionais e estruturados como os processos e práticas educacionais que se realizam nas redes de educação escolar (Gatti *et.al*, 2019, p. 17).

A Formação Continuada é um processo permanente para a aprendizagem e o desenvolvimento dos saberes necessários à atividade dos educadores, realizada ao longo da vida profissional, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova qualidade de ensino cada vez maior aos alunos. Sobre essa abordagem, Imbernón afirma que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma

³ O presente artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, que tem como tema a formação de professores na pandemia. É desenvolvida pela primeira autora e orientada pela segunda autora.

proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes (Imbernón, 2001, p. 48-49).

A formação continuada é uma importante oportunidade para os professores colocarem em prática, perante a realidade que vivenciam, saberes que auxiliem e possibilitem condições de transformação diante de suas dificuldades, pois um modelo pronto raramente abarcará todas as especificidades do processo educativo, bem como as diferentes realidades vivenciadas por diferentes professores.

Segundo Libâneo:

A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional” (Libâneo, 2004, p. 227).

A formação continuada pode se constituir em importante espaço de diálogo entre as professoras que estão iniciando sua carreira, tanto na troca de saberes pedagógicos quanto na renovação de práticas daquelas que já têm experiência, tentando, assim, solucionar entraves e alcançar os objetivos educacionais.

Associando-se a essa ideia, Nóvoa (2009, p. 06) afirma que “[...] é preciso passar a formação de professores para dentro da profissão” e acrescenta dizendo que “não haverá nenhuma mudança significativa se a ‘comunidade dos formadores de professores’ e a ‘comunidade dos professores’ não se tornarem mais permeáveis e imbricadas”. Assim, a formação continuada necessita ser um processo constante, flexível e relacionado às vivências cotidianas.

Outro autor que enfatiza a importância da formação continuada é Gadotti (2011, p. 41), ele esclarece que:

[...] a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas (Gadotti, 2011, p. 41).

Por conseguinte, percebemos que não basta o professor aprender as novas técnicas e utilizar as ferramentas digitais: é necessário refletir sobre a prática que vinha e vem

desenvolvendo para aprimorar sua metodologia após o encerramento das atividades remotas.

O Capítulo VI, Art. 62 da LDB, estabelece, em seu § 2º que, “a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância” (Brasil, 1996). Ainda no Art. 62, parágrafo único, prevê que:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (Brasil, 1996).

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece na Meta 16 “[...] garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (Brasil, 2014). O documento traz ainda como estratégia:

- 16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 16.2) Consolidar a política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;
- 16.4) Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

Se considerarmos a importância da temática dentro do contexto educacional e os documentos que o norteiam, fica explícito que a formação de professores é importante para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. No entanto, sua efetiva implementação depende de uma série de fatores, como o investimento em pesquisa, o

fortalecimento da articulação entre entes federativos e a garantia da qualidade da oferta de formação continuada.

Acreditamos que é fundamental que a comunidade educacional, incluindo professores, pesquisadores, gestores e representantes de entidades da área, se engaje no debate sobre a formação de professores e participe da construção de políticas públicas eficazes para a valorização e o desenvolvimento profissional dos docentes.

2. Formação continuada de professores para uso de Tecnologias Digitais: desafios evidenciados pela Pandemia

A pandemia da COVID-19 expôs de maneira contundente uma lacuna existente na formação docente para o uso eficaz de tecnologias digitais no ensino. Com a transição repentina e forçada para o ensino remoto, ficou evidente que grande parte dos professores não estava suficientemente preparada para integrar ferramentas tecnológicas em suas práticas pedagógicas de formação adequada. Esse cenário, longe de ser apenas uma questão técnica, revelou problemas estruturais na formação docente, tanto inicial quanto continuada, evidenciando uma lacuna entre as demandas contemporâneas da educação e as competências dos educadores em relação à tecnologia.

A formação docente no Brasil, historicamente, tem sido marcada por currículos que, em muitos casos, não contemplam de maneira aprofundada a integração de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Kenski (2013), ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores prevejam o desenvolvimento de competências tecnológicas, há uma desconexão entre essas diretrizes e a prática, resultando em uma formação que não prepara suficientemente os professores para enfrentar as exigências do mundo digital.

Durante a pandemia, professores se viram diante de plataformas digitais, softwares educativos e ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona com os quais, em muitos casos, não tinham familiaridade. O uso improvisado dessas tecnologias gerou dificuldades pedagógicas significativas, que incluíram desde o planejamento inadequado de aulas até a manutenção do engajamento dos estudantes em um ambiente virtual. Pesquisas realizadas durante o período pandêmico indicaram que a sobrecarga emocional e o aumento da carga de trabalho docente

estavam diretamente relacionados à falta de formação e ao domínio insuficiente dessas ferramentas (Santos *et al.*, 2021).

É importante destacar que a simples adoção de tecnologias digitais no ambiente escolar não garante a melhoria da qualidade do ensino. Para que essas ferramentas sejam de fato potencializadores do processo de aprendizagem, é fundamental que os professores não possuam apenas o conhecimento técnico sobre o uso das plataformas, mas também aprendam como integrá-las pedagogicamente de forma crítica e reflexiva. Moran (2018), destaca que é preciso novas metodologias e estratégias de ensino, privilegiando práticas que promovam a autonomia do estudante, a aprendizagem colaborativa e a criação de ambientes interativos de construção de aprendizado. Nesse sentido, Vilaça e Gonçalves (2023) argumentam que o uso de tecnologias deve estar vinculado a um repensar formativo que abarquem diferentes dimensões da profissão docente.

A pandemia, nesse sentido, escancarou as desigualdades e a insuficiência da formação docente no que se refere às competências digitais. A urgência com que os professores tiveram de adaptar suas práticas pedagógicas evidenciou a necessidade de políticas públicas e programas de formação continuada que além do caráter pontual e técnico, priorizando uma abordagem mais ampla e integrada, capaz de fornecer ao docente ferramentas para um ensino que dialoga com as necessidades de uma sociedade cada vez mais utiliza tecnologias digitais em suas diferentes práticas sociais.

A ausência de uma formação sólida no campo das tecnologias digitais resulta em práticas educativas que não acompanham a evolução do campo educacional no século XXI, comprometendo, em última análise, o potencial de transformação social que a educação pode promover. Portanto, torna-se imperativo que, no cenário pós-pandemia, a formação docente seja recompensada, incorporando de maneira sistêmica o letramento digital como uma competência essencial, de modo a garantir que os professores sejam capazes de criar ambientes de aprendizagem inovadores, inclusivos e capazes de responder às demandas de uma educação conectada com a cultura digital. O desafio que se impõe não é apenas instrumentalizar os professores, mas formá-los continuamente para atuar com criticidade e autonomia em um cenário educacional cada vez mais digitalizado.

3. Atividades formativas que foram realizadas pela Casa do Professor no período remoto

Dentre todas as atividades realizadas pela Casa do Professor com os profissionais da educação, reconhecendo a escola como o principal lugar de desenvolvimento, transformação social e de diversidade, o recorte deste trabalho está vinculado às formações que aconteceram na Casa do Professor no período pandêmico. Isto significa que optamos em apresentar informações qualitativas referentes apenas às atividades desenvolvidas neste período, sobre as quais elencaremos a proposta estabelecida e os resultados obtidos de acordo com o quadro 1 abaixo.

Passemos agora à descrição das atividades realizadas no período pandêmico. Ressaltando que constam apenas o mês, o ano e qual ambiente virtual foi utilizado.

Quadro 1 – Atividades formativas realizadas pela Casa do Professor – Período remoto

Atividade	Data	Título	Disponibilizado
1.	04/2020	Cursos de LIBRAS	<i>Google Meet</i>
2.	04/2020	Como fazer uma videoaula de sucesso	Plataforma
3.	04/2020	Orientações quanto à saúde vocal	Plataforma
4.	04/2020	Recebi um aluno com laudo. E agora?	Plataforma
5.	04/2020	Memórias e histórias que encaminham para leitura significativa	Plataforma
6.	04/2020	Orientando que orienta	Plataforma
7.	05/2020	Deficiência Intelectual: fundamentos e adequações metodológicas e curriculares	Plataforma
8.	05/2020	O desenvolvimento da linguagem e suas implicações na formação do sujeito	Plataforma
9.	06/2020	Avaliação na Educação Infantil	Plataforma
10.	06/2020	Organização e funcionamento de Bibliotecas	Plataforma
11.	10/06/2020	Live: A Educação Especial em tempos de pandemia	<i>Facebook</i>
12.	07/2020	Reconhecendo o aluno com altas habilidades/superdotação em sala de aula	Plataforma
13.	07/2020	Literatura infantil e Alfabetização	Plataforma
14.	01/07/2020	Live: Dificuldades de aprendizagem relacionadas ao processamento visual	<i>Facebook</i>
15.	15/07/2020	Literatura na escola: diálogos sobre a cultura africana e afro-brasileira	<i>Facebook</i>
16.	29/07/2020	Live: Altas habilidades /superdotação: conceitos, mitos e práticas pedagógicas	<i>Facebook</i>
17.	08/2020	A arte como recurso pedagógico no processo de aprendizagem	Plataforma

18.	19/08/2020	Live: Desafios e possibilidades da docência na Educação Infantil	Facebook
19.	02/09/2020	Live: Inteligência emocional- por que devemos prestar atenção neste assunto?	Facebook
20.	09/09/2020	Live: Acolhimento e Educação pós-isolamento social	Facebook
21.	23/09/2020	Webinário: O protagonismo da Orientação Educacional no atual cenário da Educação	Google Meet
22.	05/10/2020	Jornada Pedagógica: Docência na Educação Infantil: sutilezas e especificidades	Facebook
23.	06/10/2020	Jornada Pedagógica: A importância da pesquisa de campo para a prática em Educação Especial Inclusiva	Facebook
24.	07/10/2020	Jornada Pedagógica: Direito ao ensino da Educação de Jovens e adultos: reflexões e possibilidades	Facebook
25.	08/10/2023	Jornada Pedagógica: Avaliação sob a perspectiva de novas metodologias educacionais	Facebook
26.	09/10/2020	Jornada Pedagógica: Concepções atuais na Educação do Campo	Facebook
27.	10/2020	O uso de tecnologia assistiva no contexto escolar	Plataforma
28.	11/2020	Curso: Professor fora de série	Google Meet
29.	17/11/2020	Diálogos sobre Alfabetização: Alfabetização na perspectiva da leitura de mundo e das palavras	Facebook
30.	18/11/2020	Diálogos sobre Alfabetização: Avaliação no processo de alfabetização	Facebook
31.	19/11/2020	Diálogos sobre Alfabetização: O processo de alfabetização, seus sujeitos, histórias e conhecimentos	Facebook
32.	01/12/2020	Live: A Lei 11.645/08 e a diversidade cultural dos povos indígenas	Facebook
33.	12/2020	Mostra Professor	Facebook
34.	09/02/2021	Palestra - Abundância ou escassez: um novo olhar para 2021.	Facebook
35.	10/02/2021	Palestra - Ensino Híbrido: o que é e como aplicar na prática pedagógica.	Facebook
36.	10/02/2021	Palestra: Planejamento e Avaliação: ressignificando compreensões para a Educação de Jovens e Adultos	Facebook
37.	11/02/2021	Palestra: Os desafios do retorno das aulas em plena pandemia: qual planejamento escolar possível?	Facebook
38.	11/02/2021	Palestra: As brincadeiras Infantis e o mundo das descobertas: sorrir, cuidar e educar em debate	Facebook

39.	22/02/2021	Palestra: Tecnologia Assistiva – conceitos e perspectivas	Facebook
40.	25/02/2021	Palestra: Planejamento Estratégico	Facebook
41.	03/2021	Ensino Remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
42.	03/2021	Curso: Capacitação Digital para Professores	Plataforma
43.	24/02/2021	Oficina de Libras On-line	Facebook
44.	12/03/2023	Oficina: Docência na contemporaneidade – repensando o processo de aprendizagem	Facebook
45.	09/03/2021	Live: Cuidando do corpo – o corpo em tempos de aulas remotas	Facebook
46.	11/03/2021	Live: Presenças Remotas – Múltiplas possibilidades transformativas na cultura digital	Facebook
47.	12/03/2021	Live: Cuidando da voz – cuidados com a voz do professor em trabalho remoto	Facebook
48.	15/02/2021	Live: Desenvolvimento de tecnologia assistiva para a inclusão	Facebook
49.	18/03/2021	Live: O lúdico e a criatividade na Educação – como aprender e ensinar em tempos de incerteza	Facebook
50.	19/03/2023	Live: Cuidando da Saúde Emocional – ansiedade	Facebook
51.	26/03/2021	Live: Entendendo a diferença entre dificuldade e transtorno de aprendizagem	Facebook
52.	29/03/2021	Live: Autismo – verdades e mitos	Facebook
53.	02/03/2021 03/03/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Facebook
54.	07/04/2021	Curso: Capacitação Digital para Professores	Plataforma Google Sala de Aula
55.	09/04/2021	Oficina: Docência na contemporaneidade – repensando o processo de aprendizagem	
56.	14/04/2021	Curso para Secretário Escolar	Plataforma
57.	20/04/2021 27/04/2021	Oficina de Libras On-line	Facebook
58.	08/04/2021 15/04/2021 22/04/2021 29/04/2021	Curso: O Lúdico e suas manifestações na Educação Básica	Plataforma

59.	23/04/2021	Oficina: Abordagem sistêmica: um olhar para o autoconhecimento e autocuidado	Plataforma
60.	19/04/2021 20/04/2021	Palestra: História do magistério na baixada fluminense: reflexões para o tempo presente	Facebook
61.	22/04/2021	Palestra A abordagem Vigotskiana: Principais Conceitos e Implicações para um projeto educacional	Facebook
62.	26/04/2021	Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional de Alunos com Deficiência Múltipla	Facebook
63.	30/04/2021	Entendendo a Diferença Dificuldade e Transtorno de aprendizagem	Facebook
64.	30/04/2021	Diálogos sobre inclusão: A literatura é acessível para todos desde a Primeira Infância	Facebook
65.	05/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
66.	04/05/2021 11/05/2021 18/05/2021	Oficina de Libras On-line	Facebook
67.	17/05/2021	Curso: Protocolo de Atendimento Educacional para crianças com síndrome congênita do Zika Vírus	
68.	06/05/2021 13/05/2021 20/05/2021 27/05/2021	Curso: O Lúdico e suas manifestações na Educação Básica	
69.	21/05/2021	Curso: Como as tecnologias propiciam a aprendizagem lúdica	
70.	04/05/2021	Live: Os Sujeitos Pronunciadores e a leitura diária	Facebook
71.	05/05/2023	Live: A pedagogia como gesto político: Escuta, cuidado e conversação na relação educativa	Facebook
72.	06/05/2023	Roda de Conversa: Yoga e autoconhecimento: práticas de autocuidado na pandemia	Facebook
73.	12/05/2023	Live: Os desafios da Alfabetização on-line: Projetos e gamificação da aprendizagem	Facebook
74.	13/05/2021	Roda de Conversa: Os Desafios da avaliação em tempos de pandemia: diálogos possíveis	
75.	19/05/2021	Live: Fatores que implicam na alfabetização matemática	Facebook
76.	20/05/2021	Live: Entendendo a Diferença entre dificuldade e transtorno de aprendizagem	Facebook

77.	21/05/2021	Live: Diálogos sobre avaliação, Leitura e escrita	<i>Facebook</i>
78.	25/05/2021	A Importância do Brincar na educação infantil e no ensino fundamental	<i>Facebook</i>
79.	25/05/2021	Música, Brincadeira e Movimento	<i>Facebook</i>
80.	26/05/2021	Brincadeira, criatividade e docência: demandas urgentes para tempos de ausências	<i>Facebook</i>
81.	26/05/2021	A brincadeira como estratégia de ensino e aprendizagem	<i>Facebook</i>
82.	27/05/2021	A palavra criadora: uma conversa sobre contar e ouvir histórias	<i>Facebook</i>
83.		Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	<i>Google Meet</i>
84.	26/06/2021	Formação continuada On-line para Equipes Gestoras	<i>YouTube</i>
85.	08/06/2021	Live: Os desafios do processo de alfabetização nos dias atuais	<i>Facebook</i>
86.	14/06/2021	Live: Reflexões sobre autonomia docente na EJA – contribuições de Paulo Freire	<i>Facebook</i>
87.	16/06/2021	Live: Microações afirmativas em defesa de uma educação antirracista: políticas e práticas	<i>Facebook</i>
88.	17/06/2021	Live: A importância da literatura africana em sala de aula	<i>Facebook</i>
89.	18/06/2021	Live: A importância do equilíbrio emocional	<i>Facebook</i>
90.	22/06/2021	Live: Desejo e arte – despertar de talentos	<i>Facebook</i>
91.	10/06/2021	Workshop: Escrever para existir – estimulando o gesto da escrita	<i>Facebook</i>
92.	15/06/2021	Workshop: Orientação Educacional – Resgatando as relações interpessoais em tempos de pandemia	<i>Facebook</i>
93.	07/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	<i>Google Meet</i>
94.	01/07/2021 07/07/2021	Formação continuada On-line para Equipes Gestoras	<i>You Tube</i>
95.	01/07/2021	Live: Olhares híbridos sobre o híbrido na educação	<i>Facebook</i>
96.	05/07/2021	Live: Criança, escola e família – uma parceria fundamental para o desenvolvimento infantil	<i>Facebook</i>
97.	06/07/2021	Live: Notas sobre a esperança freiriana na Educação de Jovens e Adultos	<i>Facebook</i>
98.	07/07/2021	Live: Para não dizer que não falei das flores – a Educação Especial e Inclusiva na atualidade	<i>Facebook</i>
99.	29/06/2021	Palestra: Caminho para a volta às aulas presenciais	<i>Facebook</i>

100.	01/07/2021	Palestra: O Ensino Híbrido na Prática	Facebook
101.	06/07/2021	Palestra: O Acolhimento Socioemocional	Facebook
102.	08/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
103.	23/08/2021	Diálogos entre arte contemporânea e educação na Baixada	Facebook
104.	24/08/2021	Manhãs imaginárias – perspectivas decoloniais em Arte-Educação	Facebook
105.	25/08/2021	Identidade e invisibilidade – apagamentos na arte e na educação	Facebook
106.	26/08/2021	Poéticas e narrativas periféricas	Facebook
107.	27/08/2021	Saberes da periferia – arte e educação socialmente urgentes	Facebook
108.	13/08/2021 27/08/2021	Curso de Alfabetização e Letramento	Facebook
109.	02/08/2021	Live: As cantigas contam histórias	Facebook
110.	04/08/2021	Live: Caminhos da produção de materiais pedagógicos na cultura digital	Facebook
111.	05/08/2021	Live: Saúde mental – o uso das plantas na busca pelo auto equilíbrio emocional	Facebook
112.	10/08/2021	Live: A avaliação diagnóstica na volta as aulas presenciais	Facebook
113.	11/08/2021	Live: Os efeitos da pandemia nas crianças	Facebook
114.	18/08/2021	Live: Os efeitos da pandemia nos adultos	Facebook
115.	28/08/2021	Visitas virtuais mediadas à museus e centros culturais	Google Meet Facebook
116.	26/08/2021	O uso da avaliação como ferramenta de ensino	Google Meet Facebook
117.	26/08/2021	A importância das brincadeiras em família na vida das crianças	Google Meet Facebook
118.	31/08/2021	O ensino colaborativo como proposta de inclusão escolar no ensino remoto para alunos com autismo na educação infantil	Google Meet Facebook
119.	24/08/2021	Simpósio On-line em Educação Ambiental: O desafio de cuidar do planeta	Google Meet
120.	24/08/2021	O Patrimônio Ambiental de Nova Iguaçu.	Facebook
121.	24/08/2021	A necessidade da educação ambiental para a preservação, recuperação e a sustentabilidade	Facebook
122.	24/08/2021	A realidade das mudanças climáticas e os reflexos locais	Facebook
123.	09/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
124.	10/09/2021 24/09/2021	Curso de Alfabetização e Letramento	

125.	01/09/2021	Roda de Conversa: Preparando a bagagem para o reencontro escolar	Facebook
126.	03/09/2021	Live: (Palestra): Música e afeto – como estar atento aos sons da infância	Facebook
127.	08/09/2021 09/09/2021	Live: (Palestra): Acolher vidas para fortalecer emoções	Facebook
128.	24/09/2021	Live: (Palestra): Um novo olhar sobre a diversidade como garantia do direito à inclusão social	Facebook
129.	29/09/2021	Papo Pedagógico: Inovação, tecnologia, gamificação e gramática	Plataforma
130.	14/09/2021	100 anos de Paulo Freire: Esperançar é preciso! Biografia e Legado	Facebook
131.	15/09/2021	Contribuições freirianas para a prática docente	Facebook
132.	16/09/2021	Pedagogia freiriana em ação: apresentação de práticas por professores da rede municipal de Nova Iguaçu	Facebook
133.	10/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
134.	22/10/2021	Curso de Alfabetização e Letramento	Plataforma
135.	05/10/2021	Live: Alimentação Saudável	Facebook
136.	06/10/2021	Live: A escola que queremos e o fazer criativo	Facebook
137.	07/10/2021	Live: Os cinco benefícios do coensino no processo formativo do professor	Facebook
138.	18/10/2021	Live: O que é Currículo na EJA	Facebook
139.	19/10/2021	Live: Cultura Afro-indígena Brasileira no chão da escola	Facebook
140.	20/10/2021	Live: Avaliação diagnóstica – como e quando fazer	Facebook
141.	21/10/2021	Live: Ensino remoto – desafios e possibilidades	Facebook
142.	26/10/2021	Live: Literatura Infantil antirracista e microações afirmativas expressivas	Facebook
143.	27/10/2021	Live: Microcontando – histórias para além da biblioteca	Facebook
144.	08/10/2021	Time to relax: Yoga com professores	Facebook
145.	22/10/2021	Autoconhecimento – o que acontece quando olho para mim	Facebook
146.	22/10/2021	Vamos falar sobre ansiedade!	Facebook
147.	11/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
148.	12/11/2021	Curso de Alfabetização e Letramento	

	26/11/2021		
149.	03/12/2021 10/11/2021 17/11/2021 24/11/2021	Histórias do Magistério na Baixada Fluminense	
150.	10/11/2021	Avaliação na Educação Infantil – desafios e possibilidades	Facebook
151.	11/11/2021	Tecnologias digitais e produção docente	Facebook
152.	30/11/2021	Alfabetização e Consciência Fonológica	Facebook
153.	17/11/2021	A perspectiva discursiva e o trabalho pedagógico na alfabetização	Facebook
154.	17/11/2021	A literatura e a arte como experiências alfabetizadoras no ensino remoto	Facebook
155.	18/11/2021	Alfabetização no campo: construção, desafios e perspectivas	Facebook
156.	23/11/2021	A importância dos animais na saúde mental	Facebook
157.	24/11/2021	Ações que favorecem o bem-estar animal	Facebook
158.	23/11/2021	“Projeto entre mãos e patas” – Apresentação de atividades pedagógicas realizadas pelos professores da rede municipal de Nova Iguaçu	Facebook
159.	12/2021	Ensino remoto de Libras para alunas já cursistas	Google Meet
160.	03/12/2021 10/12/2021	Curso de Alfabetização e Letramento	
161.	01/12/2021 08/12/2021	Histórias do Magistério na Baixada Fluminense	
162.		Encerramento do ano letivo: Qual o seu plano de voo para 2022	Facebook

Fonte: As autoras (2024)

4. Discussão e resultados

Compreendendo que a formação docente que dialoga com a realidade educacional é carregada de desafios, principalmente no contexto da pandemia e isolamento social, buscamos apresentar como a Casa do Professor desenvolveu suas formações ao longo dos anos 2020 e 2021.

Identificamos a realização das 162 atividades propostas pelos formadores convidados (apontadas no texto). A oferta de diversas atividades formativas para professores durante a pandemia foi um fator muito importante para a adaptação ao ensino remoto e para a mitigação das desigualdades no acesso e uso das tecnologias digitais.

Diante da necessidade abrupta de transposição do ensino presencial para o virtual, a formação docente não poderia se restringir a uma abordagem instrumental, mas deveria contemplar dimensões pedagógicas, metodológicas e críticas do uso das tecnologias na educação.

A Casa do Professor promoveu capacitações contínuas e diversificadas que possibilitaram não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas também a reflexão sobre práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, enfatizando a necessidade de que o processo de ensino-aprendizagem permanecesse significativo. Além disso, tais iniciativas contribuíram para fomentar a ressignificação das práticas educativas em ambientes digitais, uma vez que a ausência de formações estruturadas nesse período não apenas comprometeria a qualidade do ensino, mas também acentuaria as disparidades já existentes no sistema educacional.

As formações oferecidas oportunizaram aos participantes o compartilhamento de informações e de vivências de modo inclusivo e diverso, mediante sugestões pedagógicas nas mais variadas temáticas, que os auxiliaram a atravessar os tempos de pandemia. Também ficou notório que a não apropriação real das tecnologias em práticas docente evidenciou a urgência de políticas institucionais que assegurem o suporte contínuo ao desenvolvimento profissional dos professores.

5. Considerações finais

Durante o período de isolamento social a necessidade de formação continuada se tornou mais evidente considerando que, além do aperfeiçoamento pedagógico, é necessária a qualificação constante dos docentes. Esse aspecto se tornou imperativo mais do que nunca, uma vez que educadores e estudantes passaram a utilizar as ferramentas tecnológicas para a realização das atividades de ensino e aprendizagem.

Apesar dos avanços na formação docente, ainda persistem desafios significativos, especialmente no que tange ao suporte efetivo para a realização das atividades remotas. A experiência da pandemia evidenciou não apenas a necessidade urgente de adaptação dos professores, mas também a fragilidade das políticas institucionais no que diz respeito à capacitação contínua e ao suporte tecnológico. Nesse contexto, a atuação da Casa do Professor foi importante para a qualificação dos docentes, oferecendo subsídios para que enfrentassem as demandas emergentes do ensino remoto. A pandemia não apenas impôs

novas exigências pedagógicas, mas também expôs desigualdades estruturais no acesso às tecnologias e na valorização da profissão docente. Se, por um lado, os professores demonstraram resiliência ao se apropriarem de novas ferramentas e metodologias em um curto espaço de tempo, por outro, a improvisação e a falta de planejamento sistêmico podem ter comprometido a efetividade desse aprendizado em muitos espaços educacionais.

Portanto, mais do que reconhecer os esforços individuais e institucionais, é fundamental refletir criticamente sobre a necessidade de políticas públicas e institucionais, como a Casa do Professor, por exemplo, que assegurem uma formação docente contínua, estruturada e alinhada às transformações do cenário educacional contemporâneo.

6. Referências

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 7/2010, de 07 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, s et./dez. 2016.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido.** 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2001.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Editora Papirus. 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

NÓVOA, A. Prefácio. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vida de Professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, I. N.; RUELA, G. A.; SILVA, É. B. M.; SILVA, A. F.; DIAS, A. C. S. **Carga de trabalho docente e suas consequências à saúde durante a pandemia: uma revisão sistemática**. Educação em Revista, v. 24, 2023.

VILACA, M. L. C.; GONÇALVES, L. A. C. Dimensões múltiplas da cultura digital na educação: implicações para a formação de professores para além de redes, dispositivos e aplicativos. In: VILACA, M. L. C.; GONÇALVES, L. A. C. **Cultura digital, educação e formação de professores**. (Org.). 1ed. São Paulo: Pontocom, 2022, v. 1, p. 277-297.

EDUCAÇÃO SEXUAL E AUTOLESÃO: ABORDAGENS DE PROMOÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA NUMA PERSPECTIVA NÃO MEDICALIZANTE

Ana Cláudia Vilela Mendes¹

Roseclay Nogueira Dantas Kauss²

Beatriz Brandão dos Santos³

Pedro Moacyr Chagas Brandão Junior⁴

Resumo: O artigo explora a relação entre abuso sexual e autolesão em crianças e adolescentes, destacando a importância de compreender os fatores que contribuem para esse comportamento. A educação sexual é apresentada como uma ferramenta fundamental na prevenção e identificação de abusos e questões relacionadas ao corpo. A escola é considerada um ambiente seguro para denunciar esses casos, e a educação sexual é vista como um meio de incentivar jovens a reconhecer, reagir e denunciar situações de abuso. No entanto, a implementação de uma educação sexual abrangente enfrenta desafios culturais e ideológicos, resultando em programas educacionais insuficientes. É necessária qualificação profissional para abordar temas relacionados à educação sexual. Ademais, o artigo destaca a necessidade de uma abordagem multiprofissional para tratar a saúde mental, evitando a medicalização excessiva e promovendo uma abordagem humanizada. A combinação de educação sexual com intervenções psicossociais pode oferecer suporte para jovens que praticam a autolesão corporal, promovendo a saúde e reduzindo a necessidade de intervenções medicalizantes.

Palavras-chave: Educação Sexual. Autolesão. Medicalização.

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias; Graduada em Educação Física, Especialista em Educação Física Escolar e Gestão Escolar; Mestranda do Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO/AFYA; vilela.ana12@gmail.com.

² Orientadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias; Especialista em Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e Adolescência (Celso Lisboa/RJ) e Psicóloga Clínica (UNESA/RJ); Mestranda do Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Saúde da UNIGRANRIO - AFYA; seclay@hotmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Pós-doutorado em Sociologia da Cultura pela USP, professora permanente do Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO - AFYA. Duque de Caxias, RJ. beatriz.santos@unigranrio.edu.br

⁴ Pós doutor em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Especialista em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), professor permanente do Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências e Saúde – PPGECS da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO - AFYA. Duque de Caxias, RJ. pedromoacyr@uol.com.br

SEX EDUCATION AND SELF-INJURY: HEALTH PROMOTION APPROACHES AT SCHOOL FROM A NON-MEDICALIZING PERSPECTIVE

Abstract: The article explores the relationship between sexual abuse and self-injury in children and adolescents, highlighting the importance of understanding the factors that contribute to this behavior. Sex education is presented as a fundamental tool in the prevention and identification of abuse and issues related to the body. School is considered a safe environment for reporting these cases, and sex education is seen as a means of encouraging young people to recognize, react to and report situations of abuse. However, the implementation of comprehensive sex education faces cultural and ideological challenges, resulting in insufficient educational programs. Professional qualifications are needed to address issues related to sex education. In addition, the article highlights the need for a multi-professional approach to treating mental health, avoiding excessive medicalization and promoting a humanized approach. Combining sex education with psychosocial interventions can offer support to young people who practice bodily self-injury, promoting health and reducing the need for medicalizing interventions.

Keywords: Sexual Education. Self-Harming Behavior. Medicalization.

Introdução

A saúde mental é um conceito complexo que envolve múltiplos fatores. Ao refletir sobre ela, podemos associar a noção de saúde mental com sentimentos de bem-estar ou mal-estar. No entanto, é importante considerar que as experiências individuais, influenciadas por características como idade, gênero, condição social e financeira, podem afetar significativamente a percepção da saúde mental e a qualidade de vida.

Nesse contexto, é fundamental abordar as reações negativas, como a prática de autolesão, que podem ser desencadeadas por situações adversas e afetar a saúde mental de maneira significativa. De acordo com a literatura, durante muito tempo a autolesão era estritamente associada ao suicídio e aos comportamentos a ele relacionados (Guerreiro e Sampaio, 2013). Entretanto, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua 5ª edição (DSM-V; *American Psychiatric Association* [APA], 2014), no capítulo "Condições para estudos posteriores", descreve os critérios para "autolesão não suicida", demonstrando que a experiência clínica não conseguiu estabelecer uma articulação entre estes dois fatores.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atualmente classifica a autolesão sem intenção suicida como um problema de saúde pública (Kruzan e Whitlock, 2019). Por definição, autolesão pode ser compreendida como o resultado atingido pelo indivíduo ao

causar danos em si mesmo, sem intenção suicida. Para tal, pode utilizar diversas estratégias, como pular de uma altura não mortal, mas suficiente para machucar-se, ingerir quantidade excessiva de substâncias ou objetos não digeríveis, e mais comumente cortes em diversas partes do corpo, sendo algumas não visíveis. Estes são apenas alguns exemplos, frequentemente observados em adolescentes, fase da vida de profundas transformações e que requerem um trabalho de elaboração sobre o corpo próprio e as relações estabelecidas com o mundo.

A prática de autolesão, muitas vezes é mal compreendida e estigmatizada, vem despertando preocupação, principalmente no campo da psicologia e do cuidado em saúde. Observa-se que esta forma de agir pode envolver não só a tentativa de se expressar, externando algum tipo de sofrimento que não pôde ser colocado em palavras, como também uma estratégia de autorregulação através da dor, ou mesmo uma solução para dar contorno a um corpo ainda não simbolizado (Gomes, 2019).

As lesões podem variar desde as formas mais simples e superficiais àquelas mais severas e profundas. Em casos mais extremos, alguns desses jovens precisam de internação hospitalar e tratamento com medicamentos. No entanto, concordamos com os autores que salientam o fato desses remédios oferecerem conforto momentâneo e pontual. Ou seja, tratam a manifestação sintomática sem necessariamente se debruçarem nos outros aspectos envolvidos nessas experiências, tornando-se primordial pensar em estratégias futuras (Jorge, Queirós e Saraiva, 2015; Trinco e Santos, 2017).

Muitos podem ser os fatores geradores de sofrimento que culminam no ato de lesionar o próprio corpo. Na perspectiva psicopatológica, podem estar associados a várias questões, como transtornos psiquiátricos coexistentes, como por exemplo: depressão maior, transtornos alimentares, abuso de substâncias, transtorno de personalidade borderline, transtorno bipolar, ansiedade ou situações traumáticas relacionadas com a história de vida desses sujeitos: vivências de situações de violência e maus tratos, intencionais ou não, podem causar efeitos prejudiciais que envolvem sofrimento e talvez culminem em atos autolesivos (Simioni, 2017; Brandão Júnior e Canavêz, 2018).

É importante notar que, apesar da relação entre situações extremas e autolesão ser complexa, ainda há uma lacuna na pesquisa científica sobre a linha causal entre esses dois fenômenos. Além disso, não se pode generalizar que todas as pessoas que se autolesionam tenham passado por situações traumáticas. Contudo, o que sabemos é que a compreensão

e a consciência da questão são fundamentais para oferecer apoio a quem está passando por essas situações.

Ainda que a prática autolesiva não possa ser estritamente ancorada em experiências traumáticas causais, podemos associar no contexto da vida escolar os casos que envolvem abusos sexuais. Vítimas deste tipo de violência podem enfrentar inúmeros desafios emocionais, psicológicos e sociais, além dos sentimentos de culpa, vergonha, ansiedade e desamparo e pouca valia (Scarpatti, 2023; Souza, 2019). Verificamos que são ocasiões em que o corpo fica em evidência, seus limites e consequentemente o estabelecimento de laços e contatos com outras pessoas e corpos.

A própria origem da palavra *sexo* envolve a noção de corte, em sua etimologia latina guarda a ideia de divisão, separação de algo que outrora fora inteiro (Snoek, 1981 *apud* Senem e Caramaschi, 2017). Não podemos prever ou delimitar precisamente que a autolesão seria uma forma temporária de alívio emocional ou uma maneira de expressar uma dor silenciosa. No cotidiano escolar, verificamos a autolesão pode servir como uma forma de dar contorno a seus corpos ou uma tentativa de simbolizar ou fazer algo com o insuportável a que o sexo pode nos remeter.

A psicanálise amplia a noção de sexualidade e transmite a ideia de que ela não se resume ao funcionamento biológico ou aos comportamentos que envolvem o ato da relação sexual. Mas integra as marcas deixadas pelos outros em nosso corpo e psiquismo (Freud as chama de zonas erógenas), abrangendo o que envolve aquilo que fazemos conosco mesmo e o que endereçamos às pessoas que nos cercam (Freud, 1996).

O silêncio é comum nos casos de abusos sexuais, e geralmente⁵ o agressor é alguém da própria família ou muito próximo, como um amigo ou vizinho, aumentando a dificuldade da denúncia neste núcleo social (Cruz, 2021). Perguntamos então, se a autolesão não pode ser compreendida, em alguns casos, como um abuso do sujeito consigo mesmo.

Trinco e Santos (2017) identificam a escola como uma “área de transição na vida do indivíduo [...], sendo um elo entre dois mundos: o grupo familiar e o grupo social” (p. 04). Esta, entre outras razões, faz da escola um dos espaços mais confiáveis para construção de uma rede de apoio. Muitas descobertas sobre situações de violência sexual

⁵ De acordo com os últimos dados, mais de 80% dos casos de abusos sexuais são cometidos por pessoas da própria família ou pessoas muito próximas. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

são feitas por profissionais da educação, não só através da observação dos sinais emitidos pelos envolvidos, mas também por estas se sentirem seguras para denunciar tais fatos. Também são nas escolas que muitas situações de autolesão corporal são descobertas (Gomes, 2019).

Por saber da importância da escola como rede de proteção aos alunos é que se faz necessário que os profissionais de educação estejam preparados para trazer a abordagem da educação sexual para a sala de aula, não numa visão meramente biológica, mas na complexidade dos muitos aspectos possíveis de abordagem.

Neste artigo, propomos expandir a noção de abuso, questionando se a autolesão não também pode ser considerada um ato abusivo. Nos referimos a situações que envolvem sofrimento e questões subjetivas, distinta daquelas em que o indivíduo faz uma escolha consciente sobre o uso de seu corpo, como práticas de *cutting*⁶, tatuagens ou desafios físicos, como suspensão corporal. Observamos que essas práticas, geralmente realizadas em grupo, compartilham características semelhantes às de jogos esportivos, e envolvem condições diferentes daquelas associadas à autolesão ou abuso sexual⁷.

A educação sexual é uma ferramenta fundamental para promover conhecimento das diferentes formas de tratamento com o corpo próprio e seu lugar na sociedade, evitando a estigmatização e a patologização de determinados comportamentos (loucura, abuso de álcool e drogas, violências, sexualidade, envelhecimento, morte, família etc.). Nesse escopo está a problematização da medicalização da vida, processo que trata de questões da existência humana nos moldes da racionalidade médico-científica.

⁶ *Cutting* é um termo em inglês que se refere à prática de cortar ou fazer incisões na própria pele, geralmente como uma forma de lidar com emoções intensas, estresse, ansiedade ou dor emocional. Essa prática é considerada uma forma de autolesão não suicida, ou seja, não é feita com o objetivo de causar dano grave ou mortal, mas sim como uma forma de lidar com sentimentos difíceis. O *cutting* pode ser realizado de várias maneiras, incluindo cortes superficiais, incisões mais profundas ou até mesmo queimaduras. Embora possa proporcionar um alívio temporário para as emoções negativas, o *cutting* pode ter consequências negativas a longo prazo, como: infecções ou cicatrizes, problemas de saúde mental, como depressão ou ansiedade, dificuldades nas relações sociais ou profissionais, risco de dependência ou vício.

⁷ O presente artigo é o trabalho final da disciplina “Tópicos em saúde”, um dos pré-requisito para a obtenção do título de Mestre no Ensino de Ciências e Saúde. Trata-se da união do tema central de duas dissertações em desenvolvimento: uma sobre a importância da educação sexual no ambiente escolar e outra sobre como lidar com o comportamento autolesivo em adolescentes da rede municipal de ensino de Duque de Caxias, RJ. Buscamos compreender não só as razões que levam os jovens a infligirem danos ao seu próprio corpo, mas como a educação, associada a outras áreas profissionais, pode beneficiar a saúde mental desses indivíduos, dentro de uma perspectiva não medicalizante.

1. Educação Sexual: Contribuições e possibilidades no espaço escolar

As possibilidades da educação sexual no ambiente escolar são muito mais abrangentes do que se acredita. Em geral, ela é abordada numa visão bastante reducionista, atendo-se aos aspectos biológicos da reprodução humana. Contudo, podem (e devem) ser exploradas questões de consentimento, relacionamentos saudáveis, diversidade sexual e autonomia. Incluindo nesse rol a forma como cada um se posiciona diante do sexo, mas também diante de seu corpo e da maneira que se relaciona com ele. Uma educação sexual abrangente ajuda indivíduos a tomarem as melhores decisões sobre seus corpos, relacionamentos e saúde sexual. Ela promove uma cultura de respeito, empatia e compreensão, estabelecendo as bases para interações mais satisfatórias possíveis.

Em contrapartida, a realidade muitas vezes fica aquém desse ideal, pois a educação sexual permanece fragmentada, incompleta ou totalmente ausente, por conta de influências culturais e ideologias políticas que podem dificultar a implementação de programas abrangentes desta temática, deixando os jovens vulneráveis à desinformação ou pior, a informações erradas, lhes tirando as chances de compreender quando se encontram em situações de risco e como proceder em meio a elas (Lobato, 1994; Figueiró, 2009, 2020).

Em um recente estudo, Caldeira *et al* (2024) identificam a importância da educação sexual escolar como “um instrumento na prevenção de abuso, pois ensina a criança a entender sobre privacidade, conhecer as partes íntimas e reconhecer uma situação de perigo” (pág. 06). No artigo é apontada a necessidade da implementação de programas onde educação e saúde atuem em conjunto, de modo a diminuir a vulnerabilidade infantil através da informação (no que tange à educação) e no acompanhamento às famílias realizado pelos profissionais das clínicas das famílias, objetivando:

Que as práticas de abuso sexual infantil sejam evitadas, interrompendo as consequências psicossociais advindas dessa violência. Destaca-se o desenvolvimento de projetos escolares e sociais, que conscientizem as crianças e a sociedade quanto à melhor forma de evitar, proteger e diminuir os impactos psicológicos, sexuais e sociais advindos da concretização do abuso (CALDEIRA *et al*, 2024 - p. 10).

Por compreender a importância da integração de áreas distintas na luta contra o abuso à vulneráveis, Cruz (2021) faz uma importante observação no que se refere à oferta de informações aos profissionais de saúde que atuarão junto à população. A autora ressalta a importância de instrumentalizá-los, no sentido de “apurar o olhar” em relação a sintomas que podem levá-los à identificação de possíveis casos de abusos.

Ao abordar as linhas de cuidado e ações possíveis em casos de abuso sexual, Brandão Junior (2024) salienta o desafio da identificação de tal violência, tendo em vista a tênue linha que separa um ato abusivo de um gesto de carinho, por exemplo. O autor também ressalta a importância de uma escuta clínica do sofrimento dos participantes nessas situações, de modo que considere a complexidade dos fatores envolvidos, como a ambiguidade de sentimentos e estados afetivos e os laços de poder e amor que entram na dinâmica das relações estabelecidas.

2. O acolhimento: Porque uma abordagem não medicalizante

Conforme abordamos anteriormente, é fundamental uma abordagem multiprofissional para identificar, informar, acolher e tratar indivíduos envolvidos em situações de abuso sexual e suas consequências. É essencial abordar o sujeito em um ambiente acolhedor, respeitando sua singularidade e não negligenciando suas dores e sofrimentos.

O vínculo entre o profissional que escuta e o indivíduo que é escutado é primordial, considerando uma abordagem ética que estabeleça uma relação de confiança e afetividade. Inicialmente, busca-se acolher o sujeito de maneira respeitosa, considerando seus sentimentos e o tempo necessário para se expressar. A disposição contínua para escuta é fundamental para lidar com questões subjetivas.

Delineamos aqui um ponto de conexão entre o ambiente educacional e do tratamento psíquico, sendo relevante a busca por tratamento pessoal, quando se refere à saúde mental de quem escuta. Mas também o encaminhamento e/ou partilhamento dos casos com os profissionais de saúde mental e da rede assistencial. Aqui recortamos a contribuição da psicologia clínica e da psicanálise. Esta última que leva em consideração exatamente a maneira como cada um conjuga seu modo particular de estabelecer laços afetivos com outras pessoas e consigo mesmo. Tal como estabelecido por Freud a partir da noção de transferência (Freud, 2006).

Observa-se que, à medida que o acolhimento adequado é realizado, as experiências conflitivas, que envolvem dor e sofrimento passam a ser externados por meio da palavra, através da escuta, do pensamento reflexivo e da elaboração de seus sentimentos, os jovens conseguem se perceber mais confiantes (Guerra e Barrera, 2017; Cruz, 2021).

É vital o papel dos cuidadores em todo esse transcurso, sendo como “causadora ou curadora”, das questões que permeiam cada um dos processos que envolvem a autolesão, incluindo ações autoabusivas. Propomos que um acolhimento nesses moldes vai na contramão do processo de medicalização da vida em curso. Pois, promove um espaço de escuta e considera a diversidade, para que não seja imposta uma “ideologia ou moralidade da saúde” (Henriques, 2012).

3. A questão da Medicalização

Nos últimos anos, vivenciamos uma crescente atenção à medicalização da vida, especialmente em relação às questões que envolvem as práticas em saúde mental. A medicalização se refere ao processo pelo qual alguns aspectos da vida são tratados como problemas de intervenção prioritariamente biológica ou de adequação comportamental. Ou seja, um regime no qual problemas relacionados à existência humana passam a ser definidos a partir da racionalidade médico-científica (Henrique, 2012). Dessa maneira, comportamentos considerados desviantes, como a loucura, as adicções, o abuso sexual, a autolesão, dentre outros, que em outros tempos eram associados a causas espirituais, morais ou jurídicas, passam a ser objeto de ação e controle biomédico (Foucault, 1979).

O mesmo padrão é verificado para fatores cotidianos da vida humana: gestação/parto, vida e morte, envelhecimento, infância, adolescência, família e a própria noção de educação. Assim, o processo de medicalização da vida acaba por naturalizar que as práticas de promoção da saúde, em nome da qualidade de vida e do bem-estar, assumam uma roupagem moral e ideológica que visa padronizar um modelo ideal de comportamento, interação social, e as formas e funcionamento dos corpos - atualmente, facilmente verificamos no nosso cotidiano a onda estética, dietética da suposta harmonização da face e outras partes do corpo.

No que tange às questões da saúde mental, a atribuição causal é frequentemente reduzida ao funcionamento cerebral. E as intervenções de tratamento exclusivamente medicamentosas, palco do visível crescimento da indústria de psicofármacos.

Observamos que essa modalidade promove a patologização da vida cotidiana, em detrimento de abordagens mais ampliadas e multifatoriais, que levem em conta a diferença dos saberes e não os aloque hierarquicamente submetidos a um campo primordial, o biomédico (Foucault, 1979).

Vale ressaltar, que a concepção da medicalização não se restringe à prescrição medicamentosa e à área médica, mas refere-se a um campo mais amplo, uma racionalidade e visão do humano que perpassa o senso comum, as práticas científicas e as próprias noções de educação e saúde. A dependência excessiva de medicamentos ou intervenções corporais pode ignorar os fatores sociais, psíquicos e ambientais que possam contribuir para o estabelecimento das condições de sofrimento. Além disso, pode patologizar variações normais do comportamento e da emoção (Fédida, 1998; Canavez e HerzoG, 2011).

No que tange ao ato autolesivo como uma forma de abusar do corpo próprio, seria uma ação medicalizante quando, antes de escutar o sujeito e sua história, aquele que ouve de imediato interviesse para a interrupção deste comportamento, o induzindo a outro funcionamento, considerado mais adequado aos padrões sociais. Isso porque, em uma abordagem ampliada, é necessário que o sujeito envolvido na situação esteja subjetivamente implicado na ação que o envolve. Ou seja, que ele possa participar das decisões sobre a relação que estabelece com seu corpo e os que o cercam, refletir sobre sua história de vida, problematizar os valores estruturais das formações sociais, como o racismo, a noção de família e as construções sobre gênero e orientação sexual, por exemplo.

4. Considerações finais

A educação sexual é uma ferramenta importante de intervenção no processo de medicalização da vida. Objetiva a escuta e o tratamento do sofrimento de pessoas com comportamentos autolesivos. Ambos possuem um conjunto de desafios para educadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade como um todo. Transpor tais desafios requer preparo, conhecimento e, acima de tudo, sensibilidade na identificação e tratamento dos casos. Primamos no nosso texto por uma educação sexual não medicalizante, pois só assim é possível respeitar as diferenças, primordialmente as

que envolvem raça, gênero, de orientação sexual e do tratamento dispensado ao corpo próprio.

Por parte dos operadores políticos, o investimento em programas abrangentes de educação sexual emerge como um importante subsídio para o despertar de um olhar atento, no que tange aos riscos no cotidiano de crianças e adolescentes. Da mesma forma, informações precisas prestadas por profissionais bem-preparados, também podem instrumentalizar este público para a tomada de decisões responsáveis acerca de seu corpo e desenvolvimento de relações sociais saudáveis e respeitadas.

Nos diferentes níveis de gestão a promoção do acesso a conteúdos precisos e o fomento ao diálogo aberto, tanto nas instituições de educação quanto às de saúde, jurídica e de assistência social, podem ajudar na identificação e prevenção de casos de abusos do corpo e, por consequência, apostar na possibilidade do surgimento de comportamentos com mais prazer do que mal-estar.

Profissionais “de ponta”: professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, agentes comunitários, técnicos de educação etc., podem promover uma escuta atenta. Diálogo e respeito à diversidade é função de todos, e pode ser operado por qualquer agente em contato com outras pessoas. No entanto, diante de situações limites é a assistência em rede, entre vários atores (profissionais, comunidade, gestores etc.), que deve ser acionada. Fazendo valer que não há um saber que dê conta sozinho da complexidade do humano.

Cabe ressaltar que a Educação Sexual por si só, apesar de auxiliar no preparo dos jovens, provavelmente não será capaz de erradicar da sociedade a violência sexual. Mas, reconhecer sinais de sofrimento nos indivíduos que praticam a autolesão é essencial para fornecer acolhimento, suporte e intervenções adequadas que, associadas ao apoio dos cuidadores, aumentam as chances de que os sujeitos possam elaborar suas questões subjetivas e se posicionar no mundo com um grau menor de angústia (Wechsler, 2019).

Tencionamos abordar neste artigo as possibilidades de abordagens multiprofissionais, em vez de depender exclusivamente de intervenções medicamentosas. Uma abordagem abrangente no tratamento de comportamentos autolesivos considera a interação de fatores biológicos, psíquicos, sociais e ambientais, sem a ilusão de que a soma dos fatores contemple uma explicação única, cabível a todos os seres humanos. Isso pode envolver tratamento do sofrimento por meio de atendimentos individuais, grupos de

apoio e promoção de um ambiente de escuta e respeito às diferenças, considerando também a possibilidade de prescrição medicamentosa, quando esta se fizer necessária.

Seguimos os pressupostos da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos princípios e diretrizes do SUS no tocante à política pública de saúde mental, que considera a intervenção medicamentosa no apoio à saúde mental, mas de forma a examinar criticamente suas implicações e limitações. Isso inclui desafiar suposições sobre a normalidade e psicopatologia dos casos, bem como considerar as variadas outras formas de suporte e intervenção.

Almejamos, sem desconsiderar nenhum tipo de intervenção que se faça necessária, que nossa clientela, tenha a oportunidade de ser tratada não só por médicos, mas de ser observada e ouvida por profissionais de educação, assistentes sociais, psicólogos e terapeutas, para que a eles seja dada a oportunidade de um tratamento direcionado à sua necessidade específica, recorrendo ao auxílio de medicamentos quando e se realmente for indispensável.

5. Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRANDÃO JUNIOR, Pedro Moacyr Chagas; CANAVÊZ, Fernanda. O corpo na contemporaneidade: notas preliminares sobre a prática de autolesão em adolescentes. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 7, n. 13, p. 179-191, 2018. Acesso em: 14 junho 2024.

_____. **ABusoS do sexual**. Larvatus Prodeo Editora, 2024.

CALDEIRA, E. M. M.; BARBOZA, A. C. K.; DE MOURA, A. P. F. Z.; CREMASCO, L. H.; CAMPI, A. B.; BOLSONI, L. de P.; NÓBREGA, T. F. Transtornos associados ao abuso sexual na fase adulta e papel da atenção primária: uma revisão sistemática. **Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.]**, v. 16, n. 2 Edição Especial, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n2-ed.esp.086.

CANAVEZ, Fernanda; HERZOG, Regina. Entre a psicanálise e a psiquiatria: a medicalização do trauma na contemporaneidade. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 111-129, jun. 2011.

CHAVES, Gislaine et al . Adolescência e autolesão: uma proposta psicodiagnóstica compreensiva e interventiva. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 41, n. 100, p. 93-105, jun. 2021.

CRUZ, Moniky Araújo da et al. Impacts of sexual abuse in childhood and adolescence: an integrative review. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 1369-1380, 2021.

FÉDIDA, P. A fala e o pharmakon. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 1, n. 1, p. 29-45, jan. 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. Nuances: **Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 4, n. 4, 2009. DOI: 10.14572/nuances.v4i4.84.

_____. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Eduel, 2020.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912a) A dinâmica da transferência. In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII, 2006.

GOMES, Beatriz Corrêa da Silva (2019). **A medicalização a partir da autolesão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Recuperado em 20 maio de 2024 de: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/5262/2/2019%20-%20Beatriz%20Corr%C3%AAa%20da%20S.%20Gomes.pdf>

GUERRA, Cristobal; BARRERA, Paulina. Psicoterapia com vítimas de abuso sexual inspirada na terapia cognitivo-comportamental focada no trauma. **Rev. Psicológico** , Santiago, v. 26, não. 2 P. 16 a 28 de dezembro. 2017.

GUERREIRO, Diogo Frasquilho; SAMPAIO, Daniel. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista portuguesa de saúde pública**, v. 31, n. 2, p. 213-222, 2013.

HENRIQUES, Rogério Paes. A medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade. **Rev. Mal-estar e Subjetividade**, v.12, n. 3-4, 2012.

JORGE, Joana Calejo; QUEIRÓS, Otilia; SARAIVA, Joana. Descodificação dos comportamentos autolesivos sem intenção suicida-estudo qualitativo das funções e significados na adolescência. **Análise Psicológica**, v. 33, n. 2, p. 207-219, 2015.

KRUZAN, KP; WHITLOCK, J. Processos de mudança e automutilação não suicida: um estudo qualitativo de entrevista com indivíduos em vários estágios de mudança. **Pesquisa Global Qualitativa em Enfermagem**, v. 6, 2019.

LOBATO, Sandra Maria Rickmann. **Fragments da desinformação e do abandono: vivendo e refletindo sobre uma experiência de educação sexual com meninas na rua.** 1994. Tese de Doutorado. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/8f942b77-b950-41f1-87d9-ee98f58a8866/content> Acesso em 18 maio 2024.

SANTOS, Luana Cristina Silva; FARO, André. Aspectos conceituais da conduta autolesiva: Uma revisão teórica Theoretical aspects of self-injurious behavior. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 5-14, abr. 2018 .

SCARPATI, A. S. et al.. Ouvir, respeitar, proteger: recomendações para entrevista com mulheres vítimas de violência sexual. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 9, n. 3, p. 1257–1296, set. 2023.

SENE, Cleiton José; CARAMASCHI, Sandro. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. **Barbarói**, n. 49, p. 166, 2017.

SIMIONI, André Rafael. Autolesão deliberada em crianças e adolescentes: prevalência, correlatos clínicos e psicopatologia materna. 2017.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Maria Fernanda Silva da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando famílias**, v. 23, n. 1, p. 153-166, 2019.

TRINCO, Maria Edite; SANTOS, José Carlos. O adolescente com comportamento autolesivo sem intenção suicida no internamento do serviço de urgência de um hospital pediátrico da região centro. **Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental**, v. 63, 2017.

WECHSLER, Solange Muglia; HUTZ, Claudio Simon; PRIMI, Ricardo. O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 18, n. 2, p. 121-128, 2019.

O MEDO E A VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Maria Cristiane Lopes da Silva¹

Yara Marques Lima²

Carliana Isabel Nascimento Pereira³

Glória Maria dos Santos Diógenes⁴

Resumo: Este estudo surge da percepção de como a emoção medo se manifesta de maneira múltipla no cotidiano das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). A atuação dessas profissionais é atravessada por diversas formas de violência e conflitualidade, uma vez que trabalham e/ou residem em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, raciais, etárias, estruturais e de gênero. O exercício da profissão vai além da prática em saúde, pois, em muitos casos, as ACS representam a única presença estatal nos territórios, sejam eles periféricos ou não. O objetivo desta pesquisa é compreender como a emoção medo se faz presente no trabalho das ACS da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a partir do “Curso de Aperfeiçoamento Cuidando dos Conflitos e Prevenção à Violência nos Territórios”. Identificamos duas faces dessa emoção: de um lado, o medo associado à violência dos territórios onde atuam; de outro, o desafio de expressá-lo no coletivo de pares durante o Curso. O referencial teórico dialoga com a sociologia e a antropologia das emoções, explorando autores que tratam as emoções como ferramenta analítica. A abordagem metodológica é qualitativa, utilizando círculos de construção de paz, escuta ativa, formulários diagnósticos, entrevistas em profundidade, diários de campo e observação participante. As considerações não são conclusivas, porque buscamos fomentar reflexões sobre como o medo é percebido e vivenciado pelas ACS em sua prática profissional nos territórios.

Palavras- chave: Emoção Medo. Agente Comunitário de Saúde. Violência.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Mestre em Sociologia e graduada em Serviço Social e Filosofia (UECE). Professora da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE). Coordenadora da Linha de Pesquisa Práticas da Não Violência do Laboratório da Conflitualidade e da Violência da Universidade Estadual do Ceará (COVIO/UECE). Membro da Rede Nós APS Brasil.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais (PPGS/UECE). Coordenadora da Linha de Pesquisa Práticas da Não Violência do Laboratório da Conflitualidade e da Violência da Universidade Estadual do Ceará (COVIO/UECE).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais (PPGS/UFC). Membro do Laboratório da Conflitualidade e da Violência da Universidade Estadual do Ceará (COVIO/UECE).

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Líder do Grupo de Pesquisa do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

FEAR AND VIOLENCE: PERSPECTIVES OF HEALTH PROFESSIONALS

Abstract: This study arises from the perception of how the emotion of fear manifests itself in multiple ways in the daily lives of Community Health Agents (CHA). The work of these professionals is permeated by various forms of violence and conflict, since they work and/or live in territories marked by social, racial, age, structural and gender vulnerabilities. The exercise of the profession goes beyond health practice, since, in many cases, CHAs represent the only state presence in the territories, whether peripheral or not. The objective of this research is to understand how the emotion of fear is present in the work of CHA from the Municipal Government of Fortaleza, based on the “Advanced Course on Caring for Conflicts and Preventing Violence in the Territories”. We identified two sides of this emotion: on the one hand, the fear associated with violence in the territories where they work; on the other, the challenge of expressing it in the group of peers during the Course. The theoretical framework dialogues with the sociology and anthropology of emotions, exploring authors who treat emotions as an analytical tool. The methodological approach is qualitative, using peace-building circles, active listening, diagnostic forms, in-depth interviews, field diaries and participant observation. The considerations are not conclusive, because we seek to encourage reflections on how fear is perceived and experienced by CHA in their professional practice in the territories.

Keywords: Emotion Fear. Community Health Agent. Violence.

Introdução

Na sociologia, na antropologia e nas ciências humanas e sociais em geral, discutir a temática das emoções de maneira isolada exige um esforço teórico-metodológico significativo. Afinal, a abordagem sociológica e antropológica das emoções, em diálogo com a subjetividade e a coletividade humanas, está em constante transformação e aprimoramento. Da mesma forma, a reflexão teórica e empírica sobre a sociologia da violência e dos conflitos, bem como sobre a antropologia da violência, demanda atenção profunda.

Cientes desse desafio, este texto parte da compreensão de que, para analisar contextos sociais marcados por situações de conflito, é necessário ampliar o olhar sobre todo o cenário subjacente a essas situações. Onde se situam os sujeitos nesse contexto? De que formas, incluindo a dimensão sócio psíquica, eles são impactados? Inspiradas por essas problematizações e a partir de um trabalho empírico com Agentes Comunitárias de

Saúde (ACS), iniciamos a construção deste artigo,⁵ que engloba uma pesquisa mais ampla⁶.

Desde o início dos anos 2000, têm-se intensificado pesquisas sobre a violência no Brasil (Vieira, 2014). Os esforços para compreender a atuação e a evolução das galeras, gangues, facções, comandos ou coletivos criminais (Diógenes, 1998; Paiva, 2019) tornaram-se cada vez mais frequentes. Até as décadas de 1980 e 1990, a região Sudeste concentrava os maiores índices de violência do país. No entanto, a partir dos anos 2000, esse cenário se alterou, colocando as regiões Norte e Nordeste à frente no crescimento desses índices (Pereira, 2022).

Dentro desse contexto, surge o campo de pesquisa deste trabalho. Embora o foco central do estudo não seja a violência urbana, ela é um dos elementos que compõem a realidade das ACS participantes da pesquisa. Optamos por utilizar as emoções não apenas como objeto de análise, mas também como ferramenta de escrita, compreendendo que a produção acadêmica e científica “é uma escrita que se produz com medo, que luta pela defesa dos interesses individuais e coletivos, e que precisa ser confrontada pelos pares – por suas avaliações, interpretações, controvérsias, análises, averiguações e contestações” (Rezende, 2020, p. 122).

A categoria emoções consolidou-se na sociologia a partir da década de 1970 nos Estados Unidos e na França. No entanto, discussões preliminares sobre a percepção do indivíduo social e sua dimensão emocional já existiam anteriormente. No Brasil, os estudos sobre o tema ganharam fôlego a partir da década de 1990, embora ainda sejam incipientes (Koury, 2014).

As emoções são compreendidas como uma perspectiva analítica da subjetividade, inseridas nos fenômenos sociológicos. Significa dizer que a emoção se refere às “experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico,

⁵ Parte dessas reflexões foram apresentadas no 48º Encontro Anual da ANPOCS, que realizou-se remotamente, entre nos dias 18 a 27 de outubro de 2023.

⁶ Esta pesquisa foi financiada pela Funcap, PMA-Fiocruz e Harvard/Fundação Lemann e foi desenvolvida em 8 municípios da região do Nordeste brasileiro, são eles: Fortaleza-CE, Teresina-PI, João Pessoa-PB, Recife-PE, Sobral-CE, Juazeiro do Norte-CE, Crato-CE, Barbalha-CE. A coordenação geral é a Dra. Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira-Meyer (Fiocruz Ceará) com coordenação adjunta da Dra. Aisha Yousafzai (Universidade de Harvard) e da Dra. Ana Patrícia Pereira Morais (Universidade Estadual do Ceará – UECE). Teve o objetivo de analisar as relações entre Covid-19, violência, processo de trabalho e saúde mental de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e seus impactos no processo de trabalho da Estratégia Saúde da Família durante a pandemia. Informações disponíveis em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/64926>. Acesso em 25 fev. 2025.

sendo produtos relacionais entre os indivíduos, a cultura e a sociedade” (Koury, 2009, p. 9). Ou ainda, que “os sentimentos são tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem” (Rezende; Coelho, 2010). Dessa forma, as emoções estão entrelaçadas a aspectos culturais e sociais que influenciam o universo emocional na configuração dos modos de ser da vida social, marcada por interações constantes.

Nesse contexto, as tensões relacionais se constroem e os processos interacionais se manifestam por meio de diferentes emoções. A cultura emotiva molda e sedimenta as formas de organização social, podendo ser ambígua, recíproca e conflitiva. Trata-se de processos que permeiam as relações subjetivas e que são movidos por sentimentos, necessidades e valores, gerando ações e reações que atribuem sentidos e significados ao ator social (Koury, 2014).

É nessas interações e reações subjetivas que emergem emoções diversas, social e culturalmente construídas no âmago da sociedade. Essas emoções se manifestam em comportamentos e estilos de vida distintos, desencadeando atitudes e experiências emocionais no cotidiano. Neste trabalho, tomamos como referência a emoção **medo**, analisando suas múltiplas formas de manifestação no dia a dia das ACS em Fortaleza (CE). Compreendemos o medo como uma emoção singular que se constitui no interior das relações sociais, carregando sentidos e significados historicamente construídos. Ou seja, “o medo faz parte da experiência humana, enquanto categoria social que lida com o processo de criação, com os modos de conhecimento de si próprio e do outro relacional” (Koury, 2020, p. 1).

O medo ocupa um lugar central em análises sobre as transformações da sociedade ocidental moderna, como observado nos estudos de Norbert Elias e Jean Delumeau. Ambos compartilham um ponto fundamental: a universalidade do medo como experiência inerente à espécie humana, em combinação com uma abordagem historicista que destaca suas múltiplas configurações ao longo do tempo.

No estudo sobre o “processo civilizador”, Elias (1993) atribui ao medo um papel estratégico na compreensão dos mecanismos de controle social. Para ele, o medo funciona como um canal de transmissão das estruturas sociais para a estrutura psicológica individual. A imposição do medo — seja por meio de punições, ameaças explícitas ou mecanismos sutis de negação da aprovação social — está entre as estratégias de socialização responsáveis pela internalização de valores e normas. Dessa forma, esses

valores tornam-se objetivos “próprios” do indivíduo, que, caso não os atinja, pode experimentar sentimentos de fracasso ou perda de autoestima. O medo, portanto, é um dos sentimentos centrais para o exercício do autocontrole, constituindo-se como um elemento fundamental do “processo civilizador”.

Os medos variam conforme diferentes contextos e variáveis. Por exemplo, Novaes (2006) identificou o “medo de sobrar” entre jovens brasileiros diante da incerteza do mercado de trabalho. Já Gay (1995) analisou o “medo de mostrar medo” em seu estudo sobre duelos entre jovens universitários alemães (Rezende; Coelho, 2010). Dessa forma, discutir o medo significa compreendê-lo como uma emoção socialmente construída, capaz de ordenar ou desordenar o processo social, emergindo da experiência humana e da sociabilidade (Koury, 2020). Como destaca Goffman (2011), no ensaio sobre o comportamento face a face, o medo pode ser entendido como uma emoção que se ajusta às estruturas do jogo ritual das interações sociais. Esse jogo permite que os indivíduos mantenham suas fachadas sociais e assegurem a coesão do grupo, mesmo em contextos de conflito e violência.

Portanto, neste artigo, refletir sobre a emoção medo implica analisá-la na prática cotidiana das ACS, cujo trabalho vai além da prestação de serviços de saúde. Em muitas ocasiões, essas profissionais representam o único *braço* do Estado nos territórios, sejam eles periféricos ou não. Assim, nosso objetivo é compreender o medo na atuação das ACS da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, a partir da experiência no “Curso de Aperfeiçoamento Cuidando dos Conflitos e Prevenção à Violência nos Territórios”, realizado na sede da Fiocruz/CE no ano de 2023.

O medo foi identificado pelos/as ACS sob duas perspectivas: por um lado, no contexto da violência dos territórios onde atuam; por outro, no desafio de expressar esse medo coletivamente durante o curso.

Por fim, este estudo foca na percepção das ACS mulheres, considerando que a maioria das participantes do Curso pertence a essa categoria. O recorte também se justifica pelo fato de que as ACS analisadas atuam em duas Unidades de Saúde selecionadas pela Fiocruz/CE, instituição que já realizava pesquisas nesses territórios. Dessa forma, buscamos compreender como o medo é vivido e ressignificado no cotidiano dessas profissionais, inseridas em espaços de vulnerabilidade e conflito.

1. A Atuação Profissional das/os ACS e a Relação com a Emoção Medo

As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) são profissionais que integram a Estratégia Saúde da Família, compondo a Atenção Primária à Saúde (APS), denominada no Brasil como Atenção Básica (AB). Essa estratégia tem como foco um conjunto de ações voltadas para a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde (MS, 2009, p. 16). Dentro dessa estrutura, as ACS desempenham um papel fundamental na extensão das atividades de saúde dentro das comunidades. Assim, “são personagens essenciais, pois estão mais próximas dos problemas que afetam a comunidade, destacando-se pela capacidade de comunicação com as pessoas e pela liderança natural que exercem” (MS, 2009, p. 24).

Em outras palavras, as ACS atuam como mediadoras entre a unidade de saúde e a comunidade, lidando diretamente com as demandas da população relacionadas à saúde e com outras situações que lhes são trazidas pela comunidade. Durante as rodas de conversa realizadas no Curso, por exemplo, surgiram relatos sobre solicitações da comunidade que vão além de suas atribuições formais, como orientações sobre matrículas escolares, apoio a idosos sem cuidadores, entre outras questões. Essas necessidades extrapolam suas funções institucionais, sendo especialmente perceptíveis nas narrativas das ACS mulheres.

O papel social e histórico das mulheres está associado a diversas construções. Sob uma perspectiva ocidental, esse papel foi consolidado em espaços tradicionalmente destinados ao cuidar (Monteiro, 2012), seja no âmbito familiar, exercendo funções maternas e de suporte (Soares, 2021), seja em profissões historicamente femininas, como a educação infantil, a enfermagem e o serviço doméstico. Esse lugar do cuidado, atribuído socialmente às mulheres, também se reflete na vida das ACS. No espaço doméstico, são mães, avós, tias, sobrinhas, e todas essas funções vêm acompanhadas da responsabilidade pelo cuidado familiar, como evidenciam as próprias ACS em seus relatos: “Lá em casa tudo sou eu!” e “Estou um pouco dispersa porque estou acompanhando os horários das medicações da minha mãe pelo celular”.

Outro aspecto fundamental relacionado ao cuidado refere-se à própria profissão de Agente Comunitária de Saúde, que é predominantemente feminina. Estatisticamente, as mulheres representam a maioria nesse ofício, cuja principal atribuição é o acompanhamento das famílias atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos

territórios em que vivem. Esse acompanhamento é parte essencial da construção da Atenção Básica no Brasil e reforça o papel das ACS no cuidado com a saúde das famílias. Essa predominância feminina também se refletiu no Curso mencionado neste estudo, no qual mais de 90% das participantes eram mulheres.

Nesse sentido, as ACS estabelecem uma relação próxima com os territórios em que atuam, o que desperta emoções diversas, entre as quais nos deteremos na emoção medo. Esse sentimento emerge na experiência cotidiana das ACS, sobretudo das mulheres, que o percebem sob duas perspectivas principais: (1) o medo relacionado ao contexto de violência dos territórios onde atuam, marcados por vulnerabilidades sociais e criminalidade; (2) o desafio de expressar esse medo no coletivo de pares durante o Curso, dado o receio de compartilhar experiências vividas. Assim, este estudo privilegia uma discussão que entrelaça a emoção medo, a questão de gênero e a prática profissional na Atenção Primária à Saúde.

O medo, como construto social e cultural, configura-se na prática das ACS a partir de dois eixos. De um lado, está relacionado à violência presente nos territórios onde atuam, refletida em experiências concretas de ameaças, crimes, tráfico de drogas e outras situações violentas. Esse cenário impacta especialmente as ACS mulheres, que vivenciam a emoção medo ao exercerem suas funções dentro da comunidade. De outro lado, observa-se a dificuldade dessas profissionais em compartilhar esse sentimento no coletivo de pares, adotando atitudes de silenciamento ou embaraço ao relatar suas vivências durante o Curso. Em algumas ocasiões, utilizam brincadeiras como forma de desviar a atenção e evitar expressar emoções relacionadas às situações de conflito enfrentadas no trabalho, o que dispersa o foco da conversa.

Quando questionadas sobre a violência em seu cotidiano profissional, muitas ACS demonstram insegurança em falar abertamente diante do grupo, como foi observado ao longo do processo formativo do Curso. Segundo Koury (2004), esse comportamento está relacionado a uma cultura do medo, que constrói simbolicamente barreiras invisíveis e isola os indivíduos pelo silêncio, motivado pelo receio de quem, de fato, pode ser confiável no território. Nesse sentido, “o sentimento de medo pode ser considerado um importante fator nas sociabilidades urbanas” (ALVES, ABREU, SCHROEDER, 2021, p. 90).

Sob a perspectiva de Goffman (2011), as fachadas sociais são construídas para garantir o pertencimento. No caso das ACS mulheres, essa estratégia permite que continuem atuando profissionalmente nos territórios e até mesmo residindo nesses locais, já que a maioria delas mora nas comunidades onde prestam serviços de saúde. Esse aspecto pode ser constatado por meio do formulário de diagnóstico inicial aplicado às ACS antes do início do Curso. Os dados revelam que 81,3% das ACS residem e trabalham no mesmo território, enquanto apenas 18,8% atuam em áreas diferentes de onde moram. Esse dado sugere que a proximidade com a comunidade pode ser um dos critérios para o exercício da profissão, visto que o conhecimento prévio do território favorece o desempenho das funções atribuídas às ACS, como pode ser visto na figura 1.

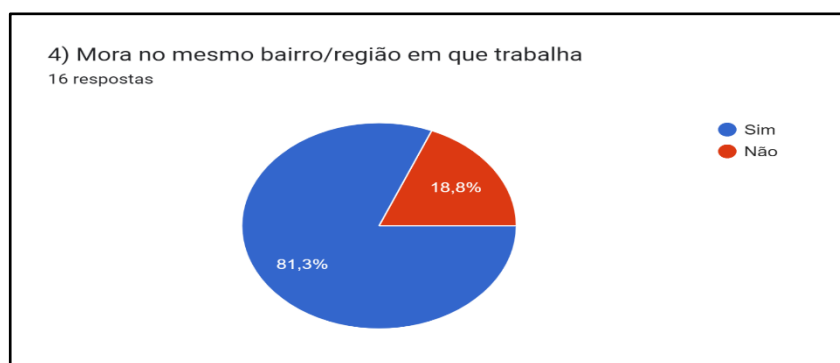


Fig. 1: formulário de diagnóstico inicial sobre o território de trabalho e moradia.
Fonte: Própria, 2023.

Segundo Koury (2004), a emoção medo enclausura as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) em suas ações na comunidade. Embora percebam a presença de diversas formas de violência no território, não se sentem seguras para comentar ou compartilhar informações a respeito. No entanto, o comportamento ou fachada adotada para que possam se manter “tranquilas” na área consiste em assumir a ordem moral estabelecida e seguir as regras implícitas do jogo social, ajustando-se ao ritual de interação aceitável (Goffman, 2011). Esse mecanismo pode ser observado nas respostas registradas no formulário de diagnóstico inicial, quando questionadas sobre a questão da violência: “Não me envolvo por segurança”; “Tenho medo de falar no território”; “Atualmente, a população me informa quando chego na área e quando saio”.

A percepção das ACS sobre o contexto violento em que atuam se manifesta fortemente em seus discursos. O medo se torna uma emoção presente e concreta em sua

prática profissional, a ponto de dificultar até mesmo a discussão do tema entre os próprios pares. Isso se deve, em parte, ao fato de que, dentro da comunidade, existe uma “regulação” imposta pela criminalidade, caracterizando o que Feltran (2012) descreve como uma gestão da vida, na qual direitos básicos, como o de ir e vir, são frequentemente restringidos. Esse elemento afeta diretamente a atuação das ACS, uma vez que precisam circular por todo o território, independentemente da existência de disputas entre coletivos criminais rivais (Paiva, 2019). Como bem aponta Oliveira:

Ao tratar sobre um fenômeno que expressa uma realidade empírica com forte apelo social, como é o caso do crime e da violência, contextualizar o espaço social no qual esta realidade está inserida se torna uma etapa fundamental para entender e interpretar os dados. Dito isto, importa ressaltar que o Brasil consiste em um país de dimensões continentais, situado no continente sul-americano e composto por cinco regiões [Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul], que comportam vinte seis Estados e o Distrito Federal. Em termos populacionais, o Brasil possui aproximadamente 214 (duzentos e quatorze) milhões de habitantes, segundo projeções do IBGE (2022). Conforme relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) no ano de 2020, sob responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – indicador que considera renda, escolaridade e longevidade – do Brasil foi de 0,762, ocupando a 74ª posição em um ranking composto por 189 países. (OLIVEIRA, 2022, p. 37).

Desde o início dos anos 2000, têm-se intensificado pesquisas e análises sobre a violência no Brasil (Vieira, 2014). Os esforços para compreender a atuação e evolução das galeras, gangues, facções, comandos ou coletivos criminais (Diógenes, 1998; Paiva, 2019) na sociedade tornaram-se cada vez mais frequentes. Até as décadas de 1980 e 1990, a região Sudeste concentrava os maiores índices de violência no país. No entanto, a partir dos anos 2000, esse cenário se modificou, colocando as regiões Norte e Nordeste à frente no crescimento desses índices (Pereira, 2022), o que resultou, inclusive, no aumento da violência letal contra mulheres em estados como o Ceará.

Esse crescimento da violência letal, entretanto, não ocorre de maneira homogênea entre todas as mulheres (Pereira, 2022). Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, sendo que, em estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, essa desigualdade se manifesta de forma ainda mais explícita e alarmante. Nessas localidades, a taxa de homicídios de mulheres negras chega a ser quase quatro vezes maior do que a de mulheres não negras.

Quando se observa a violência letal contra pessoas negras em geral (pretos e pardos), os dados são igualmente preocupantes. No ano de 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras, perfil predominante entre as mulheres das classes populares e que também reflete o perfil majoritário das ACS participantes do Curso.

Ao analisar a Razão de CVLI – Homens e Mulheres – Brasil (2015-2020), temos a seguinte figura 2:

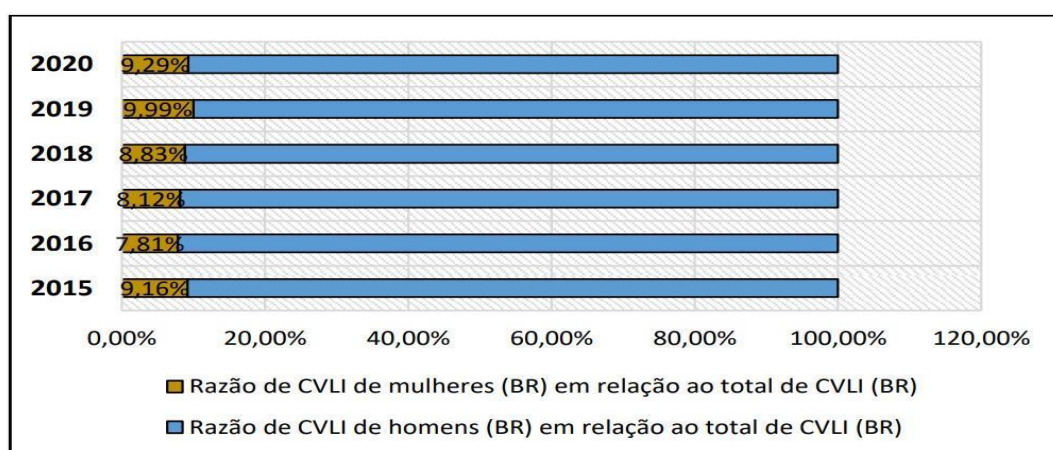


Figura 2: A violência letal contra mulheres na Paraíba.
Fonte: Base de dados do FBSP, 2022.

Nesse cenário, as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) mulheres percebem e sentem uma onda de insegurança que as imobiliza, dificultando sua atuação efetiva na comunidade. Além disso, são impactadas psicologicamente e emocionalmente, apresentando relatos de crises de ansiedade e medo, o que, em muitos casos, leva ao uso de medicamentos devido ao adoecimento mental.

Durante as rodas de conversa nos Círculos de Construção de Paz, muitas ACS compartilharam seus receios e preocupações com a saúde, expressando o impacto das múltiplas violências presentes nos territórios em que atuam. Esse impacto pode ser exemplificado na seguinte situação:

No primeiro Círculo de Construção de Paz do curso, ao abrir espaço para que cada participante falasse sobre como estava se sentindo naquele momento, uma das agentes começou a chorar copiosamente. Ela não conseguia sequer se apresentar, e o choro persistiu por vários minutos. Aproximamo-nos, oferecemos água e perguntamos se gostaria de se retirar, assegurando que alguém a acompanharia, mas ela optou por permanecer na sala. Esse choro foi um prelúdio do que se desenrolaria nesse primeiro

momento de fala coletiva, pois todos os presentes no espaço "sentiram" a intensidade daquela emoção.

Como assinalam Campos e Diógenes (2020, p. 14), construímos imagens e sentimentos sobre o que vivemos e como vivemos. Segundo os autores, “as sensações e as emoções estão envolvidas na forma como nos relacionamos com elas.” O choro, nesse contexto, surge como um elemento que interconecta as ACS. Suas práticas emocionais e sensíveis estabelecem vínculos e sustentam as máscaras sociais, permitindo que elas se reconheçam mutuamente e sintam, na própria pele, o peso emocional da função que desempenham. O choro, portanto, representa uma das formas de extravasar as dores que as atravessam.

Quando afirmamos que esse choro foi um prelúdio do que estava por vir, referimo-nos ao fato de que muitas ACS vivem em um cenário de intensa ansiedade, desgaste e exaustão física e mental. Várias delas relataram estar em tratamento para os nervos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), tornando-se uma experiência comum e, de certa forma, naturalizada entre essas profissionais. Uma das agentes comentou: “Qual ACS não é acompanhada pelo CAPS?”, enquanto outra afirmou: “Me sinto sempre cansada e muito ansiosa.”

Os Círculos de Construção de Paz proporcionaram um ambiente acolhedor, onde as ACS puderam compartilhar suas vivências, anseios, alegrias, dores e medos relacionados ao exercício da profissão. Esse espaço foi construído não apenas pelas falas, mas também pelos gestos e pelos silêncios que emergiam durante os encontros.

Conforme Silva (2023), os Círculos de Construção de Paz podem ser uma estratégia eficaz para lidar com as emoções, promovendo um diálogo circular que fomenta sentimentos semelhantes e, de alguma forma, conecta e acolhe os participantes. Essa experiência com as ACS demonstra o potencial dos círculos como um espaço de suporte emocional e fortalecimento coletivo diante dos desafios enfrentados no cotidiano profissional.

2. Discussão Teórico-Metodológica

Em termos teóricos, buscamos embasamento na investigação sociológica das emoções, entrelaçando as discussões sobre conflitos, violências e gênero. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, empregando ferramentas como os Círculos de

Construção de Paz, escuta ativa, formulários de diagnóstico inicial e final, entrevistas em profundidade, diário de campo e observação participante.

Para conduzir uma pesquisa de campo em um território que não é o nosso, é necessário adotar diferentes estratégias de “entrada”, ajustando-se às demandas que o próprio campo vai apresentando (Paiva; Freitas, 2015). Nesse sentido, os métodos de trabalho foram sendo adaptados ao longo do curso, possibilitando análises metodológicas contínuas.

Além disso, a pesquisa foi construída a partir de uma perspectiva interseccional de práxis crítica (Collins; Bilge, 2020), com um olhar atento à interseção das relações de poder. As autoras deste artigo integraram o corpo de facilitadoras, as chamadas cofacilitadoras e organizadoras do curso, o que proporcionou uma visão interna da dinâmica das atividades e das experiências vividas pelos/as participantes.

Apesar do uso de múltiplas estratégias de coleta de dados, neste trabalho optamos por priorizar as percepções obtidas por meio da metodologia dos Círculos de Construção de Paz, dos formulários inicial e final – aplicados no início e ao término do curso – e da observação participante registrada nos diários de campo. Todos esses instrumentos foram utilizados no contexto do Curso de Aperfeiçoamento “Cuidando dos Conflitos e Prevenção à Violência nos Territórios”, realizado às sextas-feiras, nos períodos matutino e vespertino, entre abril e junho de 2023, de forma presencial na sede da Fiocruz/CE.

O objetivo geral do curso foi “possibilitar aos Agentes Comunitários de Saúde um espaço de diálogo e escuta para a troca de saberes, histórias de vida e cuidado, a fim de fomentar a gestão de conflitos e a prevenção da violência nos territórios de atuação”. A proposta do curso surgiu a partir de uma necessidade identificada em uma pesquisa realizada pela Fiocruz em 2019, que analisou os impactos da violência e da COVID-19 no processo de trabalho das/os ACS.

Os sujeitos da pesquisa foram 20 Agentes Comunitários de Saúde, participantes do curso, sendo 19 mulheres e 1 homem, representando dois postos de saúde localizados em áreas periféricas da cidade de Fortaleza/CE, especificamente na zona leste da capital cearense.

Dentre as ferramentas metodológicas, os Círculos de Construção de Paz possibilitaram momentos de partilha e aprofundamento sobre a temática do conflito e da violência no exercício profissional das ACS. Como o grupo era composto por 19

participantes, optamos por dividi-los em dois subgrupos durante os círculos, o que proporcionou uma interação mais próxima entre facilitadores, cofacilitadores e agentes, além de permitir um tempo maior para vivenciar a prática do círculo. Nessas ocasiões, um turno inteiro foi dedicado exclusivamente à realização dessa atividade.

Utilizar como uma das principais estratégias no Curso com os ACS, nos permitiu ampliar nossos horizontes com relação a pesquisa. Os encontros em círculo de conversa possibilitaram aos ACS se colocarem de forma efetiva seus olhares e percepções com relação a diversas questões e principalmente o que nos interessou para este artigo, a percepção deles no que concerne a emoção medo no exercício de suas funções.

Para uma melhor compreensão sobre os Círculos de Construção de Paz, apresentamos a seguir uma breve descrição dessa metodologia:

O círculo é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças. A intenção do círculo é encontrar soluções que sirvam para cada membro participante. O processo está baseado na suposição de que cada participante do círculo tem igual valor e dignidade, dando então voz igual a todos os participantes. Cada participante tem dons a oferecer na busca para encontrar uma boa solução para o problema (PRANIS, 2011, p. 11).

Seguindo essa abordagem, partimos da compreensão de que nem sempre é possível encontrar uma solução imediata para o problema durante os Círculos de Construção de Paz. No entanto, eles oferecem aos participantes uma nova perspectiva sobre a situação, permitindo que cada pessoa escolha expor ou não suas reflexões sobre determinado assunto.

É importante compreender que não há unanimidade nos sentidos e significados atribuídos às emoções pelos participantes (Da Silva, 2022). Cada indivíduo, à sua maneira, internaliza e expressa suas emoções — consciente ou inconscientemente — por meio de gestos, expressões e/ou falas.

Foi por meio dos Círculos de Construção de Paz que os relatos das experiências das ACS ganharam profundidade. Com seu formato circular e o princípio de acolher a escuta e a fala, a interação tornou-se mais fluida, possibilitando momentos de compartilhamento

mais longos. Em algumas ocasiões, uma única agente chegou a relatar suas vivências por 15 a 20 minutos ininterruptos. Isso foi possível porque:

de certa forma, ele assegura um diálogo entre vários indivíduos em que todos podem falar e ser escutados mediante uma organização estruturada; ou seja, quando um dos participantes estiver de posse do instrumento chamado bastão da fala, os outros têm a posse da escuta. Sucessivamente o objeto circula a partir da orientação do(a) facilitador(a) que tem a função de garantir o espaço seguro (DA SILVA, 2022, p. 79233).

Isso também foi possível graças ao envolvimento dos facilitadores e cofacilitadores com o grupo. Sentir-se acolhido, saber que aquelas conversas não seriam expostas e perceber que havia alguém ali para “cuidar do cuidador” – como sugere o próprio título do curso de aperfeiçoamento – possibilitaram a construção de uma relação de confiança e apoio mútuo. Os facilitadores e cofacilitadores também se entregaram à dinâmica dos Círculos, compartilhando vivências, dores e medos, sempre em diálogo com a temática proposta. Essa entrega pode ser percebida, por exemplo, pelo choro ao relatar ou ouvir algo marcante, bem como pela exposição de aspectos íntimos da vida pessoal.

A emoção medo surgiu nos Círculos fortemente associada à vulnerabilidade social da comunidade atendida, à condição de ser mulher e ao contexto de violência que atinge essas profissionais. O medo foi relatado tanto em relação ao tratamento verbal recebido quanto às situações de conflito vivenciadas no atendimento aos usuários do sistema de saúde, cujas experiências de violência acabam reverberando nas ACS.

Uma situação específica ilustra essa realidade: uma agente relatou que precisou esconder um morador da comunidade dentro do posto de saúde, pois ele estava sendo perseguido por pessoas que queriam matá-lo. Sua primeira reação foi protegê-lo dentro do posto, pois sabia que os perseguidores não entrariam ali. No entanto, ela enfatizou que o medo esteve presente em todas as suas ações naquele momento.

Durante os Círculos realizados no Curso de aperfeiçoamento, foram abordadas temáticas como acolhida, autoconhecimento, resiliência, autocuidado, autoestima e trajetória de vida, além de outros temas discutidos nas oficinas realizadas no turno da tarde. No entanto, como nosso foco nesta escrita é a experiência nos Círculos de Construção de Paz, não detalharemos os demais conteúdos abordados ao longo do curso.

Além dos Círculos, utilizamos como instrumento de coleta de dados os formulários de diagnóstico inicial e final, cujo objetivo foi captar as impressões dos participantes antes e depois do curso. O diagnóstico inicial buscou compreender as expectativas e percepções sobre as temáticas que seriam discutidas e vivenciadas, enquanto o diagnóstico final permitiu um comparativo para identificar o que os/as ACS conseguiram incorporar à sua prática cotidiana.

Ambos os formulários continham perguntas abertas e fechadas, abordando questões como perfil dos participantes, se trabalhavam e moravam no mesmo território, percepção da violência e entendimento sobre as temáticas propostas. Cabe destacar que os formulários de diagnóstico inicial foram entregues impressos antes do início do curso, enquanto o diagnóstico final foi aplicado no último dia do curso, com um prazo determinado para devolução.

A escrita dos diários de campo foi um desafio, pois estávamos simultaneamente imersas nas atividades, prestando apoio, conduzindo dinâmicas e observando os processos do grupo, ao mesmo tempo em que precisávamos registrar nossas impressões. Durante os Círculos, em especial, esse desafio se intensificou, pois era extremamente difícil manter o envolvimento na experiência e, ao mesmo tempo, assumir uma postura distanciada para a escrita como pesquisadoras. Até então, algo nesse sentido não havia sido realizado.

Diante disso, foi necessária uma organização rigorosa na estruturação dos dados coletados. Para a análise desse material, utilizamos a análise de conteúdo, seguindo as etapas propostas por Bardin (1977): 1) Pré-análise – leitura flutuante do material coletado; 2) Categorização – organização dos dados em categorias temáticas; e, 3) Interpretação – análise dos achados a partir do referencial teórico.

Essa organização, que ainda está em fase de finalização, permitiu identificar categorias-chave, possibilitando a interpretação de quais emoções foram mais recorrentes e em que contextos elas emergiram ao longo do curso.

3. Considerações Finais

Entre 2008 e 2018, observando o recorte racial, o Ceará registrou um aumento de 187,5% na taxa de homicídios de pessoas negras, ocupando, em 2018, o sexto lugar entre os estados com os maiores índices de violência letal contra a população negra. Nesse ano,

a taxa de homicídios de pessoas negras no estado foi de 69,5 para cada 100 mil habitantes, enquanto a média nacional era de 37,8 para cada 100 mil pessoas. Em contraste, a taxa de homicídios de pessoas não negras no Ceará, em 2018, foi de 14,7 para cada 100 mil habitantes, comparada à média nacional de 13,9 vítimas letais entre não negros (IPEA, 2020).

Quando observamos o recorte de gênero, Oliveira destaca que:

com relação ao número de crimes violentos letais intencionais (CVLI) com vítimas mulheres e que foram efetivamente classificados como feminicídios, no Brasil, os registros oficiais apontam para um aumento – ano após ano – no cenário da violência fundada na discriminação ou desprezo à condição de mulher (2022, p. 41).

Todos esses dados colocam o Ceará em uma posição de destaque negativo, o que afeta especialmente a população de Fortaleza, que concentra aproximadamente um terço de todos os habitantes do estado, chegando a cerca de três milhões de pessoas. Mas quais são os fatores que contribuem para esse cenário de violência intensa?

Responder a essa pergunta já forneceria material suficiente para uma nova dissertação, visto que diversas dimensões da história do país e da formação social brasileira poderiam ser analisadas. Entre elas, as discriminações e desigualdades sociais históricas presentes no Nordeste e no Norte do Brasil, em comparação com as demais regiões do país. Além disso, a posição geográfica de Fortaleza, situada como uma rota estratégica para outros países e continentes, também desempenha um papel relevante nesse contexto.

Essa realidade violenta faz parte do contexto social vivido pelas Agentes Comunitárias de Saúde, evidenciado ao longo deste estudo. A necessidade da realização do curso analisado neste artigo surgiu a partir de múltiplas motivações, tais como: desgaste emocional, medo de trabalhar e morar nos próprios territórios, ansiedade, insônia, exaustão psíquica, sobrecarga de trabalho, entre outros fatores. Os achados deste trabalho apontam para a necessidade de uma maior atenção à atuação das Agentes Comunitárias de Saúde, considerando essa profissão um dos pilares da saúde pública no Brasil.

As conclusões aqui apresentadas não são definitivas, mas representam um recorte de uma investigação mais ampla, que abrange outras especificidades. Além disso, o objetivo deste trabalho não é apresentar resultados fechados, mas sim levantar reflexões

sobre como a emoção medo é percebida e vivida pelas Agentes Comunitárias de Saúde no contexto de sua prática profissional. Esse trabalho é exercido em territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades, onde, além dos desafios institucionais e estruturais, as agentes enfrentam a sobrecarga de papéis sociais, sendo, na maioria das vezes, mulheres, mães, avós, tias e filhas, todas elas desempenhando funções relacionadas ao cuidado do outro.

Esse contexto social reverbera em cenários de grande ansiedade e medo, levando, em muitos casos, ao uso de medicamentos para tratar adoecimentos psíquico-emocionais. Dessa forma, reconhecemos a necessidade de um aprofundamento nesta pesquisa, conscientes de que se trata de um trabalho em construção, cujo desenvolvimento permitirá novas reflexões e contribuições para o campo da saúde pública e da sociologia das emoções.

4. Referências

ALVES, F. L.; ABREU, C. B. de M.; SCHROEDER, T. M. R. Os efeitos da pandemia no cotidiano dos brasileiros: um olhar a partir da sociologia e antropologia das emoções. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. N°36. Año 13. Agosto 2021-Noviembre 2021. Argentina.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DA SILVA, M. C. L. Círculos de construção de paz como metodologia de diálogo na educação. **Brazilian Journal of Development**, V. 8, N° 12, p. 79231–79244, 2022.

DE SANTIS FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, V. 6, N° 2, 2012.

CAMPOS, R.; DIÓGENES, G. M. S. Apresentação - Dossiê: Cidade, imagem e emoções. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, V. 19, N° 55, pp. 13-18, 2020.

DIÓGENES, G. M. S.; BARREIRA, I. A. F. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop**. Fortaleza: UFC, 1998.

_____. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop**. 381f. 124 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Brasília: Ipea, 2020.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Estilos de vida e individualidade**: Escritos em antropologia e sociologia das emoções. Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2020.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Cultura da violência e o medo do outro**: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. Revista de Antropologia Experimental, nº 4, 2004.

MONTEIRO, Danielle. Artigo analisa os elos que unem política, assistência e mulheres. **Fiocruz**, 2012.

OLIVEIRA, A. R. A. A Violência Letal Contra Mulheres na Paraíba: avaliando o Programa Mulher Protegida - 2022 – **Dissertação**, UFCG

PEREIRA, C. I. N. “Eu já morri tantas vezes antes de você me encher de bala” O Genocídio racial e social de jovens negros em Fortaleza. - 2022 - **Dissertação** UFC.

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça restaurativa e de construção de paz**: guia do facilitador. Tradução: Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Escola Superior da Magistratura da AJURIS / Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul / Projeto Justiça para o século 21, 2011.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REZENDE, C. R. de A. A escrita da ciência se faz com emoção: inflexões sobre a importância da confiança e do medo para (res) existirmos no presente. **Revista Nava**, 5(1 e 2), p. 106-126, 2020.

S. Paiva L. F. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. **Caderno CRH**, V. 32, Nº. 85, p. 165–184, 2019.

_____.; FREITAS, G. J. de. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Soc. E Cult., Goiânia**, v. 18, n. 2, p. 115-128, jul./dez. 2015.

SILVA, M. C. da L. **Círculos de construção de paz**: experiência e olhares na escola pública. São Paulo: Dialética, 2023.

SOARES, A. L. S. **o papel da mulher ao longo da história**: influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco. **Departamento de Direito**: Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

VIEIRA, Danielli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime**: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Tese (Doutorado em Antropologia Social)**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

ENSAIO:

SAÚDE PÚBLICA DA MULHER NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES CRÍTICAS

Anna Beatriz dos Santos Dias¹

Etyelle Pinheiro de Araújo²

Resumo: Este breve ensaio tem como objetivo trazer para a reflexão alguns avanços das políticas públicas de saúde da mulher no Brasil e apontar para os seus desafios e limites que incluem não apenas questões de ordem financeira, mas também a prioridade que é dada a políticas voltadas à saúde reprodutiva da mulher, enquanto outros aspectos são invisibilizados.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Políticas Públicas de Saúde.

ESSAY:

WOMEN'S PUBLIC HEALTH IN BRAZIL: SOME CRITICAL REFLECTIONS

Abstract: This brief essay aims to reflect on some advances in public health policies for women in Brazil and highlight their challenges and limitations that encompass not only financial issues but also the prioritization of policies focused on women's reproductive health, while other aspects remain overlooked.

Keywords: Women's Health, Public Health Policies.

¹ Graduanda em Medicina pela UNIGRANRIO. Interesses de pesquisa em saúde da mulher, sistema reprodutivo e pesquisas relacionadas a área cirúrgica/intervenções cirúrgicas.

² Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO. Professora Adjunta no Departamento de Estudos da Linguagem da UERJ. Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio – Bolsista FAPERJ.

A saúde da mulher é um tema discutido desde sempre, seja de maneira a desprezá-lo seja para limitar seu acesso a certos serviços. O objetivo deste breve ensaio é refletir sobre os limites do debate sobre a saúde da mulher. Nosso foco estará naquilo que as políticas públicas brasileiras têm colocado como prioridade de investimentos e no que isso representa. Temos por um lado avanços imprescindíveis e, por outro lado, ainda certa reprodução de ideologias de viés sexista. Em termos de avanços, Neto et. al (2008) apresentam o movimento feminista que destacou-se denunciando desigualdades de gênero e sociais. Os autores ainda incluem direitos relativos à área da saúde e programas sociais como o Viva Mulher e o Programa Nacional de Humanização do Pré-Natal e Nascimento.

Já Santana et.al (2019), em sua revisão de literatura, mencionam que apesar da existência da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, sua efetividade ainda é um desafio. Trata-se de uma política implantada com objetivo de melhoria de condições de vida da mulher, mas que ainda possui um enfoque obstétrico e de planejamento familiar. De acordo com os autores, as mulheres continuam sendo discriminadas e a abordagem das questões relacionadas ao gênero feminino devem ser compreendidas e incorporadas por gestores e, principalmente, pelos profissionais de saúde.

A partir de uma pesquisa realizada em 2015 na cidade de São Paulo, na qual foi avaliado o processo de cuidado dado a mulheres a partir dos 50 anos de idade, é possível apontar que após essa faixa etária, as mulheres estão em situação de vulnerabilidade, justamente pela assistência ser voltada, de maneira quase restrita, a demandas materno-infantis.

Reforçamos que apesar dos inegáveis avanços já mencionados aqui, como a criação de políticas de saúde focadas na saúde pré-natal ou na saúde no nascimento, compreendemos que ainda há um claro viés sexista (e por que não, dizer machista?) envolvendo o assunto. Para ilustrar isso, em contos distópicos como “O Conto de Aia” de Margaret Artwood (1985), mulheres são reduzidas à capacidade de procriação, tendo a vida definida por isso. Agora olhando para a realidade, diante do grande número de políticas públicas voltadas para a reprodução da mulher (a exemplo a própria Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, previamente citada, ou a Rede

Cegonha), podemos refletir no quanto as ideias retratadas no conto dialogam com a realidade das políticas públicas para pessoas do sexo feminino no Brasil.

É possível pensar na necessidade de políticas voltadas para doenças crônicas, englobando doenças cardiovasculares, obesidade (e seu impacto na saúde mental e vida da mulher), sedentarismo, diabetes e muitas outras. Observando outras condições como climatério e menopausa, é importante salientar que, de acordo com uma reportagem publicada no site da Câmara dos Deputados Federais em 2023, cerca de 35 milhões de brasileiras estavam entre o climatério e a menopausa. Contudo, segundo a matéria, muitas dessas mulheres não tinham e continuam não tendo acesso a informações de qualidade e educação em saúde sobre essa fase da vida e apenas metade fazia algum tipo de tratamento³.

A fase de climatério pode gerar sintomas desconfortáveis, como ondas de calor, e sintomas possivelmente debilitantes, como depressão. Além disso, a redução nos níveis de hormônios deixa as mulheres mais expostas a problemas cardíacos, diabetes e osteoporose, logo, fica clara a necessidade de maiores esforços voltados para esse assunto. Vale informar que existe um projeto de lei que prevê o cuidado na fase do climatério, que atualmente se encontra em análise pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Ressaltamos que a efetivação desse projeto com a criação de mais políticas e adendos (e de outros desse tipo) é de extrema importância para o cuidado da mulher, para além da questão reprodutiva. A existência de um projeto de lei é apenas o primeiro passo.

Ademais, outra demanda da população feminina no Brasil contemporâneo é criação de políticas e serviços especializados para a questão da obesidade. A obesidade é uma doença crônica e multifatorial, que afeta fisicamente e emocionalmente o indivíduo. Ela pode ser incapacitante e exige um acompanhamento e cuidado contínuo. É importante ressaltar as particularidades da obesidade no sexo feminino durante as fases de puberdade, gravidez/pós-parto e depois da menopausa, que exigem maior atenção e esforços, que muitas vezes não são ofertados.

Nesse sentido, é fundamental o auxílio dos profissionais de saúde para lidar e melhorar a condição das pacientes. Isso envolve o cuidado físico e emocional, o trabalho com a autoestima, o que ajuda a prevenir casos graves de depressão, que podem vir em

³ Ver mais informações em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1005190-deputadas-e-especialistas-cobram-politicas-publicas-voltadas-para-mulheres-no-climaterio/>

conjunto com a condição de obesidade – principalmente se pensarmos nos padrões de beleza da sociedade e na grande aversão a mulheres em sobrepeso e seu impacto na saúde mental das indivíduos. Além disso, sabemos, a partir de estudos (Capitão e Tello, 2004), que mulheres acima do peso podem apresentar apatia, ou seja, a ausência de sentimento emocional. Tal apatia pode ser produto de uma grave e prolongada privação de afetividade, que pode ser resultante de anos reprimindo sentimentos de abandono.

Dito isso, a necessidade de atenção à saúde feminina permanece para além da capacidade reprodutiva. É preciso focar também na saúde mental ou no tratamento de doenças crônicas – destacado como uma das principais causas, de natureza não-reprodutiva, de contato das mulheres com o sistema de saúde, tal qual menciona Michele Pedrosa (2005).

Voltando às políticas públicas que recebem atenção, vemos que apesar da quantidade de protocolos e esforços para garantir a saúde materno-infantil, as taxas de morbi-mortalidade continuam altas. Verificando dados do DATASUS, base de dados do Ministério da Saúde, é possível perceber que o número de óbitos maternos por residência foi de 1.325 mortes somente no ano de 2023 e o número de óbitos infantis e fetais por residência foi de 58.562, no mesmo ano⁴. Dados de 2022 apontam que, enquanto o número de mortes maternas está em 46,56 para mulheres brancas, no caso das mulheres pretas, é mais que o dobro: 100,38 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos⁵. Para além de um desafio para a saúde pública brasileira, esses dados também indicam a ineficiência das poucas, políticas focadas no sexo feminino, especialmente com relação à mulher negra. Isso traz à tona a desvalorização do tópico e dessa parcela da população.

Em face dos dados de morbi-mortalidade, para além da manutenção das políticas públicas já existentes, reforçamos a necessidade de criação de políticas que levem em consideração a interseccionalidade (Crenshaw, 2002), que trata de:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios

⁴ Ver mais informações em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/mat10uf.def>

⁵ Ver mais informações em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa#:~:text=Dados%20preliminares%20referentes%20a%202022,cada%20100%20mil%20nascidos%20vivos.>

criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, p. 177).

Sendo assim, se a alta taxa de morbi-mortalidade atinge sobretudo as mulheres negras, é imprescindível observar os fatores de classe que participam desse indicativo. Se pessoas trans são continuamente afetadas – sofrem discriminação, têm sua identidade negada até mesmo nos serviços de saúde – então, é preciso analisar com mais detalhes essa interação complexa e pensar em estratégias para suprir essas necessidades também. Não é aceitável focar apenas em um grupo vulnerável e esquecer dos outros.

Finalizamos nosso debate reforçando a importância de políticas públicas para a saúde da mulher que vão além da questão da reprodução e implementação adequada das políticas já existentes aos serviços de saúde. Para que sejam eficazes, as políticas públicas precisam ser interseccionais, precisam dar conta das mais diversas populações vulnerabilizadas.

4. Referências

- ATWOOD, M. **O Conto da Aia**. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017
- CAPITAO, C. G.; TELLO, R. R. Traço e estado de ansiedade em mulheres obesas. **Psicol. hosp.** (São Paulo), São Paulo , v. 2, n. 2, dez. 2004 .
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.1, ano10, 2002, pp 171-178.
- NETO, E. T. dos S. Neto ALVES, K. C. G.; ZORBAL, M. LIMA, R. de C. D. Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.2, p.107-119, 2008.
- PEDROSA, M. Atenção integral à saúde da mulher: desafios para implementação na prática assistencial. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 72–80, 2005.
- SANTANA, T. D. B.; SILVA, G. R.; NERY, A. A.; MARTIS FILHO, I. E.; VILELA, A. B. A. Avanços e desafios da concretização da Política Nacional da Saúde da Mulher: uma revisão de literatura. **RAS- Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 61, p. 135-141, jul./set., 2019.